



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO - MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

MARÍLIA NOGUEIRA NEVES

**POLÍTICA SOCIAL DE ATENDIMENTO AO MIGRANTE NO MUNICÍPIO DE
UBERLÂNDIA (MG): ações, reações, reflexos e reflexões**

GOIÂNIA
2011

**POLÍTICA SOCIAL DE ATENDIMENTO AO MIGRANTE NO MUNICÍPIO DE
UBERLÂNDIA (MG): ações, reações, reflexos e reflexões**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social ao Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, sob a orientação da Profª Dra Regina Sueli de Sousa.

Linha de Pesquisa: Política Social, Movimentos Sociais e Cidadania.

N518p

Neves, Marília Nogueira.

Política social de atendimento ao migrante no município de Uberlândia (MG): ações, reações, reflexos e reflexões / Marília [manuscrito] / Marília Nogueira Neves. – 2011. xii, 128 f.: il.

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Mestrado em Serviço Social, 2011.

“Orientação da Prof^a. Dra Regina Sueli de Sousa”.

Inclui lista de siglas, gráficos, abreviaturas.

1. Migrante – política social – Uberlândia (MG). 2. Núcleo de Atendimento ao Migrante (NAM) – Uberlândia (MG). 3. Migração – políticas públicas – Brasil. I. Título.

CDU: 314.7:364(815.1)

MARÍLIA NOGUEIRA NEVES

**POLÍTICA SOCIAL DE ATENDIMENTO AO MIGRANTE NO MUNICÍPIO DE
UBERLÂNDIA (MG): ações, reações, reflexos e reflexões**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social, no Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

BANCA EXAMINADORA:

Profª Drª Regina Sueli de Sousa
Orientadora - PUC Goiás

Profº Dr. Flander de Almeida Calixto
Membro - UFU

Profª Drª Sandra de Faria
Membro - PUC Goiás

Profª Drª. Maurides Batista de Macêdo Filha
Suplente - UFG

Goiânia, 13 de setembro de 2011

Dedico este estudo à memória dos meus pais, Aníbal e Tinda, que, por necessidade de sobrevivência, conduziram-me, ainda na infância, num processo migratório compulsório, porém carinhoso. Hoje compreendo o quanto é difícil deixar nossa terra e nossas raízes, em busca de sonhos e realizações. São estes dois migrantes que homenageio, precursores que foram dos meus ideais. Obrigada por tudo, meus personagens maiores!

Aos meus amados filhos, Mateus e Pedro, por me permitirem, a todo o momento, reeditar o que tenho de melhor: meus afetos e sentimentos.

À Cocioia, minha irmã - de sangue e de alma - pelo apoio, incentivo e presença edificantes em minha vida. Sua grandeza sempre norteou as minhas buscas.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é mostrar-se grata e saber reconhecer e assinalar às pessoas que contribuíram para trilharmos este caminho. Espero que seja, também, um gesto de carinho. Assim, agradeço especialmente:

À Regina Sueli, minha orientadora, pela nobreza com que me conduziu nesses dois anos, durante a busca de novos conhecimentos e permitiu-me clamar por um pouco de cidadania, junto aos meus sujeitos pesquisados. Inesquecível será a imagem de sua atuação ao meu lado, fundamental para minha transformação em uma profissional mais capaz. E tudo isso com a ternura dos grandes. Sinceramente, **MUITO OBRIGADA!**

Aos professores que aceitaram o convite para comporem esta Banca de Defesa, por se debruçarem sobre meu trabalho, e terem feito dele suas angústias também. Todos contribuíram, significativamente, com as reflexões que apresentaram na Banca de Qualificação. Sei que muitas delas não conseguiria trabalhá-las aqui, mas ficarão para as próximas produções, com certeza!

Ao Prof^o Dr. Flander de Almeida Calixto, para quem o ato de elogiar é uma arte e entra na trama para tecer junto, meu afeto. À Prof^a Maurides Batista de Macêdo Filha que, a todo momento ressaltou a importância de entender o tecido social à partir dos nossos sujeitos, à ela, o meu respeito. À Prof^a Dr^a Sandra de Faria, de quem tive o privilégio de ser aluna e, mais uma vez, deu um *show* de conhecimentos, abrindo meus horizontes para a possibilidade de amar as teorias sociais, pela paixão com que ministra uma aula, a ela, minha profunda admiração.

À Juliana Espíndola de Castro, secretária do Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Serviço Social da PUC Goiás, que sempre se mostrou disposta a ajudar-me, com eficiência e presteza.

Às professoras do Programa de Mestrado em Serviço Social da PUC Goiás, que me acolheram durante o curso e sempre estimularam minhas reflexões teóricas.

Aos migrantes, sujeitos desta pesquisa, os quais, apesar do precário reconhecimento de sua cidadania, em face do silêncio a que estão submetidos pelas relações de poder e de classe, ainda têm coragem para buscar sempre, a possibilidade de partir de “mãos vazias” atrás de um sonho e de oportunidades.

Estes merecem a minha reverência.

Já andei por tanta estrada
Já venci tanta cilada
No meu mundo não tem fadas
Já chorei por tanta causa
Já sorri por tantas outras
E a mistura destes sentimentos tantos
Misturei meu sangue em outro
Quando a dor fez alvoroço
Fiz plantio de outro verso
Desbravei outro universo
Em cada porto e despedida dessa vida
Esqueci meu coração batendo lá
Aos poucos transformei-me em tantos outros
Sou de cada povo um pouco
E hoje a terra inteira é o meu lugar
Quem me dera pudesse compreender
Os segredos e mistérios dessa vida
Esse arranjo de chegadas e partidas
Essa trama de pessoas que se encontram
Se entrelaçam
E misturadas ganham outra direção
Quem me dera pudesse responder
Quem sou eu nessa mistura tão bonita
Sofro as dores de outros nomes
Rio os risos de outras graças
Trago em mim as falas dessa multidão
Quem me dera pudesse compreender

(MELO, 2009).

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|-----|
| Gráfico nº 1: Satisfação dos migrantes quanto aos serviços oferecidos pelo NAM... | 26 |
| Gráfico nº 2: Motivos dos entrevistados para migrarem | 42 |
| Gráfico nº 3: Ocupação/profissão da população pesquisada..... | 43 |
| Gráfico nº 4: Distribuição dos migrantes quanto à empregabilidade..... | 45 |
| Gráfico nº 5: Documentos portados pelos migrantes..... | 69 |
| Gráfico nº 6: Distribuição dos migrantes quanto ao sexo..... | 88 |
| Gráfico nº 7: Distribuição dos migrantes quanto à idade..... | 89 |
| Gráfico nº 8: Distribuição dos migrantes quanto à escolaridade..... | 90 |
| Gráfico nº 9: Distribuição dos migrantes quanto à renda..... | 90 |
| Gráfico nº 10: Distribuição dos migrantes quanto ao fato de viverem ou não com suas famílias..... | 92 |
| Gráfico nº 11: Quantidade de pessoas que vivem na mesma casa..... | 95 |
| Gráfico nº 12: Há quanto tempo os migrantes não vivem com suas famílias..... | 96 |
| Gráfico nº 13: Motivos pelos quais os migrantes estão em Uberlândia..... | 97 |
| Gráfico nº 14: Número de estados brasileiros conhecidos pelos migrantes..... | 98 |
| Gráfico nº 15: O que os migrantes procuram na cidade de Uberlândia..... | 99 |
| Gráfico nº 16: Como os migrantes pretendem obter o que procuram..... | 100 |
| Gráfico nº 17: Serviços do NAM utilizados pelos migrantes..... | 101 |
| Gráfico nº 18: Conhecimento dos migrantes dos outros atendimentos em Uberlândia voltados à população itinerante..... | 102 |
| Gráfico nº 19: Serviços do NAM conhecidos pelos migrantes, exceto o fornecimento de passagens..... | 103 |
| Gráfico nº 20: Serviços de albergamento conhecidos pelos migrantes na cidade de Uberlândia..... | 104 |
| Gráfico nº 21: Conhecimento sobre o atendimento ao migrante em outros municípios..... | 105 |
| Gráfico nº 22: Serviços oferecidos aos migrantes nos outros municípios..... | 106 |
| Gráfico nº 23: Sugestões feitas pelos migrantes para melhoria dos serviços do NAM..... | 107 |

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|-----|
| Figura nº 1: <i>Outdoor</i> da PMU | 52 |
| Figura nº 2: Escada NAM..... | 74 |
| Mapa nº 1: Localização geográfica do município de Uberlândia..... | 80 |
| Mapa nº 2: Estados de origem dos migrantes..... | 108 |
| Mapa nº 3: Estados de destino dos migrantes..... | 109 |

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BDI - Banco de Dados Integrados
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CIB - Comissão Intergestora Bipartite
CEAS - Conselho Estadual de Assistência Social
CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social
CPF - Cadastro de Pessoa Física
CRF - Constituição da República Federativa
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA - Instituto de Pesquisa Aplicada
LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social
MG - Minas Gerais
NAM - Núcleo de Atendimento ao Migrante
ONG - Organização Não-Governamental
PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PMU - Prefeitura Municipal de Uberlândia
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAS - Política Nacional de Assistência Social
PPSS - Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Serviço Social
PSB - Proteção Social Básica
PSE - Proteção Social Especial
PUC Goiás - Pontifícia Universidade Católica de Goiás
SEDESE - Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de Minas Gerais
SUS - Sistema Único de Saúde
TCLE - Termo de Livre Consentimento e Esclarecimento
TFD - Tratamento Fora Domicílio
UFG - Universidade Federal de Goiás
UFU - Universidade Federal de Uberlândia

RESUMO

O presente estudo sobre a Política Social de Atendimento ao Migrante, realizado no Município de Uberlândia (MG), tem como objeto de pesquisa a situação de vida da população migrante, que transita nesse município necessitando de recursos públicos para continuar seus deslocamentos. Para tanto, este trabalho tem como objetivo conhecer, entender, refletir e analisar a situação de vida da população migrante brasileira, bem como compreender as políticas públicas de atendimento a esses cidadãos, no âmbito do sistema capitalista. Os sujeitos dessa pesquisa são os usuários do Núcleo de Atendimento ao Migrante (NAM) de Uberlândia. A motivação para realizar esse estudo encontra-se vinculada à minha experiência profissional cotidiana, como assistente social, atuante no atendimento direto ao migrante. E a necessidade de refletir a situação de vida desses cidadãos, junto aos programas sociais desenvolvidos pela União, estado e Município. A migração analisada nesse trabalho é uma expressão da questão social, demonstrada sob a perspectiva histórica, na qual os trabalhadores são impossibilitados de usufruir dos direitos humanos tais como, trabalho, habitação, saúde, dentre outros, deslocando-se para diversas localidades no território nacional, em busca de melhores condições de vida. Esse trabalho está organizado em três capítulos, o primeiro aborda a migração enquanto expressão da questão social. O segundo analisa a política social voltada ao atendimento do migrante. O terceiro reflete o perfil do migrante que passa pelo NAM, com base nos documentos dessa Instituição e na transcrição das 32 entrevistas, com roteiro semi-estruturado. Observa-se que 81,28% dos migrantes que passam no Núcleo estão em busca de trabalho e emprego. Essa situação demonstra a face excludente do sistema capitalista e as desigualdades no Brasil.

PALAVRAS-CHAVES: Migrante, Política Pública, Política Social, Questão Social.

ABSTRACT

The present study on social policy Migrant Care, held in the city of Uberlândia (MG), is the object of research the life situation of the migrant population, which moves this city requiring public funds to continue their journeys. Therefore, this study aims to know, understand, reflect and analyze the situation of the migrant Brazilian population. As well as understand the public policies of assistance to these people under the capitalist system. The subjects of this research are the users of the Center for Migrant Service (NAM) of Uberlândia. The motivation to undertake this study is linked to my everyday experience, as a social worker, active in the direct care to the migrant. And the need to reflect the life situation of these people, together with the social programs developed by the Federal, state and county. Migration analyzed in this work is an expression of social issues, as demonstrated in the historical perspective, in which workers are unable to enjoy their human rights such as employment, housing, health, among others, moving to various locations in the country in search of better life conditions. This work is organized into three chapters, the first deals with the migration as an expression of social issues. The second examines the social policy focused on answering the migrant. The third reflects the profile of migrants passing through the NAM, based on documents from the institution and in the transcription of 32 interviews with semi-structured script. It is observed that 81.28% of migrants who pass the core are in search of employment. This demonstrates the exclusive face of the capitalist system and inequality in Brazil.

KEYWORDS: Migrant, Public Policy, Social Policy, Social Issues.

SUMÁRIO

| | |
|---|-------------|
| LISTA DE GRÁFICOS | VII |
| LISTA DE ILUSTRAÇÕES..... | VIII |
| LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS..... | IX |
| RESUMO..... | X |
| ABSTRACT..... | XI |
| SUMÁRIO..... | XII |
| | |
| INTRODUÇÃO..... | 13 |
| | |
| 1º CAPÍTULO - A MIGRAÇÃO COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL..... | 19 |
| 1.1. Migração: conceitos e visão histórica..... | 28 |
| 1.2. Tipos de migração..... | 31 |
| 1.3. Migração enquanto direito de ir e vir..... | 36 |
| | |
| 2º CAPÍTULO - A POLÍTICA SOCIAL PARA OS MIGRANTES..... | 56 |
| 2.1. Política pública..... | 56 |
| 2.2. Política social..... | 63 |
| 2.3. Política social voltada para o migrante..... | 70 |
| | |
| 3º CAPÍTULO - O PROCESSO MIGRATÓRIO EM UBERLÂNDIA..... | 80 |
| 3.1. Localização geográfica do município de Uberlândia..... | 80 |
| 3.2. O município de Uberlândia..... | 81 |
| 3.3. A migração no município de Uberlândia | 82 |
| | |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 112 |
| | |
| REFERÊNCIAS..... | 117 |
| | |
| APÊNDICES..... | 122 |
| Apêndice I. Termo de Consentimento livre e esclarecido..... | 122 |
| Apêndice II. Ficha do NAM..... | 127 |
| Apêndice III. Roteiro de Entrevista com o migrante..... | 128 |

INTRODUÇÃO

Este estudo refere-se à Política Social de Atendimento ao Migrante, realizada no Município de Uberlândia (MG) e apresenta como objeto de pesquisa a situação de vida da população migrante que transita pelo referido município, necessitando de recursos públicos para continuarem seus deslocamentos.

A motivação para realizar este estudo encontra-se diretamente vinculada à minha experiência profissional cotidiana, como assistente social, atuante no atendimento direto ao migrante, associada à necessidade de melhor compreender a situação de vida da respectiva população, junto aos programas sociais desenvolvidos pela União, estado e Município.

Não sou anônima na redação deste trabalho e, a autoria que me vier a ser outorgada, não ocorrerá simplesmente em função da experiência profissional, mas basear-se-á, sobretudo, no fato de perceber-me como sujeito real e histórico, capaz de usar a reflexão como um recurso metodológico. Isso implica dizer que o direcionamento desta pesquisa é moldado pelo contexto sócio-cultural, incluindo os valores e interesses que a localidade confere aos participantes desse mergulho, ou seja, os sujeitos pesquisados – os migrantes – e pesquisadora.

Vale ressaltar que o fenômeno população migrante é uma síntese de múltiplas determinações das sociedades capitalistas, na qual a produção e reprodução do sistema vinculam-se à formação de uma superpopulação relativa, a partir da relação entre o capital e o trabalho, como processo inerente à acumulação do capital.

Cumprе enfatizar que a literatura existente sobre o tema políticas sociais relativas ao processo de migração é escassa, principalmente em função da singularidade de um processo inerente a um recorte local, no caso, o município de Uberlândia (MG).

Como justificativa para este estudo, pode-se relacionar a necessidade de compreensão do processo migratório e, sobretudo, o conhecimento das políticas de assistência social, capazes de proporcionar benefícios e possibilidades de

viabilização e apoio, fatores que implicam em melhorias relacionadas à qualidade de vida destes cidadãos.

O percurso realizado para elucidar nosso objeto de pesquisa, a política social de atendimento ao migrante, assentou-se em um referencial teórico-metodológico cujos eixos norteadores, sucintamente resgatados nesta introdução, formaram-se a partir do tema e das categorias teóricas trabalhadas, contextualizadas neste estudo.

Para tanto, este trabalho possui como objetivo geral: conhecer, entender, refletir e analisar a situação de vida da população migrante, possibilitando a compreensão das relações sociais, junto às políticas públicas de atendimento a esse segmento, pela sociedade brasileira no âmbito do sistema capitalista.

Como objetivos específicos pretendemos destacar o perfil contemporâneo da população usuária do Núcleo de Atendimento ao Migrante (NAM)¹ em Uberlândia, com base em variáveis como: sexo, faixa-etária, ocupação, cidade de origem e de destino e ainda relacionar e analisar, sob a ótica do migrante, o atendimento à referida população, ações que fazem parte desse Município.

A unidade de análise desse estudo é o NAM, que também possibilita a pesquisa de campo, ou seja, a coleta de dados dos sujeitos migrantes. As entrevistas realizaram-se no período de 20/12/2010 a 10/01/2011, tendo como parâmetros o número de migrantes atendidos na unidade de investigação, os quais, considerando os critérios do serviço municipal, foram beneficiados com o fornecimento de passagens rodoviárias estaduais e interestaduais, utilizando o universo de 32 pessoas, ou seja, 10% da média anual da população atendida e beneficiada com passagens.

Os entrevistados foram escolhidos aleatoriamente, na época de realização da pesquisa, caracterizando-se por aqueles que foram favorecidos com a concessão de passagens e se dispuseram em participar da mesma. Dos 32 entrevistados, 10

¹ Núcleo de Atendimento ao Migrante: órgão ligado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho da Prefeitura Municipal de Uberlândia (MG).

não autorizaram a gravação de suas falas então, diante deste fato, utilizamos apenas as anotações.

Os dados foram obtidos através das fichas que as funcionárias preenchem na entrevista social com os migrantes que recorrem ao NAM; da observação *in loco*, no cotidiano do atendimento, assim como do conteúdo das entrevistas² obtidas pela pesquisadora. Os cruzamentos dos discursos, dos documentos e da observação dos diferentes sujeitos foram realizados mediante o esforço de elaborar uma análise dialética.

Os procedimentos metodológicos de realização deste trabalho contemplam, ainda, o estudo teórico e documental, revisão bibliográfica, a leitura de teses de doutoramento e dissertações de mestrado disponibilizados no *site* da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e textos do Portal de Periódicos da CAPES.

A pesquisa bibliográfica constituiu-se um grande desafio, já que o tema proposto neste estudo traz à tona uma discussão ainda não muito explorada no meio científico. Assim, houve dificuldades em encontrar bibliografias que contribuíssem de modo específico, para o desenvolvimento desta pesquisa.

As investigações que permeiam as reflexões presentes neste estudo encontram-se ancoradas nas seguintes categorias: questão social, migração, política pública e política social. Os autores que trabalham esses elementos, os quais serão referenciados no decorrer do trabalho, são de filiação marxista, sendo este um aspecto considerado na escolha da matriz teórico-metodológica.

Em análise, as configurações assumidas pelas migrações são consequências das mudanças cíclicas e históricas do capital. Acreditamos que o método materialismo histórico dialético, permite estabelecer uma articulação analítica com as mutações da sociedade contemporânea, suas contradições e historicidade produzidas pelo atual ciclo do capital.

² As entrevistas foram realizadas com um roteiro semi-estruturado, com a utilização de um gravador após ter a autorização do entrevistado. Tal recurso foi utilizado visando à apreensão dessa realidade a partir de fontes orais. Quando não autorizado, a pesquisadora anotou as falas em seu diário de campo.

Neste estudo trabalhamos com o conceito de migração de Trindade (1995, p. 33), ou seja,

Movimentos de população que se realizam dentro das fronteiras de um Estado (...). Para melhor precisão do fenómeno, importa considerá-lo como uma manifestação da mobilidade populacional no interior de um território bem delimitado, quando assuma carácter de fixação definitiva ou, quando temporária, com características de recorrência regular.

Faz-se interessante ainda, distinguir o conceito de migrante, contido na Portaria nº 001 de 10/12/2008 do Governo do Estado de Minas Gerais, o qual também é adotado neste estudo e preconiza:

(...) o indivíduo e família em situação de risco pessoal e social, em processo migratório, com permanência há um período inferior a dois meses no município, e que esteja em situação de: I - procura por trabalho; II - fixação no município; e III - mobilidade para outro município onde mantenha vínculo familiar e comunitário.

Em consideração à realização da pesquisa exploratória, após os sujeitos aceitarem o convite para participação na pesquisa, foram devidamente esclarecidos sobre a mesma e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), incluindo ou não a autorização da gravação das entrevistas. Estas últimas, uma vez autorizadas para gravação foram, posteriormente, transcritas pela pesquisadora, visando garantir a privacidade dos entrevistados e, por questões éticas, as mesmas foram numeradas, ou seja, os participantes permaneceram no anonimato.

A análise do conteúdo das entrevistas foi realizada com base na transcrição integral e fiel do conteúdo da fala, revisão da gravação e a capacidade de saber interpretar as pausas, os silêncios e as ênfases na pontuação, aspecto que melhor traduzisse o sentimento do sujeito entrevistado, conforme aborda Thompson (2002). Assim, os dados serão confrontados à luz das teorias estudadas.

Desta forma, a estrutura deste estudo encontra-se dividida, didaticamente, em: Introdução, que contempla o tema, problema de pesquisa, justificativa do estudo, objetivos geral e específicos, metodologia e composição do trabalho, além de três capítulos.

O primeiro capítulo apresenta *A migração como expressão da questão social*, ou seja, trazemos os conceitos das categorias teóricas e discutimos sobre a referida questão social. Para tanto, foi necessário perpassarmos pela história, considerando os conceitos referentes à migração e ao migrante, além da visão histórica do processo migratório, seguindo para os tipos de deslocamentos populacionais e, para fecharmos esta parte, marcamos os nexos do processo migratório, na perspectiva do direito de ir e vir do cidadão.

Neste primeiro capítulo buscamos a interlocução teórica quanto ao surgimento da questão social e a migração enquanto expressão dessa com vários autores, alguns como: Marx (1982 - 2008), Bosi (1992), Trindade (1995), Castel (2005) e Ammann (2006), permearam todo o capítulo.

Para discutirmos *Questão social* utilizamos: Iamamoto (2007 - 2009), Silva (2009), Mota (2010) e Pastorini (2010). Ao abordarmos *Migração: conceitos e visão histórica* lançamos mão ainda de Patarra (2003). Na abordagem *Tipos de migração*, outros estudiosos também colaboraram em nosso embasamento, sendo: Golgher (2001), Cunha (2007), Caldart (2008), Bagno, Edwald & Cavalcante (2008) e, no último item desta primeira parte *Migração enquanto direito de ir e vir* estudamos Gonçalves (2001), Batista e Codo (2002), Vieira (2004), Cogo (2007), Carvalho (2008), Gentili & Sader (2008), Chaves (2009) e Castro (2010).

O segundo capítulo discorre sobre *A política social para os migrantes*, compreendendo a política pública, a política social e a política social para os migrantes. Os autores mais pesquisados foram: Vieira (2004), Castel (2005), Gentilli (2006), Viana (2007), Pereira (2009), Silva (2009), Behring & Boschetti (2009), Valim (2009), Golgher (2001), Gonçalves (2001), Koga (2003), Gentili & Sader (2008) e Green (2009). Destacam-se neste capítulo as legislações que auxiliam na compreensão dessa política.

Salientamos que procuramos, nos dois primeiros capítulos, de acordo com a pertinência, incluirmos tanto parte dos dados coletados, analisados em nossa pesquisa, quanto às falas dos sujeitos entrevistados.

No terceiro capítulo discutimos *O processo migratório em Uberlândia*, mostrando a localização geográfica do município, pois a partir deste dado será possível compreendermos, espacialmente, uma rota migratória brasileira existente.

Num outro momento, realizamos uma breve abordagem a alguns dados do Município e, na última parte, buscamos um olhar ampliado da migração no Município, apresentando os dados coletados na pesquisa de campo, ainda não mencionados nos capítulos anteriores, associando-os aos direcionamentos teóricos, embasando a discussão dos mesmos. Os autores que nos auxiliaram foram: Marx (2004 – 2008), Netto (1993), Couto (2010), Bosi (1994), Thompson (2002), Trindade (1995), Martinelli (2007), Yamamoto (2007), Ammann (2006), Castro (2010), Vieira (2004), Carvalho (2008), Chaves (2009), Valim (2009), Gonçalves (2001) e Golgher (2001).

Nas Considerações Finais, aprofundamos algumas reflexões sobre as possíveis conclusões que o presente estudo nos permite apontar, não pretendendo, desde já, esgotar as possibilidades de interpretação sobre o tema proposto, mas, principalmente, trazer para o âmbito da academia as vozes de uma significativa parcela da população marginalizada pela sociedade do capital, ou seja, os migrantes.

Nas Referências apresentamos os autores consultados que constituíram o embasamento teórico desta pesquisa e, acreditamos ainda que esse nosso itinerário dá ênfase à processualidade do fenômeno social migratório.

Finalmente, apresentamos os Apêndices, os quais demonstram o termo de consentimento dos sujeitos na realização da pesquisa e os modelos dos instrumentais utilizados.

I CAPÍTULO

A MIGRAÇÃO COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL

Neste capítulo temos o seguinte propósito: localizar, historicamente, o surgimento da questão social, fundamentada na exploração do capital sobre o trabalho, bem como situar a migração como expressão da questão social e enfocá-la como campo de atuação do Serviço Social.

Num segundo momento, evidenciaremos a conceituação da categoria migração e a abordagem da visão histórica do processo migratório. Posteriormente, elucidaremos a distinção tipológica das migrações e, para finalizar esta primeira parte, discutimos acerca da migração enquanto direito de ir e vir, enfatizando a cidadania e aspectos subjetivos desse movimento populacional.

É oportuno apresentarmos algumas determinações históricas e teóricas para circunscrevermos a compreensão da questão social no marco da tradição teórica-política. Assim, Netto (2004, p. 42), considera que,

A expressão [questão social] começou a ser utilizada na terceira década do século XIX (...), para dar conta (...), do fenômeno do pauperismo. (...). Não era inédita a desigualdade entre as camadas sociais (...). Era radicalmente nova a dinâmica da pobreza que então se generalizava (...). A pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade de produzir riquezas.

Esse autor (2004, p. 43), ressalta ainda que,

A designação desse pauperismo pela expressão “questão social” relaciona-se diretamente aos desdobramentos sócio-políticos. Mantivessem-se os pauperizados na condição cordata de vítimas do destino, revelassem eles a resignação que Comte considerava a grande virtude cívica, a história, subsequente, teria sido outra. Lamentavelmente, para a ordem burguesa, que se consolidava, os pauperizados não se conformaram com a sua situação: da primeira década até a metade do século XIX, seu protesto tomou as mais diversas formas (...). Foi a partir da perspectiva efetiva de uma eversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como “questão social”.

Em outros termos, a gênese da questão social é baseada no formato de como os homens se organizam e produzem na sociedade num dado contexto histórico. As expressões dessa organização caracterizam a reprodução social e determina-se em função do traço peculiar e próprio da relação capital/trabalho, ou seja, a exploração.

Essa exploração do capital sob o trabalhador é observada na fala dos migrantes entrevistados,

A pessoa [empregador] tá indo ali [albergue] buscar ele [migrante] prá trabalhar porque sabe que é barato e pode enrolar [não pagar] (...). (M IX, 28/12/2010).

Fui trabalhar (...). Ah, deu certo em parte, mas acabou dando errado (...). O patrão mudou o combinado (...). (M II, 20/12/2010).

Sempre [viajo] a trabalho só, [por] que não tenho paciência prá, tipo assim, você perguntar por que o cara tá rodando? Por que eu desanimo fácil demais, pois o cara, [empregador] geralmente, paga alguém prá trabalhar, paga primeiro mês, no segundo, no terceiro mês, já não paga, fica devendo, aí eu desanimo e vou embora (...), a maioria [dos patrões] fica devendo. (M IX, 28/12/2010).

Para compreensão da questão social na contemporaneidade e as respostas às suas expressões, precisamos referenciar às mudanças no mundo da produção, mais precisamente no mundo do trabalho, pois, de acordo com Pastorini (2010, p. 44): “seria impossível explicar e analisar as manifestações da questão social hoje, sem fazer referência ao contexto mais abrangente da reestruturação produtiva.”

Nas sociedades capitalistas, a questão social atual mantém a característica de ser uma verdadeira expressão dos antagonismos e das contradições presentes nas relações entre as classes sociais e delas com o Estado. Assim, foi implementado no Brasil:

(...) um conjunto de políticas de ajustes macroestruturais que vieram acompanhadas da reestruturação produtiva em nível mundial e da rearticulação da hegemonia burguesa em torno do projeto neoliberal. Essas mudanças trouxeram consequências totalmente nefastas para a maioria da população brasileira, especialmente para os setores trabalhadores, que mais uma vez pagaram os custos da crise (PASTORINI, 2010, p. 21-22).

Para a autora, a proposta neoliberal indica a redução dos gastos públicos designados às políticas sociais, a desregulação das condições de trabalho e o maior controle do capital sobre o trabalho, ou seja, aponta para o fim do Estado interventor. Desta forma, a participação do Estado visa resguardar a propriedade apontando, como solução, o desmonte do Estado de Bem-Estar Social, promovendo o Estado mínimo.

Pastorini (2010) enfatiza que para os pensadores liberais, um governo legítimo possui duas únicas funções a desenvolver, as quais implicam em prover a estrutura para o mercado e ofertar serviços não fornecidos pelo mesmo, ou seja,

(...) os trabalhadores e os capitalistas, para esses pensadores liberais, apresentam-se como indivíduos isolados que se movimentam natural e livremente no mercado, e em igualdade de condições perante a lei. Mas essas liberdades e igualdades de todos são puramente formais (...), na prática esses indivíduos não tem acesso igualitário às oportunidades (PASTORINI, 2010, p. 48-49).

Marx (1982) analisa a questão proposital, ou seja, de haver uma população trabalhadora excedente que influencia a desvalorização da mão-de-obra paga pelo capital,

(...) a acumulação capitalista sempre produz uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se desse modo, excedente (...). O aumento do número de trabalhadores empregados está sempre associado a flutuações violentas e à formação transitória de superpopulação (...). A população trabalhadora, ao produzir a acumulação do capital, produz, em proporções crescentes, os meios que fazem dela (...), uma população supérflua (MARX, 1982, p. 731-732).

De acordo com Pastorini (2010, p. 101), essa situação reflete a face da acumulação capitalista,

As manifestações concretas e imediatas da questão social têm como contraface a lei geral da acumulação capitalista (...). As principais manifestações da questão social – a pauperização, a exclusão, as desigualdades sociais – são decorrências das contradições inerentes ao sistema capitalista, cujos traços particulares vão depender das características históricas da formação econômica e política de cada país/região. Diferentes estágios capitalistas produzem distintas expressões da questão social.

O desenvolvimento do capitalismo mostrou-se, desde a sua gênese, incapaz de incorporar amplo contingente populacional, refletindo-se nas desigualdades sociais, na pobreza, no desemprego, entre outros.

Conforme Pastorini (2010, p. 54-55):

A realidade muda permanentemente, por isso capturar seu movimento e a historicidade dos processos sociais implica conhecer as múltiplas determinações e relações dessa totalidade viva, dinâmica e contraditória. Não se trata, simplesmente, da descoberta do novo, a novidade em si própria não diz muito, já que ela está destinada a se transformar novamente. Por isso, entendemos que além da novidade é imprescindível conhecer aqueles traços que permanecem no percurso do devir histórico, ou seja, trata-se de desvendar de que forma o passado está presente mas, ao mesmo tempo, projetado para o futuro aberto.

Refletir sobre a questão social implica, necessariamente, fazermos referências ao capitalismo e ao Estado por ele constituído, pois, se assim não o fizermos, perderemos a possibilidade de analisá-la enquanto questão política, econômica e ideológica, a qual, segundo Pastorini (2010, p. 102-103) “remete a uma determinada correlação de forças entre diferentes classes e setores de classes, inserida no contexto mais amplo do movimento social de luta pela hegemonia.” Sua origem e os principais instrumentos do Estado para lidar com suas expressões devem ser analisados e vinculados com questões como integração nacional, participação política e redistribuição de riqueza.

Para Castel (2005) a questão social deve ser tratada pelo filtro de sua historicidade, como dimensão que se constrói, a partir de um equilíbrio frágil entre coesão e conflito, não pode ser vista como puro efeito mecânico quer do ponto de

vista de sua longa constituição, quer do ponto de vista de suas configurações contemporâneas. Nesse sentido lamamoto (2007, p. 17) considera que,

A tendência de naturalizar a questão social é acompanhada da transformação de suas manifestações em objeto de programas assistenciais focalizados no “combate à pobreza” ou em expressões da violência dos pobres, cuja resposta é a segurança e a repressão oficiais.

É o que tem ocorrido em relação à população migrante, que é frequentemente responsabilizada pela situação em que se encontra e, na concepção de Silva (2009, p. 113),

(...) quando se busca conhecer as estratégias do Estado, nas três esferas de governo, para o enfrentamento desse fenômeno, não são encontradas políticas sociais acessíveis a esse grupo populacional, mas apenas alguns programas de natureza residual, como abrigos e albergues.

Nesse contexto, o processo de migração refere-se a uma das expressões da questão social, na qual as relações sociais referem-se à reprodução das forças sociais produtivas do trabalho e da relação destas na sua globalidade. Envolvendo os sujeitos e suas lutas sociais, relações de poder e o antagonismo de classes, por meio das quais os homens conscientizam-se das suas condições materiais, passando a pensar e se posicionar numa perspectiva coletiva.

Para lamamoto (2007, p. 27), a questão social implica,

(...) no conjunto das expressões das desigualdades da sociedade madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

Isso delinea a contradição básica na qual a igualdade jurídica dos cidadãos “livres” é inseparável da desigualdade social, econômica, política e cultural, ou seja, a apropriação privada do trabalho contrapõe-se, cada vez mais, com a produção social da riqueza. Conforme lamamoto (2009, p. 23): “ao crescimento do capital

corresponde a crescente pauperização do trabalhador. Essa é a lei geral de produção capitalista, que se encontra na gênese da “questão social” nessa sociedade.”

Para Iamamoto (2009), a questão social vem adquirindo novas modalidades, em função das mudanças profundas que estão ocorrendo nas relações entre capital e trabalho, nos processos produtivos, na gestão do Estado, nas políticas sociais e pelo chamado princípio da exclusão, que se concretiza tanto da parte dos sujeitos, os quais permanecem à margem do processo produtivo e do trabalho assalariado quanto por parte das populações deixadas de lado pela origem étnica, pela identidade cultural, pelas relações de gênero, entre tantas outras. Dessa forma, para a autora, a questão da exclusão torna-se, então, a questão social por excelência.

Nesta ótica, além de dinamizar um desenvolvimento humano sustentável, capaz de efetivamente gerar trabalho, integrar tecnologias avançadas e tecnologias alternativas, superar desequilíbrios regionais, o Estado não pode se eximir de traçar políticas públicas universalizantes. Para isto, faz-se necessária a democratização, o que significa uma nova ordem entre Estado, mercado e sociedade civil. Reformas constitucionais adequadas que eliminem privilégios, mas assegurem conquistas sociais, controles sociais efetivos da sociedade sobre os três poderes e a consolidação da esfera pública não-estatal.

A questão social internaliza-se na ordem econômica, tornando-se alvo das políticas sociais, suportes da ordem sócio-política e da imagem do Estado como mediador de conflitos. Por meio dessas políticas, o Estado passa a administrar as expressões da questão social, que é fragmentada e parcializada a partir de suas sequelas, metamorfoseadas em problemas sociais. (IAMAMOTO, 2009).

O Estado, ao centralizar a política sócioassistencial efetivada por meio de serviços sociais, cria as bases sociais que sustentam um mercado de trabalho para o assistente social, que se constitui como um trabalhador assalariado, isto é,

É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movidos por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade (IAMAMOTO, 2007, p. 28).

Portanto, questão social implica em um conceito amplo relacionado às desigualdades sociais geradas pelo modelo sócio-econômico adotado pelas nações. Hoje a globalização da economia e o crescimento econômico não minimizaram os impactos gerados pela disparidade de renda e de desenvolvimento social encontrado em uma mesma região. Questão social se expressa na pobreza, no trabalho escravo, no trabalho infantil, na violência, na delinquência juvenil, na migração forçada, na doença ocupacional, entre tantas outras expressões.

Para Pastorini (2010) a questão social centra-se em três pilares: o primeiro implica na relação de exploração entre capital e trabalho, o segundo refere-se à preocupação com a coesão social, ou seja, colocar em xeque a ordem socialmente estabelecida e, o terceiro diz respeito à expressão das manifestações das desigualdades e antagonismos ancorados nas contradições próprias da sociedade capitalista.

Entendemos necessário pensar a questão social orientados por outra idéia de tempo, um tempo histórico, “pensando o desenvolvimento histórico como um processo contraditório e não linear” (PASTORINI, 2010, p. 104).

Essa autora reflete que os traços essenciais da origem da questão social, residam na sua íntima vinculação ao processo de reprodução capitalista, a qual ainda tem vigência, pois não foi superada. Assim, a questão social relaciona-se necessariamente à ordem burguesa, ou seja, refere-se ao processo de desenvolvimento do próprio capitalismo:

(...) do ponto de vista histórico, no capitalismo a “questão social” vincula-se estreitamente à questão da exploração do trabalho (...) as ações estatais, como as políticas sociais, têm como meta primordial o enfrentamento daquelas situações que possam colocar em xeque a ordem burguesa. Mas, evidentemente, esse atendimento não vai dirigido à raiz do problema; pelo contrário, é orientada para enfrentar algumas das manifestações da “questão social” como problemáticas particulares, fragmentando, estilhaçando e atomizando as demandas sociais como uma forma de reprimir, acalmar e calar qualquer voz que atente contra a coesão e a ordem socialmente estabelecida (PASTORINI, 2010, p. 113).

Para essa autora os setores hegemônicos tratam a questão social orientando-se pela integração social, ou seja, acabam naturalizando as desigualdades sociais. Dessa forma, as políticas sociais perdem o seu caráter de

conquista e passam a ser percebidas como concessões do capital e do Estado, caracterizando formas clientelistas e paternalistas, reproduzindo e reafirmando a ideologia do favor.

Constatamos essa ideologia do favor nas respostas dos entrevistados quando falaram sobre os serviços prestados pelo NAM. Essas opiniões são apresentadas no gráfico nº 1. Para mais de 93% da população migrante, o serviço prestado pelo referido órgão é bom, sendo assim, a visão da *benesse* ainda é muito forte na área da assistência social. Neste sentido, permanece, nas políticas públicas a ajuda como forma de compor uma situação de carência material pelo não interesse, por parte do Estado, em modificá-la.

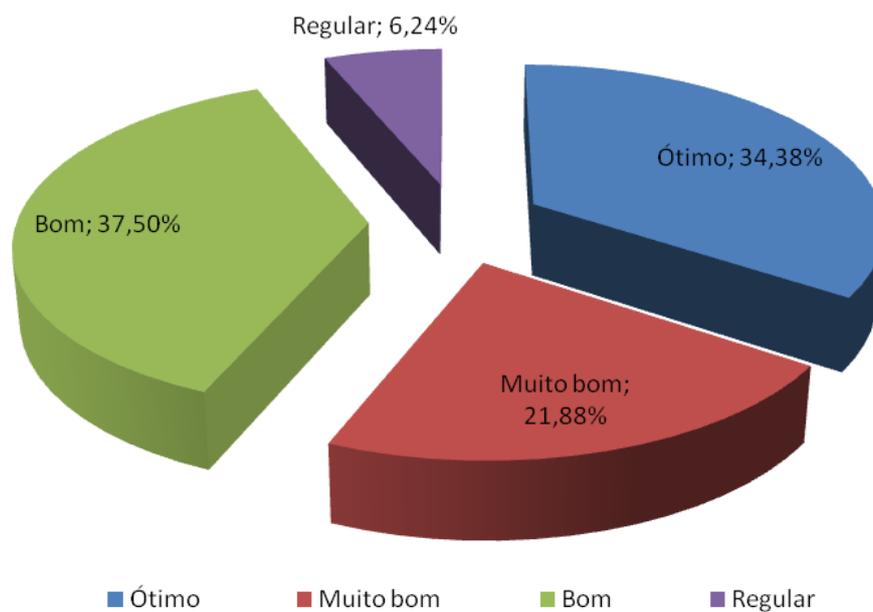


Gráfico nº 1: Satisfação dos migrantes quanto aos serviços oferecidos pelo NAM

Fonte: Pesquisa realizada pela autora, no Núcleo de Atendimento ao Migrante, em Uberlândia, de 20/12/2010 a 10/01/2011

Cumpre enfatizarmos ainda que os entrevistados demonstram sua satisfação com os serviços ofertados pelo NAM nas seguintes falas:

(...) ela [servidora do NAM] entendeu minha condição, me ajudou. (M I, 20/12/2010).

Achei bom, achei legal, favorece muito a gente, né? Em vez de ficar na rua pedindo pro zoutro. (M II, 20/12/2010).

Cheguei com fome, tô comendo (...), ganhei passagem (...), vou ganhar almoço (...), nossa! Que lugar que ganha isso?! (M IV, 22/12/2010).

Mota (2010, p. 27) faz uma análise da ajuda para o trabalhador de modo geral:

O trabalhador esquece sua condição de explorado, sob os encantos da ajuda e o capital se torna humanitário, promotor do desenvolvimento e do bem-estar social, escondendo sob o manto da *ajuda* o que, na verdade, unicamente lhe interessa, isto é, o aumento da produtividade e da força de trabalho.

Segundo a lógica de exploração do sistema capitalista, a prestação de bens e serviços pelo Estado não é definida como direito de cidadania, e sim como uma dívida ou uma concessão do mesmo, ou seja, é a reiteração das desigualdades, da exclusão e da subalternidade. Assim, os usuários, portadores de direitos, são reduzidos a beneficiários, assistidos, requerentes etc, que receberão os serviços e benefícios, sob a forma de políticas sociais e/ou programas compensatórios, paliativos e/ou auxílios temporários, emergenciais e focalizados.

O Estado reproduz o sistema capitalista sem alterar praticamente as desigualdades por ele geradas, contendo possíveis conflitos, respondendo (...) à situação de miséria e pobreza dos trabalhadores e dos grupos mais explorados, mas sempre dentro dos limites impostos pela acumulação do capital (PASTORINI, 2010, p. 93).

As políticas sociais, criadas e gestadas pelo Estado, deveriam ser adotadas visando, de fato, a eliminação dos fatores geradores das desigualdades sociais.

1.1. Migração: conceitos e visão histórica

As teorias econômicas e os movimentos populacionais, de acordo com Trindade (1995, p. 63), sempre ocorreram. Todavia, no final do século XVII até meados do século XVIII³, o mercantilismo dominou histórica e economicamente e, sob a hegemonia de um conjunto de estados europeus, o mundo alargou-se com a institucionalização e expansão do sistema capitalista mundial.

Nesse sentido, a doutrina mercantilista, tendo como pano de fundo as ideias de Maquiavel, de acordo com Trindade (1995, p. 63): “legitimou política e socialmente a procura do lucro e contribuiu para estabelecer uma concepção solidária de interesses entre o poder político e os cidadãos.”

Segundo Trindade (1995, p. 59):

(...) até finais do século XIX, é sublinhada a influência da análise económica (clássica e neoclássica) na abordagem da mobilidade populacional, apoiada na ideia de que a “esfera económica” constitui o motor de todo o desenvolvimento social. Na viragem do século XX, sob o domínio do materialismo dialéctico, esta influência esbate-se, ao mesmo tempo que ganha corpo a perspectiva positivista, preocupada com o estudo dos fenómenos sociais enquanto objectos “externos”. Encontramo-nos num período de transição do pensamento social que desloca o enfoque dos processos de mudança do campo estritamente económico para o campo social.

Assim, para atrair a moeda é preciso exportar e, os mecanismos utilizados traduziram-se em obter excedentes das exportações sobre as importações. Para que as medidas utilizadas tivessem efeito, seria necessário que a mão-de-obra fosse, além de barata, abundante.

Retornamos, novamente, à Marx (1982, p. 733-734), no sentido de analisar o excesso de mão-de-obra disponível a serviço do capital:

³ Segundo Chauí (2010), ao longo dos séculos XVII e XVIII a burguesia se demonstrará como uma classe social revolucionária, destruindo a ordem feudal, consolidando o capitalismo e transformando o Estado para atender seus interesses, ficando conhecidos, esses movimentos, por Revoluções Burguesas, que são processos históricos que consolidam o poder económico da burguesia, bem como sua ascensão ao poder político. As chamadas Revoluções Burguesas foram: as Revoluções Inglesas do século XVII (Puritana e Gloriosa), a Independência dos EUA, a Revolução Industrial e a Revolução Francesa.

(...) se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação (...) no sistema capitalista, e mesmo condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível (...). Ela [população trabalhadora] proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronta a ser explorada (...). Grandes massas humanas têm de estar disponíveis para serem lançadas nos pontos decisivos, sem prejudicar a escala de produção nos outros ramos.

A doutrina liberal, assentada nos princípios defendidos por Adam Smith, contrapondo-se à mercantil, removeu as barreiras impostas pelos Estados ao movimento de bens, capitais e populações. Assim:

(...) a teoria liberal do crescimento econômico partia do princípio que os capitais se formavam na agricultura e se deveriam investir, primeiro, na actividade agrícola, depois nas manufacturas e, quando a indústria se encontrava saturada de capitais, no comércio externo (TRINDADE, 1995, p. 65).

Essa autora destaca ainda, a contribuição para a ciência econômica de Adam Smith, de que é exemplo:

(...) as teses sobre o valor e as teorias sobre os rendimentos, transportam para a análise económica das migrações uma consequência particular: a importância do valor do trabalho para o crescimento económico. Nesse domínio específico, A. Smith foi responsável pela introdução de um novo conceito - o de capital humano (TRINDADE, 1995, p. 66).

Encontramos na tese de pauperização de Karl Marx (1982), um pressuposto sobre as questões das migrações e do crescimento populacional. E, assim, coloca que os camponeses, ao serem despossados dos meios de produção necessários à sua sobrevivência, não tinham alternativas, senão a de migrarem para o meio urbano, vendendo aí, a sua força de trabalho, transformando-se em operários assalariados.

Para Trindade (1995, p. 83), “o materialismo histórico tem como um dado que as classes sociais são definidas pelas relações sociais de produção.”

Cumprido destacar, de acordo com Patarra (2003), que o período compreendido pelo avanço da economia cafeeira, 1860 - 1920, que define os primórdios da industrialização brasileira, constitui-se como um dos períodos mais ricos para o estudo das interrelações entre a dinâmica econômica e as migrações.

Essa autora considera que os movimentos migratórios sempre foram muito intensos no Brasil. Assim, no século XIX vieram mais portugueses, italianos, alemães, espanhóis, eslavos, japoneses, árabes, dentre outros.

Patarra (2003) ressalta que no Brasil o período de 1890 a 1920 foi marcado pelos intensos fluxos migratórios, desta forma, a economia cafeeira influenciou a dinâmica econômica e social e, fundamentado na propriedade de grandes extensões de terra e na república oligárquica, o modelo agroexportador exprime a estrutura dominante durante a Primeira República.

Essa autora considera ainda que, a partir de 1920, coincidindo com o período da expansão da economia cafeeira no Brasil, aparece uma nova divisão internacional de trabalho, em consolidação com a defesa do capitalismo industrial. Observa-se que a população reestrutura-se então, em decorrência do dinamismo da economia local, baseada principalmente na produção e exportação do café.

Patarra (2003, p. 13) destaca que “mesmo com o interregno provocado pela crise de superprodução do café e pela guerra (1914/1918), a expansão contínua das plantações sustentaram e foram sustentadas pela reprodução contínua da dinâmica migratória”.

Até 1930 a economia brasileira, para essa autora, continuou fundamentalmente agro-exportadora e regionalmente dividida. Na região Centro-Sul predominava a cafeicultura; no Norte a borracha, no Nordeste a cana-de-açúcar, com exceção da Bahia, que produzia principalmente o cacau. Dessa forma inicia-se o incipiente processo de industrialização que, por sua vez, influenciará na intensificação da urbanização.

Entre 1930 a 1950 apresenta-se uma diminuição significativa dos movimentos migratórios internacionais, mas, tal processo foi acompanhado por um intenso fluxo migratório interno, que fornece mão-de-obra para as áreas de concentração econômica. Nesse período ocorre a emergência de políticas sociais, tais como: saúde pública, previdência social, assistência médica, educação básica e

ordenamento do mercado de trabalho, as quais incidem sobre alguns aspectos da chamada questão social (PATARRA, 2003).

Nos anos de 1960 e 1970, a autora considera que ocorre a aceleração do crescimento industrial, além do processo de migração interna, com intenso êxodo rural, cujas causas principais relacionam-se à mecanização da agricultura, expansão do setor terciário e industrialização. Essa situação contribuiu para o Brasil se tornar um país predominantemente urbano.

No que se refere ao processo migratório, a partir de 1980, Patarra (2003) considera que, há consenso entre os especialistas sobre a constatação de que ocorreram acentuadas transformações nos volumes, fluxos e características dos movimentos migratórios no Brasil, sintetizados num menor crescimento das metrópoles, numa maior predominância de migrações a curta distância e intrarregionais, numa incidência acentuada de migrações de retorno, na tendência a um crescimento de cidades de médio porte e na configuração generalizada de periferias, no entorno dos centros urbanos maiores, nas distintas regiões do país.

Os entrevistados reafirmam as teorias das migrações de retorno, o qual é o segundo motivo para a população migrante se deslocar, representando 37,28%. Isso ocorre devido a não obtenção do primeiro motivo que indica 44% na busca por trabalho.

Outro dado que merece ser mencionado, diz respeito à origem e destino da população migrante, ou seja, 34,48% vieram do próprio estado de Minas Gerais e 24,96% procedem do estado de São Paulo e, destinam-se, principalmente, aos mesmos estados, comprovando a migração a curta distância e intrarregional.

1.2. Tipos de migração

Trindade (1995) destaca que as migrações são classificadas, considerando os seguintes aspectos: quanto ao espaço de deslocamentos:

- a) migração internacional ou externa: de um país para outro;
- b) migração nacional ou interna, essa pode ser classificada em interregional e intrarregional.

Vale ressaltar que, nestes dois casos, encontram-se as denominadas migrações definitivas ou temporárias. “Há um tipo de migração temporária – as sazonais – que queremos chamar a atenção, pois são aquelas inferiores a um ano e se repetem ciclicamente com periodicidade anual” (TRINDADE, 1995, p. 34).

Ammann (2006) ordena as migrações quanto à forma, em: espontânea, forçada e planejada ou pré-concebida.

Quanto às causas das migrações internas, de acordo com Trindade (1995, p. 35), “podem ser diversificadas as múltiplas razões circunstanciais, capazes de provocar movimentos de entrada, saída ou de troca de populações, de uma para outra região”.

Golgher (2001, p. 18) destaca que “os fatores de origem e destino que atuam no processo migratório podem ser classificados em fatores econômicos e não-econômicos.” Bagno, Edwald & Cavalcante (2008, p. 8) concordam que a migração ocorre por ambos os fatores:

São acompanhados por diferentes desigualdades que se sobrepõem e se reforçam mutuamente. A sina do migrante é marcada pela pobreza, sob a forma de múltiplas privações, especialmente por uma pobreza extrema e persistente.

Essas autoras ressaltam que:

As desigualdades de renda, a má distribuição de recursos sociais (educação, saúde, habitação) e a precária divisão de oportunidades (acesso à profissionalização, trabalho e renda) são os principais fatores responsáveis pela profunda desigualdade social em nosso país. (...). O abismo entre os ricos e pobres é o principal responsável pela perpetuação da pobreza e da exclusão social (BAGNO *et. al.*, 2008, p. 9).

A análise de Golgher (2001, p. 21), sobre a migração baseia-se na vertente pós-moderna, que considera esse fator como resultante de características pessoais dos migrantes, isto é,

As características pessoais do indivíduo entram diretamente ou por meio de interações, na função de utilidade do indivíduo e influenciam decisivamente, a escolha do local para o qual este irá se transferir. Dessa maneira, os diferenciais regionais influenciam a escolha, mas a própria percepção do indivíduo e suas características pessoais alteram o que seria a melhor opção. Assim, pode-se dizer que, dependendo das características específicas de cada migrante, as variáveis regionais têm uma influência diferente como potencializador da migração. Variáveis pessoais do indivíduo, como sexo, idade, nível de instrução etc., mudam o modo pelo qual o indivíduo avalia seu local de origem frente aos demais. Os ganhos esperados em cada um desses locais variam devido a estas diferenças nas características pessoais do indivíduo.

Em consideração aos fatores que induzem à migração utilizaremos a classificação adotada por Ammann (2006), de três categorias, ou seja, a migração sem a influência de fatores de expulsão, àquela motivada; a migração sem a influência de fatores de atração, causada pela força de expulsão vigente na região de origem; e a migração motivada pela expulsão sentida na região de origem e pela atração na região de destino. Para a autora, as pessoas que migram na primeira categoria, normalmente, retornam após o cumprimento do objetivo que buscavam.

Trindade (1995, p. 37) trata, ainda, do percurso migratório que compreende “o conjunto de passos, ações ou situações, dados ou experimentados por um indivíduo migrante, com relevância para o processo em que se encontra envolvido”. Esse processo abrange desde a intenção de partir, incluindo as informações recebidas sobre a região, cidade de destino, a falta de satisfação com a posição atual, a elaboração da esperança de futuro e o balanceamento das alternativas de decisão, compondo-se das seguintes fases: preparativos de partida, viagem propriamente dita, primeira instalação, inserção e fixação.

A fixação permanente não é, no percurso migratório, a única alternativa, pois pode ser substituída pelo regresso, o qual acontece, caso sejam atingidos os objetivos da viagem ou alteração das condições imaginadas pelo migrante ou em caso de insucesso. Esse processo de regresso deverá considerar “a existência de uma fase de reinserção” (TRINDADE, 1995, p. 39).

Para fugir de tal condição, de tamanha vulnerabilidade, o migrante abraça os desafios do processo de migração e, lança-se seguindo na ilusão de cenários

mais promissores, verbalizados por alguns dos nossos entrevistados, nas seguintes expressões:

(...) eu ainda tenho o gosto de ter uma casa (...). (M XXXII, 10/01/2011).

É ilusão a pessoa sair de sua cidade e ir prá outro estado (...), bom (...), eu penso assim, não sei os outros. (M XXI, 10/01/2011).

Ali em Patos [de Minas (MG)], se eu tivesse a chance de trabalhar registrado [com carteira de trabalho assinada] em algum lugar eu ficaria lá. (M XXXII, 10/01/2011).

As condições de trabalho nas cidades menores e do interior são mais precárias, do ponto de vista da ausência de postos de trabalho, do que das metrópoles, daí a necessidade que a população sente em buscar nas cidades maiores melhores oportunidades. Assim, decidem migrar e, nas metrópoles, além de serem colocadas, mais uma vez, às margens dos processos de trabalho, sentirão ainda a perda de suas origens e muitas vezes, dessa maneira ficam sem contato com seus parentes e amigos, passando a comporem o processo de desenraizamento.

Cabe então abordarmos a necessidade do ser humano, no que tange à questão do enraizamento que, segundo BOSI (1992, p. 16): “[...] é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana e uma das mais difíceis de definir.”

Essa autora considera que seria mais justo pensar a cultura de um povo migrante, em termos de desenraizamento, e que o foco não deve recair sobre o que se perdeu, pois as raízes já foram arrancadas, partidas; ao contrário, deve-se “procurar o que pode renascer” (BOSI, 1992, p. 16).

O migrante, segundo essa autora, deixa para trás a terra natal e suas paisagens, seu roçado, sua geografia, seus animais, sua casa, sua rede social, e seu modo de vestir, festejar, falar, cultuar a Deus, viver. O processo de desenraizamento do migrante, para a autora, é a mais perigosa doença que atinge a cultura. Vejamos o que alguns dos nossos entrevistados abordam nesse sentido:

Lá [Cuiabá] eu já conheço bastante (...), sou bem adaptado no estado do Mato Grosso. (M XXIV, 10/01/2011).

(...) não adianta eu tentar fazer raiz num lugar porque não vai dar certo (...), não é fictício da minha cabeça, tá ligado? É um negócio assim (...), o cara que mora desse jeito, nessa situação, ele é o cara mais desprezado na sociedade, entendeu? Que é o andarilho, que é o trecheiro. (M IX, 28/12/2010).

Eu leio sobre religião, é importante, né? Aí, quando eu tenho tempo, vou ao cemitério celebrar missa prás almas (...), aí, as portas tá abrindo prá mim, graças a Deus. (M III, 20/12/2010).

Caldart (2008) também trata da importância da questão do enraizamento para o ser humano. E ter raiz, para essa autora, é participar real e ativamente de uma coletividade que conserva vivo certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro. Enraizado é o sujeito que tem laços, que permitem olhar tanto para trás como para frente, isto é,

Ter projeto, por sua vez é ir transformando estes pressentimentos de um futuro em um horizonte pelo qual se trabalha, se luta. Não há, pois, como ter projeto sem ter raízes, porque são as raízes que nos permitem enxergar o horizonte. O enraizamento projetivo é, pois, um dos processos fundamentais de formação dos lutadores do povo, assim como talvez o seja de qualquer ser humano (CALDART, 2008, p. 141).

Neste sentido, Cunha (2007, p. 50) considera que o ser humano tem necessidade de se enraizar, quando isto não acontece, o homem substitui, apenas aparentemente, “por uma outra geografia: a do deslocamento.”

Bom (...), desci de Goiânia vim prá Itumbiara, de Itumbiara aqui (...). Tem 18 anos que eu não sei o que é morar numa cidade [num lugar fixo]. (M IX, 28/12/2010).

Caldart (2008) analisa que a escola é uma organização importante no processo de enraizamento das pessoas e faz parte de um contexto maior, que é a própria sociedade que, dependendo das opções que faça:

(...) pode ajudar a enraizar ou a desenraizar; pode ajudar a cultivar utopias ou um pressentimento mórbido. Toda vez que a sociedade desconhece e ou desrespeita a história de seus cidadãos, toda vez que se desvincula da realidade dos que deveriam ser seus sujeitos, não os reconhecendo como tal, ela escolhe ajudar a desenraizar e a fixar seus sujeitos num presente sem laços. E se isto acontecer com um grupo social desenraizado ou com raízes muito frágeis, isto quer dizer que estas pessoas estarão perdendo mais uma de suas chances (e quem garante que não é a última?) de serem despertadas para a própria necessidade de voltar a ter raiz, a ter projeto. Do ponto de vista do ser humano isto é muito grave, é violentamente desumanizador (CALDART, 2008, p. 141).

As falas de alguns entrevistados corroboram o fator do desenraizamento tratado por Caldart (2008) assim como denotam a ausência de elos com as cidades de origem, comentado por Bagno *et. al.* (2008):

Eu morava com minha vó, fui criado com minha vó, só que ela faleceu ano passado aí eu não tenho casa e vou prá casa de um primo em Cascavel [não tem endereço do referido parente] prá conseguir alguma coisa. A Prefeitura [da cidade de origem] deu [a passagem] até aqui só (...), foi o maior sacrifício (...), levei mais de mês prá pegar essa passagem. (M X, 28/12/2010).

(...) igual quando eu falei prá senhora (...), eu sai de casa com 15 anos de idade [não sabe de nenhum familiar e não tem laço em sua cidade de origem]. (M XII, 28/12/2010).

Para Bagno *et. al.* (2008) o migrante sente a perda de suas referências, do elo com seu lugar de origem, da imagem da vida e da abundância que procurava. Então, sente-se perdido e temeroso, completamente só e desenraizado, sem saber por onde seguir, se irá sobreviver ou chegar ao seu destino.

1.3. Migração enquanto direito de ir e vir

Buscando analisar a migração sob a ótica do direito de ir e vir, a Constituição Federal do Brasil de 1988 (Art. 5º, inciso XV), diz que: “é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens”. No âmbito

internacional, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), da qual o Brasil é país signatário, em seu Art. 13 menciona: “Todo homem tem direito de ir e vir para onde quiser e de morar, em sua terra onde bem lhe convier”.

Nesse sentido, entendemos que a migração no território nacional é um dos direitos humanos. Assim, os Direitos Humanos passam a ser instrumento legítimo do exercício da cidadania. Cogo (2007) aborda a construção da cidadania, como uma experiência singular que resulta da imprevisibilidade e turbulência que assumem as migrações contemporâneas, as quais demonstram a capacidade organizativa dos migrantes e de suas redes, atribuindo-as ao caráter de movimento social embora, muitas vezes, suas práticas cotidianas configuram-se parciais, fragmentadas e ambivalentes.

Ao relacionarmos o direito de ir e vir, segundo Gonçalves (2001), devemos admitir que o mesmo encontra-se envolvido por uma polêmica que gira em torno das condições em que tal processo ocorre: de modo livre, ou seja, simplesmente exercendo-o, ou de modo obrigatório, visando interesses políticos e econômicos, impostos pelo sistema capitalista que funda historicamente, a divisão de classes sociais: proletariado e burguesia.

Dentre as reflexões sobre as migrações analisadas por Patarra (2003), observa-se a natureza dos movimentos migratórios. Esses têm efeitos sobre os processos anteriores de concentração e desconcentração industrial, ou ainda, como aspectos que estariam refletindo o novo contexto da modernidade, com perversas consequências, em níveis crescentes de desemprego, subemprego, dentre outros fatores.

Marx (1982, p. 787) ao analisar a realidade capitalista do século XIX, considera a diminuição de pessoas empregadas em relação à industrialização:

(...) a introdução de aparelhagem mecânica para adubação (...) a aplicação da máquina a vapor e de toda espécie de maquinaria (...) os custos relativos da produção agrícola foram reduzidos quase à metade, com a introdução da nova maquinaria (...). Já sabemos que ao mesmo tempo diminuiu o número de pessoas empregadas na agricultura.

A análise de Marx, no século XIX, continua pertinente na contemporaneidade, uma vez que o ato do trabalho não pode ser considerado fora de sua dimensão histórica, de seu próprio movimento, devido ser sempre continuidade e ruptura, já que parte das condições e circunstâncias herdadas e as altera, criando novos patamares e ainda as formas particulares que assume no seu devir histórico e que sempre foram determinadas. Desta forma, em níveis diferentes do século XIX.

No século XXI os trabalhadores deparam-se com inovações tecnológicas que ocupam seus postos de trabalho, forçando-os a encontrarem alternativas de emprego, sendo que a realidade mencionada pelo migrante entrevistado manifesta-se da seguinte forma:

A pessoa tem que lutar, trabalhar, acompanhar o mundo mudar (...), fazer sempre um curso, é importante fazer curso, né? (...), principalmente na minha área [auxiliar de açougueiro] hoje que é muitas máquinas nova (...), modernizou muito (...). Antigamente era no machado, na faca na minha época (...), hoje já é serra (...) elétrica. (M X, 28/12/2010).

Alves & Antunes (2004) colocam que há um processo heterogêneo, complexo, quando se analisa a forma de ser da classe trabalhadora atual, a qual é fragmentada e complexificada. Os autores citam os fatores que mais contribuíram para a modificação no mundo do trabalho da atualidade, ou seja, o trabalho terceirizado, a inserção e expansão da mão-de-obra feminina, a crescente exclusão dos jovens – os quais têm muita dificuldade de colocar-se no mercado – assim como “idosos” – que, segundo Antunes, aos 40 anos já não conseguem retornar ao trabalho formal.

Entende-se então que o mundo do trabalho atual tem recusado os trabalhadores herdeiros da “cultura fordista”, fortemente especializados, que são substituídos pelo trabalhador polivalente e multifuncional da era *toyotista*.

Bagno *et. al.*(2008, p. 7-8) caracterizam o sujeito migrante, considerado a partir da seguinte perspectiva:

(...) além de viver os riscos da jornada e deixar para trás suas raízes, carrega consigo aprendizados, habilidades e competências desenvolvidas no local de origem – o meio rural, as quais não encontram acolhimento e aplicabilidade nos centros urbanos. Isto o deixa sem perspectivas de conseguir trabalho ou remuneração adequada para superar as desigualdades sociais e romper com o ciclo da pobreza. O migrante não conseguiu trabalho temporário, tampouco viu perspectivas nos trabalhos industrializados, ao substituir o trabalho humano pela máquina. (...). Essa sina reproduz a saga de muitos retirantes anônimos, que até hoje chegam às cidades, resignados, com baixa auto-estima e baixas expectativas quanto às possibilidades futuras.

Vejamos o depoimento de um dos migrantes entrevistados oriundo da área rural:

Ah eu espero conseguir (...), sempre a gente trabalha mais em fazenda [sua origem é a zona rural]. Espero conseguir como serviços gerais, ajudante de pedreiro. (M XXII, 10/01/2011).

Carvalho (2008, p. 11) ressalta que “migrar é uma experiência diretamente ligada à identidade e à subjetividade de um indivíduo. Ao migrar uma pessoa ou grupo familiar tem sua vida totalmente transformada”.

To indo prá Catalão (...). Tem seis mês que minha esposa faleceu entende? (...). Tenho dois filhos (...), queria vender a casa mas meus filhos não aceitou. Ir prá Catalão, minha sobrinha tem uma chácara lá prá eu trabalhar (...), prá depois eu ir buscar meus filhos. (M I, 20/12/2010).

Compreender a migração significa, ainda, entender o local de origem do migrante com seus fatores econômicos, sociais, ambientais, políticos e afetivos, assim como também o local de destino inclusive com a “imagem” do próprio migrante sobre esse local. Há ainda que se entender, o significado das redes sociais, outras ligações entre o local de partida e o de destino, com as informações e os meios de locomoção e de estabelecimento nesse novo lugar.

Para exemplificarmos o que foi relacionado anteriormente, acreditamos ser oportuno partilharmos os discursos de alguns dos sujeitos pesquisados:

(...) isso não é vida não senhora (...), tenho fé em Deus que seja a derradeira (...). Ficar debaixo prá cima (...), viajar cansa (...), tanto espiritualmente, quanto emocionalmente. (M XV, 29/12/2010).

(...) me falaram que lá não tinha jardineiro, não tinha paisagista. Chegou lá (...), era tudo ilusão. (M XXI, 10/01/2011).

Observamos que os entrevistados possuem pouca qualificação profissional, o que dificulta a inserção no mercado de trabalho, a qual deve ser permanentemente requalificada devido ao avanço tecnológico na contemporaneidade.

Acredita-se que o indivíduo que migra realiza este processo não apenas por razões econômicas, mas por outras, que ele próprio desconhece. É inegável a existência do fenômeno de “expulsão” do lugar de origem, e de “atração” pelo local escolhido, como dito por Ammann (2006), o Brasil é um país que proporciona condições favoráveis à mobilidade, principalmente no que tange a três aspectos: inexistência de barreira linguística, geograficamente o país possui regiões relativamente planas, o que permite a construção de rodovias e ferrovias a baixo custo e, finalmente, o clima que é favoravelmente homogêneo.

No que tange ao fenômeno inegável de expulsão do local de origem, referenciado anteriormente, vale transcrevermos a fala de um dos nossos entrevistados:

(...) mas eu disse que a cidade [de origem] não está me dando oportunidade de trabalho. (M X, 28/12/2010).

Assim, observamos que o contínuo avanço tecnológico não garante postos de trabalho à população, compatíveis em qualidade e renda com as necessidades básicas da mesma. A lógica da globalização e do fracionamento das cadeias produtivas incorporou parte dos bolsões de mão-de-obra barata sem elevar-lhes a renda. Os postos de trabalho formal, em Uberlândia (MG) representam 57% e o informal conta com um percentual de 43%, segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego (2000). Se, por um lado, surgem oportunidades bem remuneradas no trabalho flexível, por outro, o setor informal também abriga o emprego muito precário e a miséria. E, especialmente nas cidades e regiões mais periféricas, os governos –

comprometidos com a estabilidade – não têm orçamento suficiente e estruturas eficazes para garantir a sobrevivência dos novos excluídos. O paradigma do emprego está em definitiva mudança, e há inúmeras razões para preocupação quanto ao futuro da exclusão social no século XXI.

Carvalho (2008, p. 46) ressalta a dificuldade que o migrante tem para tomar a decisão de mudar de cidade, de estado; essa atitude para ele é considerada como “radical, extrema”, para a satisfação de um desejo e/ou realização de um sonho; mas, este mito é sustentado nos “novos horizontes”, tornando esse processo de tomada de decisão conflituoso, podendo ainda estar fortemente entrelaçado à desesperança, que é um fator de expulsão, visto na perspectiva das migrações.

(...) me falaram de um serviço no *shopping*, mas não dando certo (...). Tô indo embora. (M II, 20/12/2010).

Fiquei semanas prá ver se arrumava serviço aí, não arrumei. (M IV, 22/12/2010).

(...) fui trabalhar em Rondonópolis, não deu certo. (M XIV, 28/12/2010).

Mediante as situações relatadas pelos migrantes, observamos que ao decidirem ir em busca de alguma possibilidade de melhoria de vida, a maioria retorna pois o fracasso nessa tentativa parece ser maior do que o sucesso, o que, quase sempre está diretamente ligado à estrutura econômica e social do Brasil.

Assim, o trabalho é compreendido como elemento que constitui a sociabilidade humana, está associado ao reconhecimento de que as relações sociais construídas pela humanidade fundamentam-se na reprodução da própria vida, configurando-se a gênese do trabalho – produção e reprodução da vida humana.

Cumpramos destacar que o trabalho refere-se a um dos pilares de sustentação do equilíbrio humano. Significa ter lugar no mundo. Para tanto, estar em um lugar estranho e sem trabalho, contribui para a sensação de não pertencimento e dificulta enormemente os vínculos sociais. É oportuno ressaltarmos que dentre as diversas

razões para a migração, o trabalho tem sido um motivo recorrente, pois segundo Castro (2010, p. 21):

(...) embora a nova economia da migração tenha por base as decisões coletivas e apresente uma gama maior de factores que influenciam a migração, esta abordagem é semelhante à teoria neoclássica, na medida em que se concentra do lado da procura e nos motivos que levam os indivíduos a migrarem principalmente em busca de trabalho.

Essa busca pelo trabalho aparece em nossa pesquisa nos motivos apontados pelos migrantes para viajarem, com valores percentuais de 44%, de acordo com o gráfico nº 2.

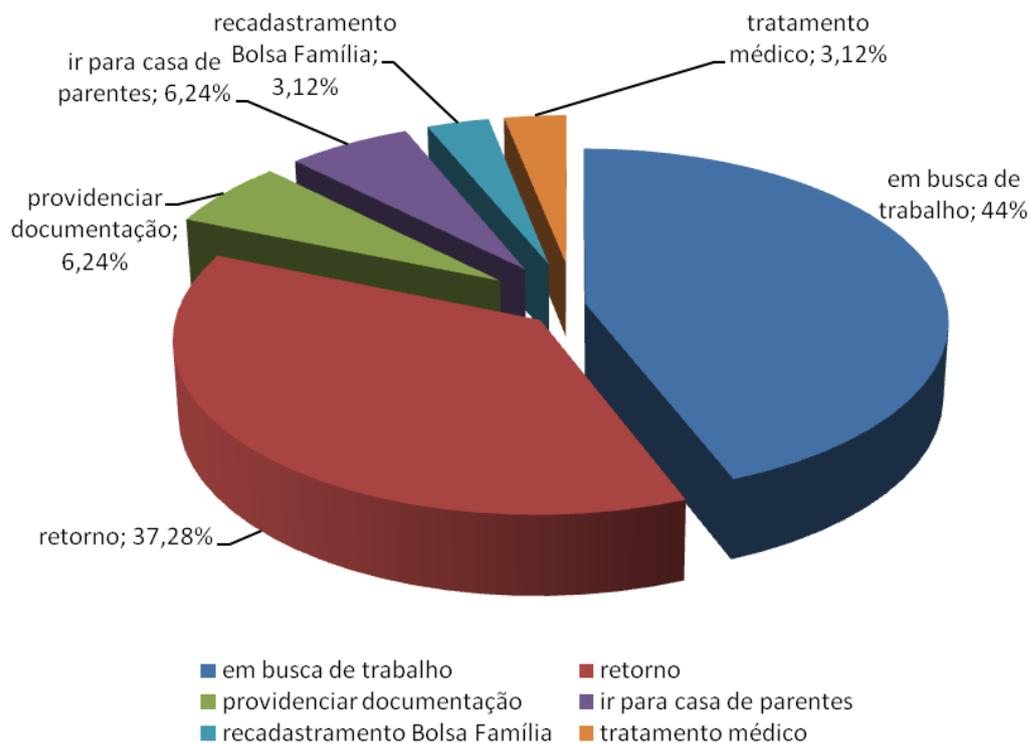


Gráfico nº 2: Motivos dos entrevistados para migrarem

Fonte: Pesquisa realizada pela autora, no Núcleo de Atendimento ao Migrante, em Uberlândia, de 20/12/2010 a 10/01/2011

Carvalho (2008, p. 17-18) discute a respeito das causas das migrações estarem pautadas em modelos econômicos, principalmente no “desequilíbrio de distribuição de riquezas e uma necessidade por força de trabalho não encontrada nos lugares de destino dos migrantes.” O que é confirmado em nossa pesquisa, pois 44% dos entrevistados estão em busca de trabalho.

O mesmo autor afirma ser absurdo pensarmos que o migrante, ao resolver migrar “toma uma decisão totalmente racional baseada em aspectos mercadológicos friamente analisados.” Muitas vezes, o comportamento do migrante relaciona-se às experiências históricas de sua família, comunidade, ou ainda nas informações que possui sobre o local de destino. Para tanto, acreditamos ser interessante relacionar essa busca pelo trabalho com a qualificação profissional (ou a falta dela) desses migrantes, aspecto demonstrado no gráfico a seguir:

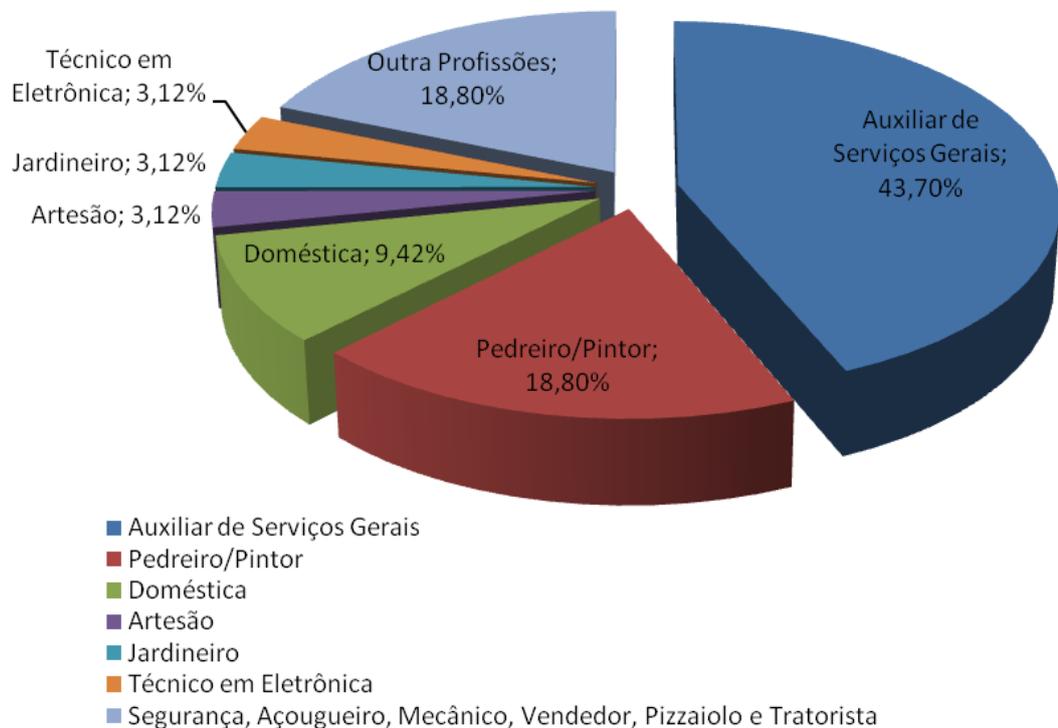


Gráfico nº 3: Ocupação/profissão da população pesquisada

Fonte: Pesquisa realizada pela autora, no Núcleo de Atendimento ao Migrante, em Uberlândia, de 20/12/2010 a 10/01/2011

Pela ocupação/profissão⁴ declarada pelos entrevistados 43,7% são Auxiliar de Serviços Gerais. Assim, é possível inferir que a baixa escolaridade não contribui na inserção dessa população ao mercado de trabalho. Observamos que o percentual de “doméstica” (9,42%) corresponde ao número de migrantes do sexo feminino - conforme será demonstrado no terceiro capítulo - confirmando o que Chaves (2009, p. 23) comprovou em sua tese de doutorado:

Do ponto de vista do mercado de trabalho, um dos principais aspectos a favorecer tal migração ainda é a possibilidade de conseguir emprego nos serviços domésticos nos centros urbanos, categoria ocupacional majoritariamente feminina.

Faz-se oportuno ainda, relacionarmos a situação de empregabilidade desse público, verificando, inicialmente, o que Batista & Codo (2002) analisam sobre as consequências do desemprego, aludindo-o à relação com a identidade ferida. Isso ocasiona baixa auto-estima. No caso da população migrante, essa situação é demonstrada de diversas formas, inclusive com o próprio descaso pessoal.

Trata-se daqueles que foram excluídos socialmente por gerações (...). Lembre-se que hoje você não “está desempregado”, você “é desempregado”, como se é mulher ou negro. É uma identidade que acaba se tornando preponderante para os indivíduos e é uma identidade ferida, carregada de mais preconceito. Ser desempregado não alude à desgraça, má sorte, mas à incompetência, e a sociedade “pura”, a nova ordem, não tolera isso (BATISTA; CODO, 2002, p. 410).

⁴ A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) tem por finalidade a identificação das ocupações no mundo do trabalho, para fins classificatórios junto aos registros administrativos e domiciliares. Os efeitos de uniformização pretendida por essa Classificação são de ordem administrativa e não se estende as relações de trabalho. Já a regulamentação da profissão é realizada por meio de lei, cuja apreciação é feita pelo Congresso Nacional, por meio de seus Deputados e Senadores, e levada à sanção do Presidente da República. As atividades declaradas pelos nossos entrevistados são todas referentes à ocupação, com exceção do Técnico em Eletrônica que se enquadra como profissão, por ser peculiar a uma determinada arte ou ofício. Vale ressaltar que em nosso texto, optamos por utilizar o termo “ocupação/profissão”, visando maior proximidade da linguagem dos sujeitos, pois os mesmos não diferenciam tais termos.

A situação do desemprego, vivida por 84,34% dos nossos entrevistados, conforme demonstrado no gráfico nº 4, sendo uma das causas da migração, é analisada sob o prisma trabalho e não-trabalho por Castel (2005, p. 496):

O trabalho, (...), é mais que trabalho e, portanto, o não-trabalho é mais que o desemprego, o que não é dizer pouco. Também a característica mais perturbadora da situação atual é, sem dúvida, o reaparecimento de um perfil de “trabalhadores sem trabalho”, (...) os quais, literalmente, ocupam na sociedade um lugar supra numérico, de “inúteis para o mundo”.

Assim, podemos co-relacionar o desemprego com o processo migratório, por ser esse um dos resultados da falta de postos de trabalho, conforme abordado por Castel (2005, p. 14):

Enfraquecimento das formas de políticas sociais, ou pelo seu encolhimento, pelo crescimento de desemprego e da precarização, pela possibilidade de acesso livre aos postos assalariados de trabalho, sua personificação se faz não pelo vagabundo. Mas pelo desemprego e pelos desempregados, os novos “desfilados” sem lugar, categorias que se construíram como contraponto e reverso da situação configurada a partir do trabalho como imperativo.

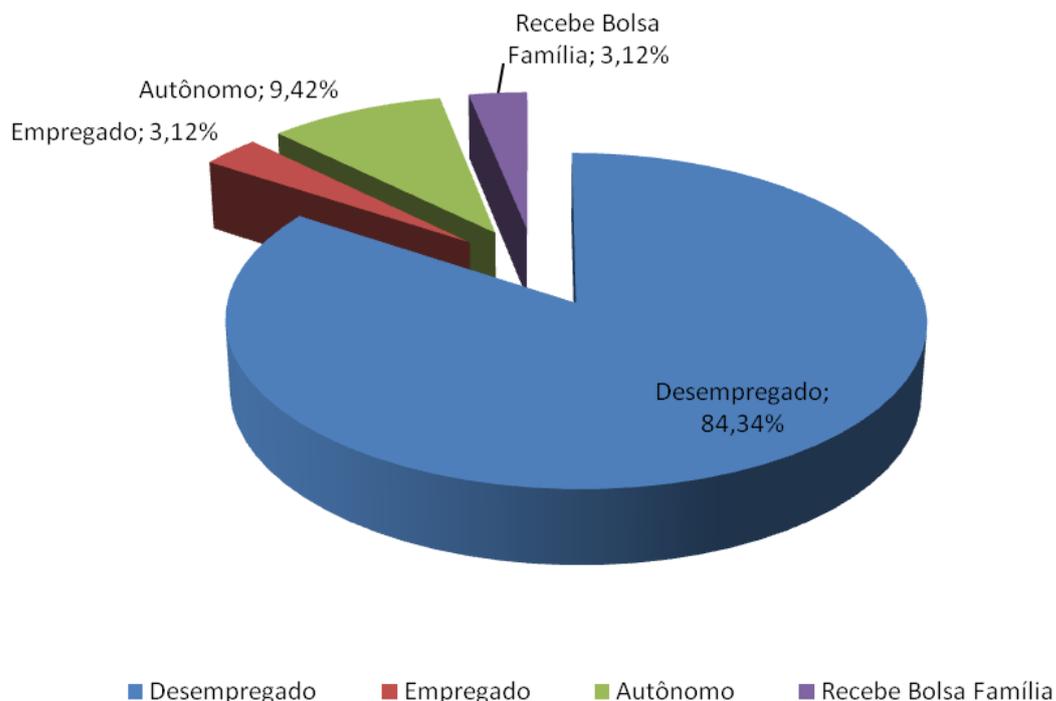


Gráfico nº 4: Distribuição dos migrantes entrevistados quanto à empregabilidade
 Fonte: Pesquisa realizada pela autora, no Núcleo de Atendimento ao Migrante, em Uberlândia, de 20/12/2010 a 10/01/2011

Salientamos que 84,34% dos migrantes entrevistados estão desempregados; 9,42% disseram trabalhar como autônomos, 3,12% encontra-se empregado e, com o mesmo índice, o migrante – beneficiário do Programa Bolsa-Família – não se percebe desempregado, o que comentaremos logo a seguir.

Para Cunha (2007, p. 77) o que mobiliza os migrantes é a busca de melhores condições de vida, ou seja: “é o desejo de livrar-se dos grilhões da pobreza, da fome e da miséria. Há também fome cultural [...], mas sua motivação fundamental é a necessidade de estabelecer novos padrões de sobrevivência econômica”.

Ammann (2006, p. 29) enfatiza que o trabalho aliado às políticas econômicas e sociais: “a atração de maior potencial é, geralmente, o emprego. Mas também são atrativas as remunerações, a habitação (lotes oferecidos pelo governo), a oferta de educação e de saúde pública.” Dessa forma, quando os migrantes saem de suas localidades, eles almejam mais do que mudança de cidade/região, porque essa situação não é só uma escolha individual ou familiar e não só decorrência de fatores negativos nas áreas de origem,

As vulnerabilidades sociais devem ser vistas como processos e transições, mais que como situações específicas e estanques; como algo que afeta mais grupos e comunidades, do que indivíduos; como algo que está relacionado a diferentes dimensões de vulnerabilidade e de privação, do que como um aspecto isolado (BAGNO *et.al.*, 2008, p. 4).

Nesse sentido, Bagno, Edwald e Cavalcante (2008), consideram que a migração é permeada por uma relação custo-benefício, bem como as expectativas dos ganhos esperados na região de origem e de destino.

(...) por isso tô indo prá lá (...), porque falam muito do arsenal, diz que lá tem o único albergue do Brasil que tem curso de qualificação. (M XVII, 29/12/2010).

Na busca de assegurar sua identidade de trabalhador, ainda que seja, no momento, somente beneficiário do Programa Bolsa-Família, o migrante, por nós entrevistado, (M 30), considera-se como tal. Contudo, o valor do seu benefício é de

R\$ 68,00, conforme informação do mesmo por ter sido caracterizado, mediante os critérios do referido Programa, na categoria de “morador de rua”. Por ser um valor insuficiente para assegurar suas necessidades básicas, o entrevistado migra em busca de melhores condições de vida. Não conseguindo suprir, minimamente, o que lhe é essencial, permanece em trânsito procurando o que lhe seja mais apropriado.

A situação desse entrevistado remete à análise dos programas e serviços propostos pelo Estado,

(...) a questão do Estado de Bem-Estar e as tentativas de retroceder para padrões mais seletivos e particularistas de direitos, isto é, de fato, característico da corrente neoliberal. O máximo que eles conseguem conceber é uma rede de proteção apenas para os mais pobres dos pobres. Eles não têm tido, no entanto, muito sucesso nessas tentativas. Agora começam a ficar claras as razões desse insucesso. A persistência do desemprego, a tendência de elevação do desemprego estrutural e a precariedade dos vínculos nas margens do mercado de trabalho provocam problemas sociais múltiplos. A própria abrangência destes tem acarretado a manutenção de esquemas institucionais do Estado de bem-estar, dificultando a adoção de políticas que restringem benefícios apenas para alguns grupos da população. A funcionalidade seletiva também é posta em causa pela impossibilidade de se eliminar importantes “armadilhas da pobreza” através de direitos sociais seletivos. Os que recebem este tipo de benefícios estatais, pois não lhes compensa tentar conseguir um trabalho mal remunerado (o único tipo de emprego que eles têm chances realistas de conseguir no mercado de trabalho). Estas “armadilhas da pobreza” tendem a se tornar mais rígidas e profundas quanto mais seletivo for o esquema de benefícios (GENTILI & SADER, 2008, *apud* THERBORN, 2008, p. 161).

Golgher (2001) considera que no processo migratório há uma busca de ascensão social e melhoria de condições de vida, apesar da perda psíquica resultante do afastamento dos familiares e amigos, configurando-se num investimento em capital humano. Para esse autor, sob o prisma macro-social, na abordagem histórico-cultural, a migração é decorrência da desigualdade econômica entre as regiões, sendo as áreas mais prósperas, pólos de atração de fluxos migratórios. Ou seja, as desigualdades entre as regiões, com diferentes ofertas e demandas do mercado de trabalho, são os principais fatores motivadores da migração.

Prá trabalhar, né? Aqui [Uberlândia] é melhor [que a cidade de origem dele, no caso, Monte Alegre de Minas (MG)] né? (M III, 20/12/2010).

CUNHA (2007, p. 120) ressalta que, seja qual for a razão para a migração, essa pode ser bem ou mal sucedida, contudo, também considera que há variante psicológica que deve ser observada, isto é, o sentimento da perda. “Perde-se o referencial territorial, os valores culturais e as pessoas conhecidas”. Isso implica em outra perda, ou seja, a identidade, mas para compreender e trabalhar com essas situações haveria de se ter na equipe do NAM um profissional da Psicologia.

Assim, o migrante:

(...) vem em busca de uma melhor qualidade de vida, acreditando que poderia ter algumas de suas necessidades básicas atendidas e a expectativa de vida ampliada, o que significa ter acesso a emprego, moradia, educação, saúde, habitação digna, saneamento básico (...). Essa travessia como a de tantos retirantes, parecia fadada ao insucesso, pela falta de alternativas e oportunidades que mantêm os altos índices de desigualdades e de excluídos sociais em nosso país (BAGNO *et.al.* , 2008, p. 8-9).

Vejamos o que nos trazem os migrantes entrevistados nesse sentido:

Aí, se eu conseguir um emprego bom aqui [Uberlândia] venho prá cá. (M III, 20/12/2010).

É buscar serviço (...), e eu já tenho parente lá [Britânia, GO] daí, prá mim ficaria mais fácil. (M VI, 22/12/2010).

Segundo Gonçalves (2001) torna-se difícil abordar a questão dos deslocamentos migratórios no Brasil sem relacioná-los às condições sociais. Desse modo, a pobreza e migração têm funcionado como duas faces de uma realidade mais ampla, ou seja, causa e efeito dos problemas estruturais da sociedade brasileira, refletindo sobre as transformações no mundo do trabalho e a conseqüente precarização das condições de vida.

Os migrantes atendidos pelo NAM reafirmam tais teorias elaboradas por esses autores. Suas entrevistas explicitam que mudam almejando acesso às necessidades humanas básicas, tais como: alimentação, vestuário, tratamento de saúde, habitação, entre outras:

(...) o que eu quero mesmo é arrumar um barraco prá ficar com meus filhos. (M V, 22/12/2010).

(...) tô procurando desde ontem, mas não consegui [nem] um prato de comida, pois tô até bambo de fome. (M XII, 28/12/2010).

(...) vou pedir uma roupa prá ela [servidora do NAM]. (M IX, 28/12/2010).

O motivo da minha viagem é que, desde que eu tive esse problema com o meu olho, (...) eu entrei na fila do TFD [Tratamento Fora Domicílio] no SUS [Sistema Único de Saúde] de Patrocínio para tentar conseguir um especialista em retina prá mim voltar a enxergar, prá voltar a trabalhar e, até o momento, eu não consegui esse encaminhamento. (M XII, 28/12/2010).

Comer bem (...), é o que o pobre precisa. (M XXXI, 10/01/2011).

Para Gonçalves (2001, p. 174), os motivos explicitados acima demonstram que as condições sociais e as desigualdades sócio-econômicas da sociedade contribuem com os deslocamentos compulsórios da população pobre:

Expressões como “migração forçada” ou “migração compulsória”, (...) não pretendem subestimar a existência e a importância dos deslocamentos livres e espontâneos. O direito fundamental de ir e vir está na base de qualquer programa de luta pela cidadania (...), a grande maioria da população, especialmente os setores condenados à exclusão social, deixam sua terra e sua gente não por um ato livre, mas por motivos de vida ou morte. (...). Daí nossa insistência em que o direito de ir e vir corresponde o direito de “ficar”. Migrar deve ser uma decisão livre e não forçada pela sobrevivência.

Segundo Golgher (2001, p. 7) “a migração é causada pelos diferenciais regionais em termos de oferta e demanda de trabalhadores”. Assim, entendemos ser necessário oportunizar trabalho e condições adequadas de vida em todas as regiões, para que a migração resulte apenas de uma escolha individual ou familiar e não decorrência da ausência de postos de trabalho ou de outros fatores negativos, nas áreas de origem.

Conforme Patarra (2006, p. 7), a migração no cenário da globalização aponta novas reflexões, ou seja,

As novas modalidades migratórias demandam, no cenário da globalização, a necessidade de reavaliação dos paradigmas para o conhecimento e o entendimento das migrações. E a incorporação de novas dimensões explicativas torna-se imprescindível, assim como a própria definição do fenômeno migratório deve ser revista.

Para Trindade (1995, p. 36), é necessário que se ataque e inverta as causas que originaram a migração,

(...) o que não poderá deixar de constituir um esforço alargado, continuado e, sobretudo, regido por uma programação rigorosa. Esta só deverá verificar-se quando precedida de um conhecimento aprofundado da realidade (...), desde o nível local, ao regional e, finalmente, nacional (...). A descentralização administrativa, política e financeira, assumindo a forma conjunta de regionalização/descentralização dos órgãos do Estado, parece constituírem o passo indispensável para a concretização de políticas de desenvolvimento regional, capazes de nivelar assimetrias existentes e jugular [extinguir] as correntes migratórias que delas decorrem.

Para essa socióloga, os movimentos migratórios precisam ser compreendidos além de simples fatores demográficos, pois:

(...) são movimentos colectivos, cujo impacto afecta o desenvolvimento das populações e não podem ser separados dos factos sociais e culturais que, em larga medida, os determinam. São fenómenos histórica e culturalmente determinados, irreduzíveis a comportamentos objectivos e racionais, quer individuais quer de grupos e obrigam a considerar o estabelecimento de redes de

interrelações entre indivíduos, grupos e sociedades, em contextos com graus de desenvolvimento diversificados, complexos e interdependentes (TRINDADE, 1995, p. 61).

Assim, podemos inferir que os movimentos migratórios estão intrinsecamente ligados ao fator econômico, ou seja, algumas regiões brasileiras possuem mais oportunidades de postos de trabalho, de acesso à saúde, etc do que outras. Isto faz com que as pessoas deixem suas cidades de origem e seus familiares e busquem possibilidades nos outros municípios.

Ao chegarem em Uberlândia (MG), encontram dificuldades de inserção, entre essas podemos citar o excesso de *marketing* sobre a cidade, na intenção de atrair novos investimentos, o que também chama a atenção dos cidadãos para oportunidades de trabalho.

Visando ilustrar tal afirmação, acreditamos oportuno lembrar as reportagens publicadas sobre a cidade de Uberlândia em mídia impressa de abrangência nacional⁵ e propaganda veiculada através de *outdoors* em toda a cidade nos meses de agosto e setembro do corrente ano, como demonstra a figura 1.

⁵ Revista Veja, edições 1648 de 10 de Mai. 2000, 1782 de 18 de Dez. de 2002 e 1841 de 18 de Fev. de 2004.



Figura 1: *Outdoor* de Propaganda da PMU
 Fonte: PMU, 2011

Ressaltamos que, se temos novos investimentos no Município, com esses, naturalmente, teremos mais pessoas em busca de melhores condições de vida. Isso requer maior organização e planejamento dos gestores que devem compreender que a cidade não é só feita de concreto, argamassa, cimento e que o progresso no sentido dos direitos humanos requer políticas públicas nas quais o ser humano tenha espaço de ampliar suas potencialidades que serão acopladas ao desenvolvimento. Uberlândia tem suas peculiaridades, como os demais espaços urbanos capitalistas. Nesse sentido, há de se rever o seu *marketing* político.

A atual Administração Municipal realiza, sistematicamente, um trabalho de vigilância das pessoas nas ruas, denominado de Ronda Social⁶; o que nada mais é a

⁶ A Ronda Social realizada por assistentes sociais ou monitores sociais e policiais militares nos traz à tona o pensamento de Foucault (1991), que aborda a punição e a vigilância como poderes destinados a “adestrar” as pessoas para que essas cumpram normas, leis e exercícios, de acordo com a vontade de quem detêm o poder. A vigilância é uma maneira de se observar à pessoa, se esta está realmente cumprindo com todos os seus deveres, refere-se a um poder que atinge os corpos dos indivíduos,

não ser “recolher” as pessoas que estão nas ruas e encaminhá-las, isto é, se forem moradoras da cidade são conduzidas às suas casas e, se forem de outras cidades e estão aqui seja em busca de trabalho, de atendimento médico ou outra necessidade são levadas ao NAM para serem recambiadas às cidades de origem. Desta forma, podemos denominar que, no Município de Uberlândia (MG), temos o que Foucault (1991, p. 29), retrata:

Ora, o estudo desta *microfísica* supõe que o poder nela exercido não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma “apropriação, mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos, que se desvende nele antes uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade, que um privilégio que se pudesse deter; que lhe seja dado como modelo antes da batalha perpétua que o contrato que faz uma cessão ou a conquista que se apodera de um domínio.

No que tange, especificamente, aos direitos da população migrante, é oportuno ressaltarmos que, de acordo com Vieira (2004) são edificados estados de direito democrático em sociedades limitadas em suas manifestações e interesses, com forte presença autoritária, na prática política e na própria cultura,

Os direitos sociais e a obrigação da sociedade de garanti-los por meio da ação estatal, bem como a universalidade, igualdade e gratuidade dos serviços sociais, são abolidos no ideário neoliberal. As estratégias para reduzir a ação estatal no terreno do bem-estar social são o corte do gasto social, eliminando programas e reduzindo benefícios; a focalização do gasto, ou seja, sua canalização para os chamados grupos indigentes, os quais devem “comprovar” sua pobreza; a privatização da produção de serviços; e a descentralização dos serviços públicos no “nível local” (VIEIRA 2004, *apud* SOARES, 1999, p. 114).

seus gestos, seus discursos, suas atividades, sua aprendizagem, sua vida cotidiana. A vigilância tem como função evitar que algo contrário ao poder aconteça e busca regulamentar a vida das pessoas para que estas exerçam suas atividades. Já a punição é o meio encontrado pelo poder para tentar corrigir as pessoas que infringem as regras ditadas pelo poder. Ambas, vigilância e poder podem ser encontradas em várias entidades estatais. Foucault (1991) afirma a existência de uma *microfísica do poder*, distribuída em estratégias, as quais estendem seus efeitos ao conjunto do espaço social.

Para Vieira (2004) as sociedades latino-americanas passaram, nos últimos dez ou quinze anos, por sérias transformações econômicas, que as levaram a uma política social direcionada a cuidar de maneira focalizada, dispersa, seletiva e momentaneamente de indigentes. Dessa forma, os governos da América Latina elaboraram diretrizes e programas que tiveram a finalidade inicial de mobilizar controladamente essas sociedades e acabaram convertendo-se, antes de tudo, só em políticas de controle das mesmas.

Dá-se a mercantilização, a transformação dos serviços sociais que eram direitos sociais e representavam e asseguravam as mínimas condições de vida para as pessoas. Tais direitos transformaram-se em mercadorias, em serviços vendidos no mercado. A política social do neoliberalismo atende aos indigentes, ou seja, aqueles que não têm meios de gerar a mínima renda. Mas isso não é política social (VIEIRA, 2004, p. 107).

Esse autor (2004) reflete que a democracia liberal organiza-se com base na igualdade de oportunidades, conforme a capacidade de cada indivíduo, não importando a igualdade real na sociedade. E que essa democracia assenta-se no equilíbrio de forças no plano político e não no econômico entre o Estado e o povo.

Nesse sentido, a desigualdade no âmbito econômico está na situação desproporcional existente entre os poucos possuidores de capital, ou seja, a burguesia e os diversos vendedores de força de trabalho, os proletários, ocasionando assim, a dominação de uma classe social sobre a outra, reclamando, a luta dos que não têm, reivindicações no poder público para efetivação dos direitos de cidadania.

Para esse autor (2004, p. 214), “É neste universo que viceja a cidadania, significando um princípio de igualdade desdobrado em vários direitos, dos quais os direitos sociais aspiram a modificar o padrão geral de desigualdade, mesmo sem eliminá-lo de todo.”

Assim, percebemos que o direito de ir e vir do cidadão brasileiro é cerceado à população migrante. Daí, a importância de termos melhor compreensão da situação de vida da população migrante que transita pelo município de Uberlândia (MG), dependendo de recursos públicos para continuarem seus deslocamentos em

busca de fixarem suas raízes em algum lugar que lhes assegure os direitos sociais e a cidadania.

II CAPÍTULO

A POLÍTICA SOCIAL PARA OS MIGRANTES

Para compreender a Política Social destinada aos migrantes, há que se recuperar as origens e os conceitos de política pública, visando analisar e compreender como essas políticas respondem as necessidades sociais da classe trabalhadora, especialmente de grupos associados às expressões da questão social, tais como os migrantes do século XXI.

Conforme Vieira (2004) os anos posteriores a 1990 têm presenciado a confusão entre a política pública e a política social e, nos países latino-americanos, segundo o autor, há aplicação de diretrizes e programas socioeconômicos gestados por organismos de financiamentos internacionais, sob orientações neoliberais.

No âmbito do neoliberalismo as políticas públicas sofreram mudanças, ocorrendo privatizações de vários setores do Estado, bem como, estabelecimento de parcerias público-privado, descentralização de serviços e atendimentos entre outras. Nas políticas sociais brasileiras surgem programas de erradicação do trabalho infantil, agente jovem e iniciativas que buscam atender segmentos da classe trabalhadora com ideologias de combate às desigualdades.

2.1. Política pública

A origem da palavra política remete-se à Grécia antiga, ao termo *polis* ou cidade, indicando toda atividade humana que se refere à esfera social, pública e cidadã. De acordo com Pereira (2009) este significado foi construído e ampliado, a partir das relações sociais, no decorrer da história, estabelecida em atividades formais (regras) e informais (diálogos, negociações e combinações estabelecidas), em uma relação de poder, com o objetivo de resolver conflitos que envolviam assuntos públicos, sem violência.

Para Pereira (2009) o termo “público” não é igual ao termo “estatal”, pois possui origens no latim e significa *res* (coisa) e *pública* (de todos), portanto, refere-se

à uma forma de organização política, pautada no interesse comum, da comunidade e da soberania popular.

De acordo com essa autora, a política pública não é só do Estado, visto que esta precisa da sociedade para existir. Por ser pública tem dimensões e escopo que ultrapassam os limites do Estado. Por isso, o termo “público” a qualifica como política, tendo intrínseco sentido de universalidade e totalidade. Toda política pública obriga o Estado na garantia de direitos, mas compromete também a sociedade na esfera da institucionalidade legal e integridade da mesma. Sua realização exige e reforça a construção de esferas públicas, isto é, de espaços para todos.

Viana (2007) reflete que a condição para uma ação ser pública é ser universal, tanto na sua oferta, quanto no seu usufruto. Assim, considera que a expressão política pública faz parte de um ramo do conhecimento americano, que surgiu após a II Guerra Mundial, nos Estados Unidos e na Europa, quando alguns pesquisadores procuraram entender como se dava a relação entre os cidadãos e os governantes, para além das fronteiras normativas e morais, tradicionais. A autora analisa que o estudo incluía questões tais como: justiça, equidade, desenvolvimento social, econômico e político, objetivando resgatar as teorias e práticas políticas, além de concretizar os direitos de cidadania consagrados nas Constituições.

Para tanto, recentemente foi incorporado ao debate das Ciências Sociais, a partir do século XX, um ramo especializado da Ciência Política que envolve campos polêmicos, tais como: relações de poder, mediações, conflitos de interesses e de classes nas reflexões e análises das políticas públicas (Viana, 2007).

Pereira (2009, p. 95) considera que as referências às políticas públicas evidenciam a principal característica desta, ou seja, essa política é pública, isto é, ela é de todos, sua imagem não se baseia no fato de ser “estatal ou coletiva (de grupos particulares da sociedade) e muito menos individual”.

Para Behring & Boschetti (2009, p. 47-48), as políticas sociais tem caráter público porque,

(...) as sociedades pré-capitalistas não privilegiavam as forças de mercado e assumiam algumas responsabilidades sociais, não com o fim de garantir o bem comum, mas com o intuito de manter a ordem social e punir a vagabundagem. Ao lado da caridade privada e de ações filantrópicas, algumas iniciativas pontuais com características assistenciais são identificadas como protoformas de políticas sociais. As mais exaltadas e frequentemente citadas como legislações seminais são as leis inglesas que se desenvolvem no período que antecedeu a Revolução Industrial.

Para as autoras Behring & Boschetti (2009) e Pereira (2009), os países foram formulando legislações estabelecendo um código coercitivo do trabalho, tendo um caráter punitivo e repressivo e não protetor.

De acordo com Pereira (2009), desde o século XIV foram sendo estabelecidas legislações na Europa que possibilitaram a criação das futuras políticas sociais, ou seja,

I) Lei dos Trabalhadores: foi instituída na Grã-Bretanha em 1351, com o objetivo de controlar as relações de trabalho.

II) Lei dos Pobres – essa foi criada em 1388 na Grã-Bretanha, com o objetivo de constituir um conjunto de regulações sociais assumidas pelo Estado, a partir da constatação de que a caridade cristã não dava conta de possíveis desordens que poderiam advir da substituição lenta do feudalismo pelo capitalismo, seguida de miséria generalizada, desabrigos e epidemias.

A partir de 1530, o Estado europeu se convenceu de que deveria assumir alguma responsabilidade perante os pobres, os quais haviam recebido licença para mendicância em áreas designadas. Em compensação as crianças desocupadas, eram separadas de seus pais e internadas em asilos, enquanto os “vagabundos” válidos eram implacavelmente punidos.

Em 1576 instituem-se, na Inglaterra as *work houses*⁷ ou a Casa dos Pobres. Nesses espaços eram alojados tanto os incapazes como os capazes. Em 1598, uma codificação da referida lei estabelece que, além da mera repressão os pobres

⁷ *Work Houses* ou Casas de Trabalho foram criados na Inglaterra para alojamento das pessoas pobres, onde eram obrigadas a trabalhos extenuantes (PEREIRA, 2009).

impotentes deveriam ser alojados nos asilos, pobres capazes para o trabalho, ou mendigos fortes. Essas pessoas deveriam ser enviadas para trabalhar nas chamadas *work houses* e os capazes para o trabalho, que se recusavam a fazê-lo, deveriam ser encaminhados para reformatórios ou casas de correção.

Percebe-se, pois, no espírito dessa nova legislação, um intento pioneiro de estabelecer, (...) uma tipologia de regulação social (...) a partir da diferenciação de categorias de pobres a serem atendidos (...). Essa foi uma modalidade de regulação social que mostrou certa peculiaridade e fez da *Poor Law*, em 1601, um marco histórico e referência das Leis dos Pobres inglesas até 1834 (...). Contudo, essa *Poor Law* (...) priorizando os nativos do lugar ou dos que viviam ali pelo menos há três anos, reforçando, desse modo, dois princípios que se fazem valer até hoje: o da residência e o da naturalidade como condição para o pobre ter direito à assistência local (PEREIRA, 2009, p. 64-65).

III) Lei de Residência, de 1662. Essa legislação impedia que os trabalhadores se deslocassem para outros lugares que fossem mais atraentes em relação à remuneração do trabalho, assim como delegava às autoridades locais o direito de devolver, qualquer recém-chegado, que onerasse os cofres públicos, ao seu lugar de origem.

IV) *Speenhamland Law*, de 1795. Essa tinha um caráter menos repressor, porque garantia assistência social a empregados ou desempregados que recebessem abaixo de determinado rendimento. Embora o montante fosse irrisório, era um direito assegurado em lei, porém exigia a fixação do trabalhador. Contudo, proibia a mobilidade geográfica da mão-de-obra.

V) Nova Lei dos Pobres, de 1834. Essa lei ilustra a alternativa encontrada para a construção de um novo tipo de política social, de inspiração liberal. Distinguindo os pobres dos indigentes. Todavia, não visava reduzir a desigualdade social, mas regular a miséria. Ela também resultou duro golpe nos tímidos avanços sociais das últimas legislações sobre pobreza, conseguindo moldar uma concepção de regulação social restabelecendo a assistência interna nos albergues para os pobres “inválidos” e restituindo a obrigatoriedade de trabalhos forçados para os pobres capazes de trabalhar. Essa lei sustentou legislações posteriores.

VI) Reformas bismarckianas de 1880. Essas reformas resultaram a emblemáticas experiências de intervenção pública, porque introduziu seguros compulsórios contra enfermidades, acidentes de trabalho, velhice e invalidez. Para Pereira (2009, p. 41), essas reformas são:

(...) avessas às idéias igualitárias (...). Voltadas exclusivamente para os trabalhadores ativos (...). Estavam fora de seu alcance os não-inseridos no mercado de trabalho (...). A partir do século XIX (...), introdução do seguro social (...), essa medida revela importante mudança de mentalidade que certamente abalou os alicerces de teorias que culpavam o pobre pela sua condição de privação (...). Mais do que oferecer consistente segurança social aos trabalhadores e aos necessitados em geral, o seguro social expressou o reconhecimento público de que a incapacidade das pessoas para ganhar a vida era devido a contingências como idade avançada, enfermidade ou desemprego, e não a faltas pessoais, o que incumbia ao Estado proteção social devida.

VII) Sociedade de Organização da Caridade, em 1890: representou o principal esforço da sociedade de livre mercado para enfrentar a questão da pobreza sem intervenção estatal.

VIII) Em 1908 foi criada a lei que dispunha sobre pensões aos idosos, o que Pereira (2009, p. 84) assim analisa: “(...) inauguração da não-contributividade na prestação de benefícios sociais, a qual tinha como fundamento um algo mais, temido pelos liberais, que era a instituição de direitos sociais como questão de *status*”.

Esta autora reflete que a Grã-Bretanha, devido a repulsa liberal pelas velhas leis dos pobres, acabou colaborando para a instituição dos direitos sociais, sob a forma de um mínimo de proteção social igual a todos. Nesse mesmo país, em 1911 foi criada a lei de Seguridade Nacional.

O primeiro programa de seguro desemprego no mundo, segundo a autora, ficou conhecido como Plano *Beveridge* pois constituía, entre outras ações, da criação, entre 1908 e 1911, de uma rede nacional de emprego e o seguro desemprego.

Pereira (2009) pontua ainda que o marco da Revolução Francesa (1789), a relação intrínseca entre o desenvolvimento do capitalismo – rumo à industrialização

– a formação dos Estados Nacionais e a transformação destes em democracia de massas. Essa relação constitui os determinantes essenciais da aparição do *Welfare State* no século XX, tanto para pensadores modernos quanto para os clássicos.

No final de referido século, um conjunto de fatores econômicos, sociais e políticos favoráveis à construção de um moderno conceito de proteção social, o qual prevaleceu de fato ao associar bem-estar à cidadania, expressou verdadeiramente, um padrão de regulação sócio-econômico avesso ao paternalismo, passando a ser visto como o início do *Welfare State*, para o qual Pereira (2009) descreve ser:

(...) um fenômeno do século XX, o que teria emergido nos fins do século XIX não teria sido propriamente essa instituição, mas uma política social identificada com um perfil de relação entre Estado e sociedade antes, inexistente, posto que determinado por mudanças estruturais e políticas produtoras de novas arenas de “conflitos de interesses” e de conquistas coletivas, ou melhor, de classe (...). A história tem mostrado que, em qualquer tempo e contexto sócio-cultural, a política social tem procurado satisfazer necessidades sociais, mas sem deixar de atender “objetivos egocêntricos, como o controle social e político, a doutrinação, a legitimação e o prestígio” das elites no poder. É esta característica da política social - herdada não propriamente da ordem burguesa, mas de todos os modos de produção divididos em classe (escravista, feudal, capitalista) - que faz dela, um fato ao mesmo tempo longo e contemporâneo, além de simultaneamente positivo e negativo, diferenciando-a do *Welfare State* (PEREIRA, 2009, p. 27).

Essa autora (2009, p. 86) considera ainda, que o *Welfare State* é um fenômeno histórico, ou seja,

(...) somente com a institucionalização do *Welfare State* como fenômeno histórico específico do segundo pós-guerra, e normativo formalmente intervencionista que a política social se tornou um meio possível e legitimado de concretização de direitos sociais de cidadania.

Prosseguindo sua análise, a autora distingue o *Social Welfare* e o *Welfare State* sendo esta última, a representação encarregada de promover o bem-estar social, enquanto, o primeiro, é o resultado de uma ação política que confere efetivo

bem-estar a indivíduos e grupos. Para Pereira (2009, p. 90), o *Welfare State* guiou-se por três marcos orientados que, combinados, formam aquilo que a mesma denomina de “Paradigma dominante de Estado de Bem-Estar”, a saber:

(...) o receituário *keynesiano* de regulação econômica e social, inaugurado nos anos de 1930; as postulações do Relatório *Beveridge* sobre a Seguridade Social, publicadas em 1942; e a formulação da teoria trifacetada de cidadania, de T.H. Marshall, nos fins dos anos 1940. Cada um desses marcos gira em torno de um eixo particular que, conjuntamente, formam as colunas mestras (teóricas, políticas e ideológicas) modernas do *Welfare State* e de suas políticas: pleno emprego (Keynes); seguridade econômica, de existência (*Beveridge*) e direitos de cidadania (Marshall).

Assim, podemos compreender a instituição em questão como plural ou mista, pois se refere a uma orientação direcionada aos assuntos públicos, aliando política e administração, na qual se estuda as demandas e o espaço social para a sua implantação, “estratégia de ação pensada, planejada e avaliada, (...) na qual, tanto o Estado, quanto a sociedade, desempenha papéis ativos” (PEREIRA, 2009, p. 96).

Observamos assim, que as discussões das políticas públicas devem compreender a atuação e o papel, tanto do Estado quanto da sociedade civil. Deste modo, os princípios das ações públicas podem ser definidos como: inclusão social, universalização, critérios públicos, soberania popular, bem comum, controle social democrático e direito social.

CASTEL (2005, p. 498) reforça o papel do Estado como indissociável das políticas públicas: “É preciso um ator central para conduzir tais estratégias, obrigar os parceiros a aceitarem objetivos sensatos, zelar pelo respeito dos compromissos. O Estado é este ator”.

Salientamos que a maioria da população migrante entrevistada, percebe os programas assistenciais ainda como um favor do Estado, com exceção da fala de um desses sujeitos:

(...) se interessam somente em coletar dinheiro (...) a Prefeitura ou o Governo Federal não dão nenhuma assistência decente. (M XX, 30/12/2010).

2.2. Política social

De acordo com Behring & Boschetti (2009) não se pode indicar, com precisão, um período específico de surgimento das primeiras iniciativas denominadas e reconhecidas como políticas sociais. Suas origens relacionam-se, comumente, ao final do século XIX, mas a generalização situa-se na passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista, em especial na sua fase tardia, após a Segunda Guerra Mundial, ou seja, após 1945.

Conforme essas autoras, a análise das políticas sociais sob a perspectiva dialética leva em consideração alguns elementos julgados essenciais, dentre eles: a natureza do capitalismo; as estratégias de acumulação prevaletentes; o grau de desenvolvimento do sistema de governo; a implementação das políticas sociais; o papel do Estado nessa regulamentação e o das classes sociais. Nesse sentido, consideram que as políticas sociais não podem ser analisadas somente a partir de suas expressões ou como fato social isolado. Elas precisam ser entendidas como uma unidade dialética do fenômeno referente à essência, ou seja, como uma expressão concreta, complexa e contraditória da realidade.

Assim, é necessário pensarmos “a política social como um processo inscrito na história, com seus momentos de inflexão, de rupturas e continuidades e que implicaram também mudanças conceituais, com fortes repercussões para a política social” (BEHRING, 2009, p. 22).

Para Pereira (2009), a política social surge no bojo da chamada Revolução Industrial, num processo de apropriação da riqueza acumulada pelas classes em ascensão e, enquanto a burguesia mergulhava na fartura, o proletariado conhecia a alienação do trabalho e o pauperismo. A política social, para essa autora, é um tipo, entre outros, de política pública. “Ambas as designações são políticas de ação, integrantes do ramo de conhecimento denominado *policy science*, só que a política social é uma espécie do gênero política pública” (PEREIRA, 2009, p. 173).

A política social vai sempre lidar com interesses opostos. O capital, tal como as pessoas, têm interesses em comum, especialmente o de gerar lucro, conforme nos aponta Pereira (2009, p. 28): “e o objetivo primordial dessa política, de satisfazer

necessidades humanas, pode também servir ao objetivo da rentabilidade econômica privada de tornar-se mais lucrativo.”

Assim, permanece sob a visão desta política, a incumbência de cobrir um amplo e duradouro espectro de decisões e ações que, embora visem o bem-estar social, nem sempre alcançam esse objetivo por ser passível de controle, através de forças antidemocráticas.

Nesta perspectiva, entendemos que:

O termo política social é uma expressão tradicionalmente consagrada como referente às ações governamentais dos Estados modernos, tendo em vista atender a redução das consequências da pobreza, em diversas áreas de serviços, como educação, saúde, habitação, previdência, etc. Essas ações visam equacionar em alguns casos, ou minimizar, em outros – no âmbito da política geral dos governos, as questões da equidade social (GENTILLI, 2006, p. 78).

Considerando a história do capitalismo, como destaca Vieira (2004), as questões relacionadas à política social irrompem com o aparecimento do movimento operário, em especial no século XIX. Antes de traduzir-se em estratégia governamental, a problemática concernente à política social encontra-se presente nas principais reivindicações trabalhistas do século passado e, os temas tratados pela política social vinculam-se às Revoluções Industriais.

Examinando na política social, à primeira vista pode-se deparar com o campo dos denominados serviços sociais, que significam em outro nível de apreciação o estudo de relações sociais e até de relações de produção. A política social consiste em estratégia governamental e normalmente se exhibe em forma de relações jurídicas e políticas, não podendo ser compreendida por si mesma. Não se definindo a si, nem resultando apenas do desabrochar do espírito humano, a política social é uma maneira de expressar as relações sociais, cujas raízes se localizam no mundo da produção (VIEIRA, 2004, p. 142).

O mesmo autor, num exame fundamentado no método relativo ao materialismo histórico dialético, diz que a política social pode ser revelada como parte da estratégia da classe dominante, mais adequadamente da burguesia. Pode mostrar que esta estratégia busca o controle do fluxo de força de trabalho no sistema de posições desiguais, existentes na economia do mercado. Pode dar a

conhecer a política social, como estratégia capaz de conservar as desigualdades sociais, colaborando no funcionamento e manutenção do capitalismo.

Para PEREIRA (2009, p. 163) o termo política social nunca esteve tão em voga, como na atualidade. Assim, a alusão ao mesmo, aparece unida à definição de “políticas públicas, às necessidades sociais e aos direitos de cidadania”. Evidencia-se aqui a importância colocada ao social e ao público, num período governado pelo neoliberalismo.

Vieira (2004) pontua que a política social é construída a partir do confronto parlamentar, com discussão das reivindicações e das proposições existentes, acalentadas pelas lutas e interesses políticos, na sociedade ou numa parte dela.

O mesmo autor lembra que tal política não visa romper com o ordenamento jurídico consagrado nas esferas legislativa, executiva e judiciária do Estado, mas, que esta política é obediente à ordem jurídica, representada comumente, na forma da lei. Irrompe, quase sempre, por indignação contra as desigualdades, entretanto, conserva-as ainda, mesmo sem aprovar as condições desiguais das pessoas, mas se acha na vigência das ideologias do Estado mínimo.

A política social expressa e carrega encargos do Estado, materializados em serviços e em atividades de natureza pública e geral, encargos estes também voltados à reprodução da força de trabalho de que o capitalismo não pode prescindir. Se assim é, no regime liberal-democrático a política social não deixa de germinar nos interesses e nos embates políticos, de nutrir-se deles. E, no caso, ela acaba por reverter-se de forma legal, prevalecendo em muitas ocasiões às injunções do mercado capitalista (VIEIRA, 2004, p. 215).

De acordo com Vieira (2004) a política social origina-se da crítica à desigualdade social e reflete, em suas origens, a pretensão de igualdade entre os homens. O suporte indispensável desta política refere-se à denúncia da perversidade de uma sociedade orientada pelo mercado e caracterizada pela desigualdade econômica.

Pereira (2009, p. 171) enfatiza que a política social necessita conhecer o alvo a atingir, as estratégias e os meios apropriados para executá-la, assim como ter organização, amparo legal e pessoal capacitado, definindo:

(...) princípios que governam atuações dirigidas afins, com o concurso de meios, para promover mudanças, seja em situações, sistemas e práticas, seja em condutas e comportamentos. Isso quer dizer que o conceito de política social só tem sentido se quem o utiliza acreditar que deve influir numa realidade concreta que precisa ser mudada.

O termo, em si, pode ser considerado também como resultado de históricas relações de confronto desses interesses; constitui-se como espaço interdisciplinar, permeando áreas como a assistência social, a saúde, a previdência, o trabalho, a educação, dentre outras. Envolve demandas de grupos sociais específicos, tais como crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiências, migrantes, mulheres e demais segmentos expostos às vulnerabilidades específicas; refere-se a um vasto campo de pesquisa e caracteriza-se como o processo de tomada de decisão, o qual redefine estratégias de intervenções na área social; possui história e deve ter como horizonte, a equidade social.

A política social efetiva-se como política pública, à medida que combina defesa de direitos de cidadania e a definição de mecanismos redistributivos, ou seja, a distribuição justa e equânime da riqueza e da renda, com atendimento à satisfação das necessidades sociais básicas, como dever do Estado.

Behring (2009, p. 76) coloca que no neoliberalismo as políticas sociais caracterizam-se como paternalistas, geradoras de desequilíbrio, custo excessivo do trabalho e, de preferência, devem ser acessadas via mercado, transformando-se em serviços privados. Importa compreender que “esse processo é mais intensivo na periferia do capitalismo, considerando os caminhos da política econômica e das relações sociais”.

Neste sentido, os serviços e os programas sociais, assim como os benefícios renunciam, logicamente aos direitos sociais para regressarem ao direito do consumidor. Nesta perspectiva, concordamos com Netto (1993), quando aborda a propensão, por parte do Estado, de desresponsabilização e desfinanciamento da proteção social. Desta forma, já que existem os obstáculos e grupos em conflito eminentemente político, vai se delineando um Estado mínimo para os trabalhadores e um Estado máximo para o capital.

Há que se ressaltar também a desqualificação dos serviços públicos, associada ao constante corte orçamentário nos gastos sociais, o que acarreta, cada vez mais, a privatização persuadida na área das políticas sociais. Percebemos um interesse de tornar as políticas sociais terrenos frutíferos para as transações comerciais.

Sob o influxo neoliberal compreendemos as tendências contemporâneas, tais como o sistema de provisão social privatista, seguro social contratual, contributivo e privatização dos serviços públicos, a partir da focalização na pobreza extrema e, por último, a ênfase no voluntariado.

Observamos que o não-enfrentamento dessas ações focalizadoras refere-se à uma estratégia para a não-solução de questões totalmente ligadas a estrutura do país como, por exemplo, a distribuição de renda.

Segundo Green (2009, p. 222-223) a proteção social expõe as iniciativas públicas que:

Garantem transferência de renda ou de consumo para pessoas em situação de pobreza; (...). Protegem pessoas vulneráveis de riscos a seus meios de vida; (...). Melhoram a condição social e promovem os direitos dos excluídos (...). Seu objetivo geral é reduzir a vulnerabilidade econômica e social de grupos afetados pela pobreza e excluídos (...). Ataca de frente um aspecto central da pobreza, afirmando que o Estado tem a obrigação de procurar reduzir a vulnerabilidade das pessoas garantindo os direitos básicos estabelecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos (...), envolve questões relacionadas a serviços sociais e à equidade social.

KOGA (2003, p. 22) analisa que as políticas públicas na perspectiva de universalização dos direitos, exigem novas reflexões, isto é,

Apesar da existência de debate sobre políticas públicas do Estado brasileiro, os municípios não têm sido submetidos a análises destas políticas sob o ponto de vista local/regional. Após a Constituição de 1988, com a ênfase dispensada à descentralização e municipalização, faz-se necessária uma nova reflexão sobre o tema políticas públicas. Esta dimensão, por um lado, põe em questão o caráter da regulação ampla e homogeneizadora das políticas públicas e, por outro, do ponto de vista da defesa da universalização do direito, não pode incorrer no equívoco da focalização ou da desresponsabilização do Estado pelas garantias sociais.

Pereira (2009, p. 205) discute que:

(...) é um erro pensar que a participação de muitos atores não-governamentais na seara contemporânea da política social melhorou a provisão do bem-estar – antes protagonizada pelo Estado – ou que houve mudanças substantivas nessa provisão. Na verdade, ocorreram mudanças nos métodos de distribuição dos benefícios e serviços, sem que o Estado tenha se tornado redundante ou dispensável. Pelo contrário, o Estado continua empregando pessoal para desempenhar funções sociais e usando e/ou regulando atividades dessa pluralidade de organizações que compõem o sistema de bem-estar, cada vez mais extenso e espontâneo. É certo que nessa tarefa o Estado de Bem-Estar se distanciou do padrão que vigorou entre o segundo pós-guerra e o final dos anos de 1970. Mas nada indica que ele perdeu importância – especialmente diante de mudanças econômicas, demográficas, sociais e políticas de monta, como as atuais, em que a sua presença se faz indispensável.

Pode-se observar que trouxemos à tona, os conceitos de diferentes autores e, neste sentido, percebemos que as políticas sociais no Brasil têm sido marcadas pela prevalência da lógica liberal, ou seja, o Estado Mínimo, em detrimento da perspectiva universalizante, de acesso às políticas sociais para todos. O avanço do projeto neoliberal no país imprimiu, às políticas sociais, uma conformação com profundos limites de cobertura e abrangência, pois têm sido implementadas de forma residual e restritiva.

Couto *et. al.* (2010, p. 32-33) colocam sobre as políticas sociais no Brasil:

No caso da Assistência Social, o quadro é ainda mais grave. Apoiada por décadas na matriz do favor, do clientelismo, do apadrinhamento e do mando (...). Caracterizou-se historicamente como *não política*, renegada como secundária e marginal no conjunto das políticas públicas.

A Constituição Federal de 1988 introduz a Seguridade Social, composta pelo tripé: Previdência, Assistência Social e Saúde, seguida pela LOAS (1993) que agrega à Assistência Social o campo do direito do cidadão e responsabilidade estatal, tornando-a uma política não contributiva, que provê os mínimos sociais e direito de acesso aos que dela necessitarem.

Vale ressaltar que, as exigências ou condicionalidades para poder participar dos programas que dão corpo às políticas sociais, geralmente constituem limites de acesso aos mesmos, pela população migrante, como, por exemplo: normalmente os principais critérios são a apresentação de documentos pessoais, o que comprovamos em nossa pesquisa que não são todos os migrantes que os possuem, além da comprovação de endereço residencial, outro fator dificultador para esse público.

Em sequência, apresentamos o gráfico nº 5 que ilustra a documentação que a população pesquisada apresentou no NAM:

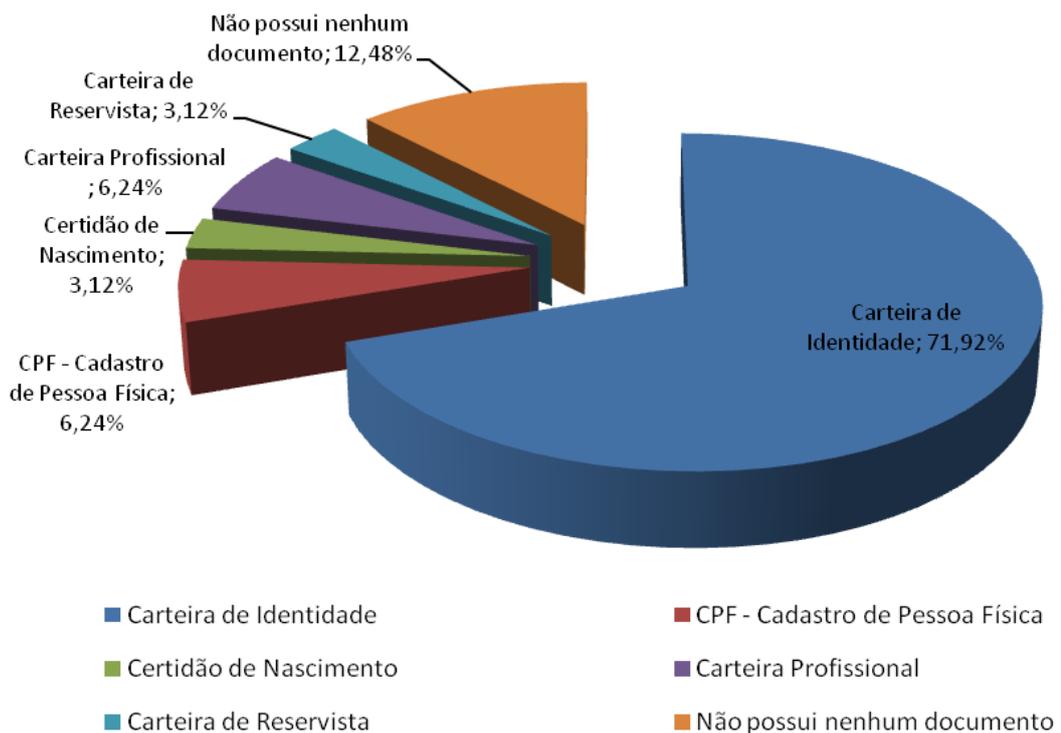


Gráfico nº 5: Documentos portados pelos migrantes

Fonte: Pesquisa realizada pela autora, no Núcleo de Atendimento ao Migrante, em Uberlândia, de 20/12/2010 a 10/01/2011

A maioria (71,92%) dos migrantes possuem a Carteira de Identidade enquanto documento de identificação e 6,24% possuem Carteira de Trabalho.

Situação que pode ser compreendida quando analisamos uma das constatações da tese de GOLGHER (2001, p. 140): “o indivíduo com carteira [de trabalho] tende a migrar menos por causa da melhor condição que detém no mercado de trabalho”.

Em relação aos documentos pessoais, como condição de cidadania e Estado de Bem-Estar Social, Gentili & Sader (2008, p. 174) consideram que,

(...) será difícil falar num “Estado de Bem-Estar Social” no Brasil, quando grande parte da população – hoje claramente a maioria – não tem sequer acesso à carteira de trabalho (elemento que representa apenas uma dimensão mínima de cidadania), é evidente que nos encontramos diante de um país cujas redes de proteção social são extremamente frágeis.

2.3. Política social voltada para o migrante

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) aprovada em 2004 explicita as diretrizes para efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado.

Couto *et. al.* (2010, p. 38-40) colocam:

À PNAS seguiu-se o processo de construção e normatização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Está voltado à articulação em todo o território nacional das responsabilidades, vínculos e hierarquia, do sistema de serviços, benefícios e ações de assistência social (...). A intersetorialidade supõe a articulação entre sujeitos que atuam em áreas que, partindo de suas especificidades e experiências particulares, possam criar estratégias conjuntas de intervenção pública para enfrentar problemas complexos (...). A intersetorialidade supõe vontade e decisão políticas dos agentes públicos (...). A PNAS e o SUAS ampliam os usuários [cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos] da política.

Assim, ainda segundo as autoras, essa concepção evidencia condições de vulnerabilidades e de pobreza associadas às necessidades objetivas e subjetivas, sejam essas traduzidas em dificuldades materiais, culturais, entre outras, as quais fazem interface na reprodução social dos trabalhadores em geral. Outro fator que precisa ser ressaltado é a incorporação da abordagem territorial.

A PNAS encontra-se, atualmente, organizada a partir da diferenciação entre dois níveis de proteção: a básica e a especial, níveis estes que representam o reconhecimento de que os beneficiários dessa política não se apresentam como constituintes de um grupo homogêneo; ao contrário, os diferentes grupos são marcados por distintas vulnerabilidades, ou ainda, submetidos a diferentes riscos sociais.

Deve-se enfatizar que a Proteção Social Básica (PSB) visa à proteção das vulnerabilidades afiançadas ao ciclo de vida (infância, adolescência e terceira idade), ou às deficiências e às fragilidades de convivência ou socialização.

A Proteção Social Especial (PSE) atua no atendimento aos direitos violados e encontra-se organizada em média e alta complexidade. Os programas de média complexidade contemplam: combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), dentre outros.

Através dos programas de alta complexidade são oferecidos serviços para indivíduos, os quais necessitam de cuidados e acolhida integral, junto aos Centros de Acolhimento (albergues, abrigos, casas de passagem e instituições de longa permanência).

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2001, p. 63) pode-se destacar que “o âmbito de proteção social é realizado por instituições privadas, sem fins lucrativos. Assim, o financiamento federal é repassado para os municípios que podem apoiar financeiramente tais entidades, através de convênios”.

A PNAS propõe para este público a acolhida integral, sendo que tal atividade é realizada majoritariamente pelas organizações privadas, sem fins lucrativos (IPEA, 2001). Este atendimento está previsto, entre outros, para pessoas em situação de migração e/ou em trânsito e sem condições de auto-sustento, para as quais se deveria oferecer acolhimento, como rege a lei:

(...) em unidade institucional semelhante a uma residência ou unidade institucional de passagem para oferta e acolhimento imediato e emergencial, com profissionais preparados para receber os usuários em qualquer hora do dia e da noite, enquanto se realiza um estudo diagnóstico detalhado de cada situação, para os encaminhamentos necessários (RESOLUÇÃO nº 145/04 – Política Nacional de Assistência Social).

A PNAS prevê ainda, o atendimento à população migrante em albergues com estrutura, tanto física quanto de pessoal, para realização de diagnóstico e encaminhamentos necessários. Observamos que tais legislações estão longe de serem cumpridas no município de Uberlândia. O NAM é um local de identificação dessa população migrante, atuando no sentido de dar prosseguimento aos deslocamentos migratórios, pois não disponibiliza de espaço físico e nem de pessoal qualificado para realização de estudo diagnóstico. Funciona em horário comercial e durante a semana – não existindo sistema de plantão. A rede de proteção social para tal segmento populacional inexistente na cidade, com exceção dos postos da Polícia Militar – para registro de documentos perdidos – e das três Organizações Não-Governamentais que acolhem esse público, sendo duas subvencionadas pelo Poder Público Municipal e a outra sobrevive de doações da comunidade. Assim, o NAM faz encaminhamento dos migrantes aos albergues locais, quando os mesmos são imprescindíveis, ou seja, não há disponibilidade de horários de transporte para o mesmo dia. Um dos nossos entrevistados referiu-se a um dos albergues locais da seguinte maneira:

(...) mas lá, é melhor que a Vigilância Sanitária feche aquilo. (M XX, 30/12/2010).

Essa passagem da entrevista refere-se às condições de um dos albergues do município de Uberlândia (MG), no qual, segundo a população usuária, é comum o roubo dos pertences pessoais desse público, mal estado de conservação de colchões e roupas de cama e banho, o abuso de poder por parte dos funcionários dessa Organização Não-Governamental, incluindo aqui os abusos sexuais. Tal situação demonstra o descaso do Poder Público Local, o qual repassa, à essa entidade, recursos financeiros através de subvenções sociais – para custear serviços que são de obrigação dos poderes públicos – conforme PNAS, e o não acompanhamento tanto por parte do Gestor da Política Municipal de Assistência Social quanto do Conselho Municipal de Assistência Social, no que tange ao acompanhamento, monitoramento, avaliação e fiscalização, de acordo com o que determina as legislações.

A Resolução nº 109 de 11 de novembro de 2009, refere-se à Tipificação Nacional dos Serviços Sócioassistenciais que prevê o Serviço de Acolhimento Institucional, o qual se constitui em: acolhimento provisório com estrutura para abrigar com privacidade pessoas do mesmo sexo, ou grupo familiar.

Este serviço é previsto para pessoas em situação de rua e desabrigo por abandono, migração e ausência de residência e para pessoas em trânsito e sem condições de auto-sustento.

Faz-se importante considerarmos ainda, que a referida Resolução reafirma as condições de acolhimento institucionais previstas na PNAS.

A Portaria nº 001 de 10 de dezembro de 2008, do Governo do Estado de Minas Gerais, regula os Serviços de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, destinados à população migrante, realizado pelos municípios mineiros, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A respectiva legislação traz diversas normatizações e, para este estudo acreditamos ser importante destacar: a previsão de que os serviços sócioassistenciais ao migrante poderão ser executados direta ou indiretamente, pelo município, especificando o Art. IV⁸.

Chamamos a atenção neste ponto, no qual a legislação brasileira e de Minas Gerais prevê a “estrutura física adequada (...) incluindo a acessibilidade”. Acreditamos que a localização do NAM é pertinente, pois, encontra-se dentro da rodoviária local, mas, sua estrutura física carece de iluminação e ventilação adequada, de acessibilidade às pessoas com deficiências físicas e/ou com dificuldades de locomoção, como é o caso de alguns idosos. O quichê deve estar localizado em local de fácil acesso, ao contrário da atual localização, como demonstra a foto a seguir. Falta, ainda, espaço para guardar as bagagens dos migrantes.

⁸ “Os serviços sócioassistenciais devem possuir estrutura física adequada, incluindo acessibilidade para as pessoas deficientes” (§ 2º). Cumpre enfatizar ainda que “os serviços sócioassistenciais devem favorecer a reinserção social e familiar ao migrante [...]”. (§ 3º).



Figura nº 2: Escada do NAM
Fonte: Thiago Meira da Silva, 2011

A PNAS especifica os serviços sócioassistenciais, destacando-os como: “o acolhimento, a concessão de passe nos transportes rodoviário e ferroviário, a oferta de albergues temporários, alimentação, higienização e vestuário” (Art. V).

Quanto aos procedimentos para os serviços de acolhimento da referida PNAS, cumpre mencionar os seguintes:

Considera-se como serviços de acolhimento: I - diagnóstico da situação de cada migrante; II - análise da situação, e III - encaminhamentos sócioassistenciais identificados. (Art. VIº § 1º). Nos casos que se fizerem necessários, o Sistema de Garantia de Direitos deve ser acionado. (Art. VI § 2º). O município deve promover a intersectorialidade entre as diferentes políticas públicas, com vistas ao atendimento das demandas do Migrante. (Art. VI § 3º). O município deve assegurar inserção do migrante que esteja em busca de trabalho e de fixação, nos serviços de qualificação profissional e de inserção ao mercado de trabalho.

Conforme prevê a legislação, os municípios devem propiciar inserção no mercado de trabalho para os migrantes que assim o desejarem. No relato dos

entrevistados não confirmamos tal intervenção, pois a maioria da população atendida cita a procura por trabalho, o que não é considerado no atendimento e sim para qual localidade será fornecido a passagem rodoviária.

Uai (...), falar a verdade prá senhora tô caçando jeito de trabalhar. (M XXII, 10/01/2011).

O art. VII da Portaria nº 001 de 10 de dezembro de 2008, do Governo do Estado de Minas Gerais, refere-se às condicionalidades para concessão de passagens, fornecendo-as por meio de transportes rodoviário e ferroviário, nos seguintes casos:

I - O migrante estar em retorno ao município em que mantém vínculos familiares e comunitários; II - querer fixar residência no município de destino; III - o migrante estar em busca de ocupação profissional no município de destino. (Art. VII § 1º) - O passe concedido deverá atender à demanda do migrante até o município identificado como destino, sempre que possível. (Art. VII § 2º) - Fica vedada a concessão do passe a um município intermediário, sempre que houver a possibilidade de atendimento à demanda identificada como destino do migrante.

De acordo com o artigo acima citado, o migrante, sempre que possível, deve receber passagem rodoviária até o município identificado como o destino. Os depoimentos dos sujeitos pesquisados relatam:

(...) eu saí de lá com destino certo (...), passei por aqui porque eles me deram passagem prá cá. (M VI, 22/12/2010).

Tô indo prá São Paulo (...), minha objetividade é São Paulo (...), no interior prá trabalhar em São José dos Campos (...), só que elas [servidoras NAM] me deram passagem prá São José do Rio Preto, eu falei prá elas me dá até São José dos Campos mas não, então, quando eu chegar lá eu peço outra ajuda. (M XV, 29/12/2010).

Aí foi que eu vim prá cá prá poder ir prá Iturama. (M XXIX, 10/01/2011).

(...) vim pulando. (M XX, 30/12/2010).

Cumprê enfatizar que a Portaria nº 001 de 10 de dezembro de 2008, do Governo do Estado de Minas Gerais prevê ainda, (Art. XI), em parágrafo único que o Gestor da Política de Assistência Social do município deve monitorar a execução dos serviços sócioassistenciais e os respectivos encaminhamentos realizados, com acompanhamento do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), ou seja, ações de controle social por parte da sociedade civil.

Já o Art. XII antevê ações localizadas, mas integradas nas quais, o “Estado deverá promover a implantação de ações regionalizadas, quando favorecer o atendimento ao migrante”.

A Resolução da SEDESE⁹ nº 16 de 04 de março de 2009, uniformiza os critérios e procedimentos referentes ao repasse dos recursos financeiros concedidos pela Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de Minas Gerais, destinados ao co-financiamento dos serviços e ações sócioassistenciais continuadas, no âmbito da assistência social, em conformidade com os Planos Municipais aprovados por essa Secretaria e pelo Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS).

Neste sentido, importa destacar que o Art. III faz referências às transferências dos recursos a que se refere o Art. I da Resolução em questão, sendo que, os mesmos são efetuados conforme os valores constantes nos Planos de Serviços aprovados pela SEDESE.

O Art. IV da referida legislação, enfatiza que os municípios contemplados com os recursos de que trata esta Resolução, refletirão a partilha das verbas estaduais pactuadas pela Comissão Intergestora Bipartite (CIB) e deliberada pelo CEAS. Vale ressaltar que os mesmos são repassados diretamente do Fundo

⁹ SEDESE: Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de Minas Gerais.

Estadual de Assistência Social para os respectivos Fundos Municipais de Assistência Social.

A Lei nº 10.335 de 25 de novembro de 2009, do município de Uberlândia dispõe sobre o Plano Municipal Bem Social¹⁰. Tal legislação refere-se à população migrante em dois artigos:

Art. II Integram o Plano Municipal "Bem Social" os seguintes serviços, programas, projetos e benefícios oferecidos no Município de Uberlândia: (...). VII - Atendimento ao Migrante: serviço de apoio à população migrante de baixa renda para encaminhamentos adequados através de fornecimento de *kits* higiênicos, albergue e passagens de retorno para os locais de origem; (...). Art. IV A gestão do Plano Municipal "Bem Social" caberá ao titular do órgão Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho, que deverá planejar, coordenar, implementar e executar a Política de Assistência Social com ações direcionadas à pessoa com deficiência, ao atendimento assistencial, à criança, ao adolescente, ao jovem, à mulher, ao idoso, à família, à população de rua/mendicante, ao migrante e ao trabalho.

Para Gonçalves (2001), os migrantes continuam buscando a área urbana, porém lembra que as cidades não crescem nem se desenvolvem, incham e essa população amplia as periferias. Este autor ressalta que vários fatores contribuem para a população pobre se deslocar compulsoriamente, como as transformações no mundo do trabalho, a precarização de suas relações, entre outros.

Nesta ótica, Valim (2009, p. 17) considera as crescentes dificuldades no que tange as condições de moradia, junto à expansão dos municípios periféricos:

(...) com o rebaixamento do poder aquisitivo da população brasileira e, mais particularmente dos migrantes, devido até mesmo à falta de qualificação profissional destes, nos setores urbanos, a sub-moradia passou a ser a alternativa dos que chegam.

Essa autora enfatiza que nos centros urbanos, os retirantes não encontram condições de subsistência que venham lhes propiciar o que buscavam. A maior

¹⁰ Plano Municipal Bem Social: o Município de Uberlândia usa esta terminologia para designar o que o SUAS denomina de Plano Municipal de Assistência Social.

parte dos migrantes encontra desemprego, miséria, violência e passam a engrossar o contingente populacional que vive em precárias condições, sem acesso à saúde, educação e habitação digna.

VALIM (2009, p. 18) analisa ainda que a migração aliada à falta de recursos públicos e de planejamento contribui com o “rápido crescimento demográfico e espacial”, a “alta criminalidade, tráfico de drogas, favelização, pobreza, degradação ambiental, etc”.

Couto *et. al.* (2010, p. 46) colocam que,

Diante desse quadro, observa-se que está em curso um processo complexo de redefinição do perfil dos usuários da assistência social, determinado pelas transformações estruturais do capitalismo contemporâneo, que reconfiguram as relações de trabalho e reprodução social, pressionando o Estado a ampliar suas políticas sociais para incorporar novos contingentes populacionais nos serviços e benefícios públicos.

As políticas públicas precisam ser direcionadas para o respectivo grupo populacional pesquisado, além de serem transversais às políticas sociais em seu conjunto, necessitando urgentemente, de articulação nacional. Assim, devem ser implementadas e vinculadas à uma ação educativa dirigida à sociedade em geral, visando romper o estigma social que recai sobre a população migrante.

No processo de enfrentamento desse fenômeno por meio de políticas públicas, apesar dos limites que esse tipo de enfrentamento possui no que se refere à alteração das causas estruturais do fenômeno, os direitos humanos devem ser respeitados, assim como a realização dos direitos sociais. Sabe-se que essa conjugação é um desafio e um percurso inédito das políticas públicas no país. Entretanto, é uma conjugação necessária na perspectiva da cidadania e respeito à condição humana das pessoas (...). Espera-se que, ao entrar definitivamente na agenda governamental, esse tema seja tratado e assumido pelo governo federal com ética e respeito aos seres humanos que se encontram nessa condição social e que as políticas traçadas estejam vinculadas a um projeto societário que aponte para a igualdade de condições sociais e não se limite a minorar a dor e o sofrimento causado pela pobreza extrema em que se encontra esse grupo social (SILVA, 2009, p. 193-194).

Dessa forma, o próximo capítulo apresentará a realidade dos migrantes que procuram o município de Uberlândia.

III CAPÍTULO

O PROCESSO MIGRATÓRIO EM UBERLÂNDIA

Neste Capítulo temos como objetivos: mostrar a localização geográfica de Uberlândia, pois a partir deste dado será possível compreendermos, espacialmente, uma rota migratória brasileira existente. Num outro momento abordaremos, rapidamente, alguns dados do Município e, na última parte, focalizaremos a migração no município, caracterizando a população migrante que aqui transita dependendo de recursos públicos para sequenciarem seus deslocamentos, analisando ainda, os dados coletados com as teorias estudadas.

3.1. Localização geográfica do município de Uberlândia

Uberlândia (MG), conforme demonstra o mapa abaixo, situa-se na região Triângulo Mineiro, tendo por atrativo à migração, sua localização geográfica estratégica por estar entre os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e o Distrito Federal.



Mapa nº 01 – Localização geográfica do município de Uberlândia
Fonte: IBGE, 2010

Alguns autores como Golgher (2001), Gonçalves (2001) e Valim (2009), mostram que diversas capitais encontram-se saturadas logo, essa população busca outras regiões. Assim, novas áreas passam a ser pólos de atração, dentre essas as metrópoles regionais, tais como Campinas (SP), que apresenta um quadro econômico atrativo principalmente por causa do “Vale do silício brasileiro”, região de indústrias de alta tecnologia e Uberlândia (MG), ou seja:

Dentre as mesorregiões, duas delas, a Metropolitana de Belo Horizonte e o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, (...) contêm importantes centros de absorção de migrantes. Na primeira delas, a RMBH, localiza-se Belo Horizonte, principal pólo de atração populacional do Estado de Minas Gerais, além de Sete Lagoas, outro pólo regional importante. Na segunda, localiza-se o município de Uberlândia, principal pólo de atração populacional depois da capital do Estado, além de outros centros regionais, tais como: Uberaba e Patos de Minas (GOLGHER, 2001, p. 57).

Gonçalves (2001, p. 175) cita o Triângulo Mineiro como pólo regional:

Boa parte dos migrantes continuam dirigindo-se aos grandes centros urbanos, como São Paulo, Rio e Belo Horizonte, em seguida, são rechaçados para o interior, buscando regiões como Ribeirão Preto, Triângulo Mineiro e outras.

3.2. O município de Uberlândia

Uberlândia não se faz entre montanhas, nem à beira-mar e sim em área de domínio do cerrado onde a vegetação é formada pelos buritizais. Essa cidade tem como maior atividade econômica o setor secundário – construção civil – e, o terciário – comércio varejista. Destaca-se ainda por sua vocação para o turismo de negócios.

Com uma população de 600.285 habitantes Uberlândia apresentou uma taxa de crescimento populacional, na última década de 1,3327% ao ano, ocupando as seguintes posições: refere-se à 31ª cidade brasileira, incluindo as capitais; é a 15ª cidade brasileira, excluídas as capitais e a 3ª maior cidade do estado de Minas Gerais, ocupando 4.115 km², de acordo com os dados do IBGE (2010).

Segundo informações da Prefeitura Municipal de Uberlândia (PMU), disponíveis no Banco de Dados Integrados (BDI, 2008), da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, passam pelo município a ferrovia Centro Atlântica e as rodovias federais: BRs 050, 365, 452, 455 e 497. O Produto Interno Bruto (PIB) está assim distribuído: 48% no setor de serviços, 38% na indústria, 11% em outros e 3% na agropecuária sendo, seu valor *per capita* de R\$ 22.926,50.

3.3. A migração no município de Uberlândia

A justificativa para os processos migratórios nessa cidade, como demonstrado anteriormente neste estudo, refere-se à busca por melhores condições de vida: trabalho, moradia, atendimento médico, entre outros.

O processo migratório em Uberlândia, de acordo com os dados do gráfico nº 2, demonstra que mais de 80% da população migrante que transita pela cidade está em busca de trabalho, pois se consideramos que os casos de “retorno (37,28%)” referem-se àqueles migrantes que saíram, anteriormente, de suas cidades em busca de melhores condições de vida e, não obtendo “sucesso”, decidiram fazer o caminho de volta. Assim, se essas pessoas não têm trabalho em seus municípios, eles vão procurar em outros lugares, porém não encontram e decidem retornar. Ora, conhecedores das ocupações dos mesmos, ou seja, devido à baixa escolaridade – o que veremos mais à frente – executam trabalhos mais simples logo, não possuem a qualificação profissional que hoje, o mercado de trabalho exige.

No gráfico nº 3 vimos que 18,8% da mão-de-obra desse público está no mercado da construção civil e, se a principal atividade econômica do município de Uberlândia concentra-se nesse setor, podemos concluir que o mercado local não absorve essa força de trabalho por falta de qualificação profissional. Um outro exemplo está na fala desse entrevistado (M XVII, 29/12/2010):

Eu sou mecânico diesel (...), sem certificado, mas com muita prática (...), mas tô procurando trabalho.

Sabemos que o atual modelo de agricultura exige informações tecnológicas então, qual o conhecimento básico que esse migrante tem, por exemplo, de informática? E o que o Estado e os entes federados estão oferecendo a ele?

A população migrante que chega a Uberlândia e não dispõe de condições materiais para ali se fixar ou chegar à sua cidade de destino é encaminhada ao Núcleo de Atendimento ao Migrante (NAM), o qual funciona de segunda a sexta-feira em horário comercial, isso contraria a orientação da Resolução nº 109 de 11/11/2009, que prevê o atendimento em “qualquer horário do dia e da noite”, para que seja realizado o acolhimento, o estudo diagnóstico e os encaminhamentos por profissionais preparados.

Neste sentido, as melhorias poderiam ser realizadas visando à mudança de horário de funcionamento do respectivo programa para o atendimento de plantão à população migrante, com amparo para estudos diagnósticos completos.

O atendimento é feito em guichê, no qual são atendidas duas pessoas de cada vez, não havendo nenhuma privacidade para as mesmas e nem mesmo para o profissional, conforme prevê o Código de Ética do Assistente Social. Assim, deveria ser efetivado para uma pessoa de cada vez, em ambiente mais privativo, o que favoreceria o estudo diagnóstico. Observamos que o encaminhamento realiza-se sempre no sentido de agilidade para com a fila ficando, em segundo plano, o que deveria representar uma preocupação maior – a reinserção social e familiar do migrante.

O capital não tem (...) a menor consideração com a saúde e com a vida do trabalhador, a não ser quando a sociedade o compele a respeitá-las. À queixa sobre a degradação física e mental, morte prematura, suplício de trabalho levado até a mais completa exaustão responde: porque nos atormentarmos com esses sofrimentos, se aumentam nossos lucros? (MARX, 2004, p. 306).

Outro fator refere-se à fila de espera para atendimento, a qual é organizada em sistema de senha manual e não há cadeiras para que os usuários aguardem o

atendimento, não há fila preferencial para idosos, pessoas com crianças de colo ou com deficiência física, conforme legislação brasileira¹¹.

Assim, atender este público não poderia se limitar no fornecimento de passagens rodoviárias sejam elas, intermunicipais ou interestaduais, mas seria encaminhá-lo visando sua inserção no mercado de trabalho. Para tanto, é necessário acolher esse migrante, orientando e oportunizando-lhe as condições para tal, ou seja, abrigo de qualidade, acesso à educação/qualificação profissional até a efetivação de sua inserção no mundo do trabalho, propriamente dito.

Faz-se importante destacar ainda que o albergamento é feito por três Organizações Não-Governamentais (ONGs), sendo duas delas subvencionadas pelo poder público municipal, dado confirmado na pesquisa do IPEA, citada anteriormente, mas não possuem uma sistemática de avaliação e monitoramento por parte da Prefeitura.

Conforme previsto na LOAS (capítulo III), a assistência social integra um sistema descentralizado e participativo, organizado por um conjunto de instâncias deliberativas compostas pelos diversos setores da área. O estado de Minas Gerais reafirma a citada lei através da Portaria nº 001 de 10 de dezembro de 2008 prevendo o monitoramento dos serviços sócioassistenciais pelo gestor da Política de Assistência Social do município acompanhado pelo CMAS.

Assim, na esfera municipal, o gestor da referida política e o CMAS, cada um com suas atribuições específicas, são responsáveis pela execução, monitoramento e fiscalização dos programas desenvolvidos. Em Uberlândia não há tal acompanhamento no que tange aos serviços prestados à população migrante, sejam eles governamentais ou não-governamentais.

Ainda referente à Portaria supra mencionada do estado de Minas Gerais, a qual menciona “ações regionalizadas, quando favorecer o atendimento ao migrante”, comprovamos pelas diversas falas dos sujeitos pesquisados que, cada cidade

¹¹ Lei nº 10.048, de 08 de Novembro de 2000.

encaminha o migrante para a localidade que possui passagens, muitas vezes, desconsiderando o destino do mesmo.

Vale ressaltar também que o NAM não possuía nenhum Assistente Social para atendimento aos seus usuários exceto a Coordenadora do local, a qual é servidora efetiva da Prefeitura Municipal de Uberlândia, mas, no momento encontrava-se ocupando cargo comissionado, ou seja, coordenação do NAM. As demais funcionárias possuem 1º e 2º grau, portanto não possuem qualificação profissional para realizar estudos diagnósticos e encaminhamentos de acordo com a especificidade de cada situação, pois se originam de cargos meramente administrativos logo, percebemos a necessidade de maior preparo e qualificação das profissionais que realizam o acolhimento e viabilizam o atendimento no NAM, à população em questão.

Desta forma, indagamos a operacionalização da PNAS que prevê a realização de diagnóstico, análise e encaminhamento da situação individual de todo migrante, todavia, com profissional sem qualificação técnica para tal ação, como se garante os direitos sociais dos migrantes?

A Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de Minas Gerais (SEDESE) repassa recursos financeiros aos municípios para desenvolvimento de ações, de acordo com os projetos apresentados pelos mesmos. Assim, observamos que Uberlândia solicita recursos para aquisição de *kits* de higienização, o qual não conta com toalha de banho, por exemplo. Não prevê recursos para alimentação, ou seja, o migrante se alimenta apenas nas ONGs conveniadas com o Município e nos horários estabelecidos nas rotinas das mesmas. Para o migrante que chega após o almoço e viajará antes do horário do jantar, não há uma verba para lanches ou *marmitex* mais próximos à rodoviária e em horários alternativos. Vemos, nas palavras de Couto (2010) que, a PNAS alarga o conceito do usuário da assistência social, tendo como marco a LOAS. Acreditamos ter chegado o tempo de ampliarmos também nossa visão sobre esse sujeito, entendendo-o enquanto portador de direitos e que para isso precisa, elementarmente, de uma toalha para se enxugar depois do banho e de se alimentar sendo ou não “horário”.

Esses sujeitos não são apenas “a população pobre”, mas,

(...) a considerada “inapta para o trabalho” que depende diretamente dos serviços sociais públicos – grupos crescentes de desempregados, subempregados e precarizados nos seus vínculos laborais que, embora “aptos para o trabalho”, são expulsos pelo cada vez mais reduzido e competitivo mercado formal de trabalho (COUTO, *et. al.*, 2010, p. 46).

3.3.1. Caracterização dos migrantes

Por termos como um dos objetivos específicos deste estudo, traçarmos o perfil contemporâneo do migrante que depende de recursos públicos para seus deslocamentos, o que vem sendo desenvolvido durante todo o texto, apresentamos, a seguir, mais alguns dados coletados e análise dos mesmos. É oportuno salientarmos que a pesquisa

(...) é um compromisso afetivo, um trabalho ombro a ombro com o sujeito da pesquisa. (...). Não basta a simpatia (sentimento fácil) pelo objeto de pesquisa, é preciso que nasça uma compreensão sedimentada no trabalho comum. (...). Suas memórias contadas oralmente foram transcritas tal como colhidas no fluxo de sua voz (BOSI, 1994, p. 38).

Salientamos ainda que, para expormos aqui muitas das “falas” dos próprios sujeitos, lançamos mão das gravações das entrevistas enquanto recurso metodológico, pois as mesmas trazem a qualificação da experiência do sujeito, a quem é oportunizado o direito de contar, do seu ponto de vista, a própria história. As dimensões dessa técnica metodológica não aparecem nos dados coletados, mas qualificam nossa percepção do ponto de vista da fala do migrante, quando o mesmo altera o tom de sua voz ou demonstra o sonho de uma nova vida e algumas vezes ainda, por aquilo não dito. Assim, a escuta no processo de trabalho do Assistente Social é de extrema importância. Segundo Thompson (2002, p. 145-147):

(...) o material de entrevistas gravadas, todos eles representam, que a partir de posições pessoais ou de agregados, a percepção social dos fatos; além disso, estão todos sujeitos a pressões sociais do contexto em que são obtidos. Com essas formas de evidências, o que chega até nós é o significado social, e este é que deve ser

avaliado (...). A gravação é um registro muito mais fidedigno e preciso de um encontro do que um registro simplesmente escrito. Todas as palavras empregadas estão ali exatamente como foram faladas; e a elas somam pistas sociais, as nuances da incerteza, do humor ou do fingimento, bem como a textura do dialeto. (...). Não obstante, a fita é um registro muito melhor e mais completo do que jamais se encontrará nas anotações rascunhadas ou no formulário preenchido pelo mais honesto entrevistador.

Durante o trabalho do Assistente Social percebe-se que essas pessoas chegam fragilizadas no NAM, sentindo-se impotentes ante a sua necessidade social, sempre relatam situações de descaso aos seus direitos, tais como a fala do migrante (M XVII, 29/12/2010) que diz:

Eu vim pulando de cidade em cidade.

A fala desse cidadão denuncia o desrespeito de alguns profissionais em relação à Carta Magna do Brasil (1988) que assegura os direitos humanos e os direitos sociais, dentre eles, o trabalho e o direito à locomoção. Assim, esses profissionais ao invés de liberar a passagem para o destino desse cidadão ficam fragmentando o trajeto, tratando o migrante com descaso, numa visão excludente, infringindo inclusive, o Código de Ética do Assistente Social (1993).

Os dados da pesquisa refletem a realidade dos migrantes que circulam no NAM, 91% são do sexo masculino e apenas 9% são mulheres, como indica o gráfico nº 06.

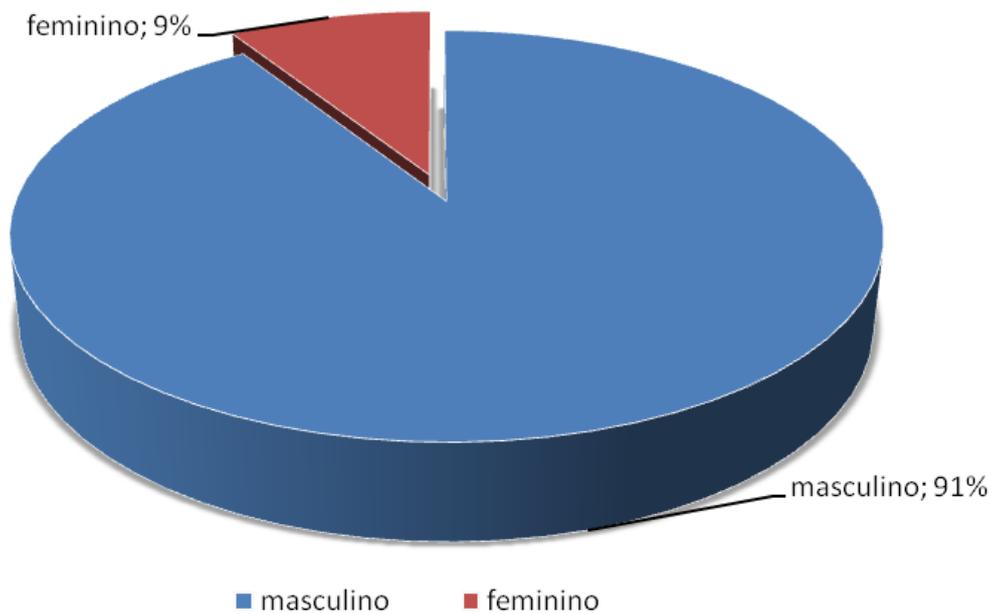


Gráfico nº 6: Distribuição dos migrantes quanto ao sexo

Fonte: Pesquisa realizada pela autora, no Núcleo de Atendimento ao Migrante, em Uberlândia, de 20/12/2010 a 10/01/2011

É relevante a predominância do sexo masculino (91%) na condição de migrante. Chaves (2009, p. 15) analisa que a migração tem uma relação muito próxima com a dinâmica do trabalho, “sempre teve o homem como principal protagonista e a mulher no papel de coadjuvante”. Será que isso procede? Na perspectiva da autora, esses homens enviam dinheiro para suas famílias. Contudo, nenhum dos 32 entrevistados envia recursos para suas famílias. Todavia, os 9% de migrantes mulheres que procuram o NAM pode ser maior no município, tendo em vista que, a maioria que chega na rodoviária já está sendo esperada por famílias que leva-las-ão para trabalhar em suas casas como domésticas, sem carteira assinada.

Em relação à idade, observa-se o gráfico nº 7 o qual demonstra que 37,5% dessa população encontra-se na faixa etária entre 29 a 39 anos. Se somados aos que possuem de 18 a 28 anos teremos 48,5% do universo abaixo de 40 anos. Ressaltamos a inexistência de pessoas com mais de 55 anos, o que é confirmado por Golgher (2001, p. 53), o qual afirma que “pessoas jovens migram com maior frequência que idosos”.

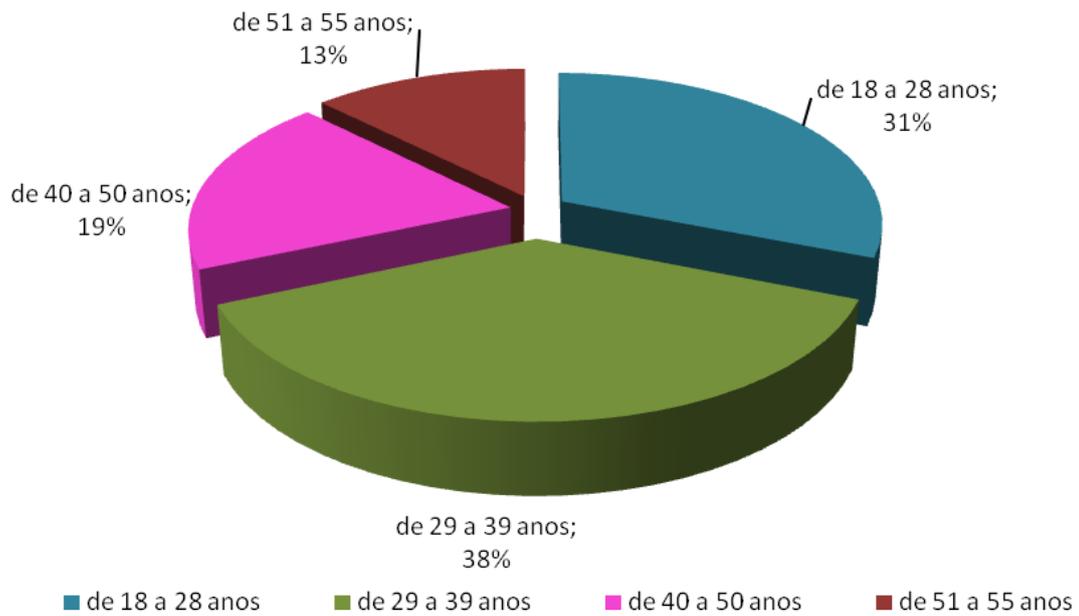


Gráfico n° 7: Distribuição dos migrantes quanto à idade

Fonte: Pesquisa realizada pela autora, no Núcleo de Atendimento ao Migrante, em Uberlândia, de 20/12/2010 a 10/01/2011

O gráfico n° 8 demonstra que 46,9% dos entrevistados têm a escolaridade até a 8ª série. Considerando os migrantes com menos escolaridade teremos 85% dos mesmos com ensino fundamental e apenas 15% conseguiu ter acesso ao 2º grau.

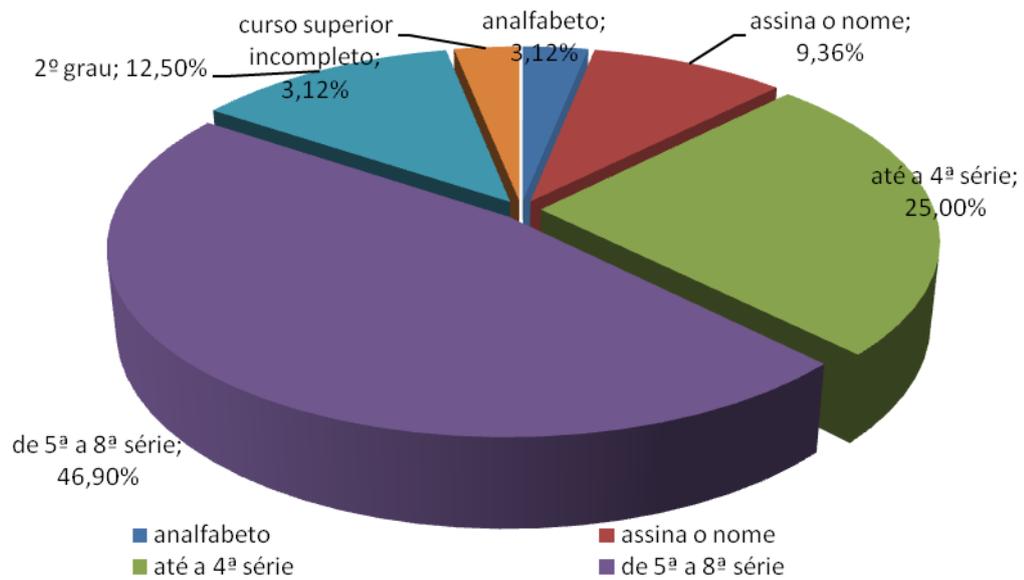


Gráfico nº 8: Distribuição dos migrantes quanto à escolaridade

Fonte: Pesquisa realizada pela autora, no Núcleo de Atendimento ao Migrante, em Uberlândia, de 20/12/2010 a 10/01/2011

Assim, podemos concluir que a baixa escolaridade dificulta a inserção da pessoa no mercado de trabalho e, quando o conseguem, ocupam postos de trabalho mal remunerados, o que é confirmado pelo gráfico nº 9.

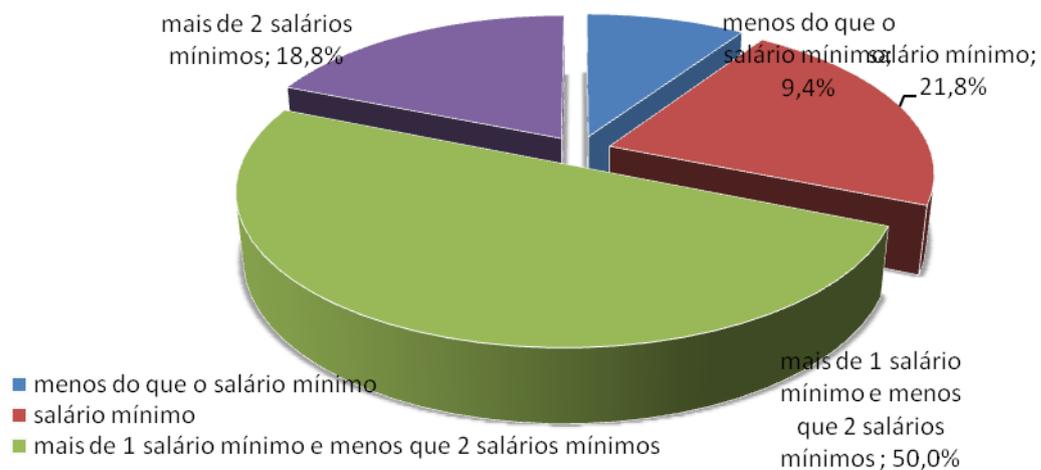


Gráfico nº 9: Distribuição dos migrantes quanto à renda

Fonte: Pesquisa realizada pela autora, no Núcleo de Atendimento ao Migrante, em Uberlândia, de 20/12/2010 a 10/01/2011

Questionados sobre o valor de sua renda mensal, quando estão trabalhando, 50% dos migrantes afirmaram que a mesma varia de “mais de 1 salário mínimo e menos que 2 salários mínimos”

Trindade (1995, p. 87), considera sobre os empregos disponibilizados para os migrantes:

Os empregos ocupados por estes tendem a ser mal remunerados, geralmente mais desqualificados, menos propícios à mobilidade profissional e acarretando um estatuto social inferior. Envolvem, por outro lado, condições de trabalho deficientes, dominadas por relações informais e pessoais entre patrão e empregado, comportando por isso um maior grau de insegurança e dando origem a situações mais graves perante o desemprego.

Um dos nossos entrevistados confirma tal situação com as seguintes palavras:

(...) pois o cara (empregador), geralmente, pega alguém prá trabalhar, paga 1º mês, no 2º mês, no 3º mês já não paga, fica devendo, aí eu desanimo e vou embora... a maioria [dos patrões] fica devendo (...). (M IX, 28/12/2010).

Essa situação apresentada por M IX, também ocorre com os imigrantes em Portugal, conforme a análise de Castro (2010).

Marx (2008) descreve que, o imperativo da liberdade e competitividade na compra e venda da força de trabalho, fez com que o capitalismo regredisse mesmo em relação a essas formas restritivas de “proteção assistencial” à população pobre. A “descoberta” do trabalho livre como produtor de valor de troca e sua potencialidade na e para a acumulação capitalista precisou o significado do trabalho para as relações sociais.

Para Vieira (2004, p. 112),

Dentro do modismo “neoliberal”, os pobres, e claro a pobreza, acham-se nessa condição porque estão fora do mercado, não sendo mediados por direitos. A miséria humana na atualidade, conforme a ortodoxia “neoliberal”, não constitui violação de direitos, insensatez de alguns ou cruel dominação, mas sim falta de aptidão pessoal, desventura ou “exclusão” do mercado.

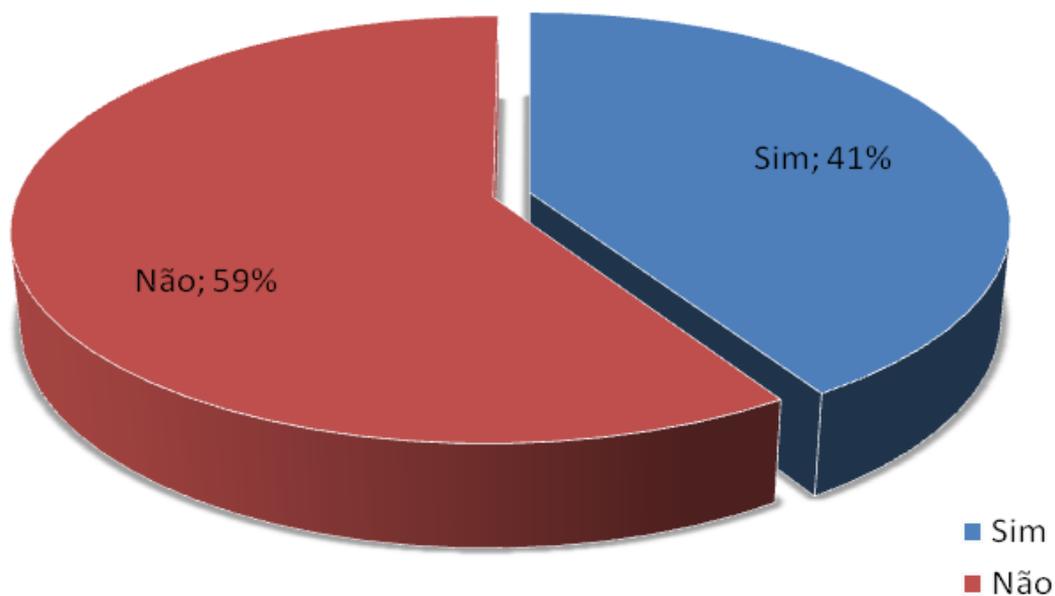


Gráfico nº 10: Distribuição dos migrantes quanto ao fato de viverem ou não com suas famílias
 Fonte: Pesquisa realizada pela autora, no Núcleo de Atendimento ao Migrante, em Uberlândia, de 20/12/2010 a 10/01/2011

Constatamos que 59% dos migrantes não vivem com suas famílias, segundo a fala de um dos sujeitos entrevistados:

(...) Não vivo com a minha família há 12 anos (...). (M XXIII, 10/01/2011).

A importância da família na vida do indivíduo é abordada por Bosi (1994, p. 424):

As lembranças do grupo doméstico persistem matizadas em cada um de seus membros e constituem uma memória ao mesmo tempo una e diferenciada. Trocando opiniões, dialogando sobre tudo, suas lembranças guardam vínculos difíceis de separar. Os vínculos podem persistir mesmo quando se desagregou o núcleo onde sua história teve origem. Esse enraizamento num solo comum transcende o sentimento individual.

Comprovamos esta perspectiva de análise da autora com alguns dos nossos sujeitos entrevistados. Transcreveremos a fala de um deles o qual tem, atualmente, 32 anos e relata que vive sem a família há 16 anos e que não os vê há 10 anos:

(...) Desde os 16 anos de idade (...). Tem 10 anos [... é ...] não adianta eu falar o porquê, porquê você não iria entender (...) quer escutar te falo: (...) porque meu pai é uma pessoa muito ruim, entendeu? Sempre me tratou muito mal, me batia muito (...) eu tenho cicatriz na cara até hoje que eu carrego dele entendeu?... (M IX, 28/12/2010).

Esta fala, além de comprovar a desvinculação familiar dessa população, aponta, também um sentimento de revolta com a figura paterna. Bosi (1994, p. 428-429) trata também das representações maternas e paternas na vida das pessoas:

A figura paterna é alvo de uma apreensão de traços espirituais, não físicos, também, como acontece com a figura materna. Creio que isso se dê pela presença mais concreta da mãe na vida do lar, onde o contato corporal mãe-criança constitui as primeiras relações afetivas.

O sujeito migrante mencionado transita na construção das figuras paterna/materna conforme expressou acima sobre seu pai e aqui sobre a figura materna:

Aí eu não dei certo lá em casa ... prá ela [mãe] eu ligo direto... eu tenho o telefone dela ..., mas minha mãe agora deu câncer agora e tá lutando ... deu câncer no seio do lado de cá assim, operou no começo do ano passado, tá fazendo quimioterapia ... Tá sarando já ... foi descoberto muito cedo e, graças a Deus, ela está bem (...). Mas sofri prá caramba ... nossa! (M IX, 28/12/2010).

Nas nossas entrevistas confirmamos a diferença na forma de falar entre os migrantes homens e as mulheres, conforme aborda Thompson (2002, p. 204-205):

[...] entre os migrantes, [...] os homens consideram a vida que viveram como sua, como uma série de atos conscientes, com metas bem definidas; e ao narrar sua história usam o “eu” ativo, tendo como certo serem eles mesmos o sujeito de suas ações por meio das formas de falar que utilizam. As mulheres, em contraposição, falam sobre as próprias vidas tipicamente em termos de relações, incluindo em sua história de vida partes de histórias de vida de outras pessoas; e muito frequentemente falam como “nós” ou “a gente”, simbolizando as relações subjacentes àquela parte de sua vida: “nós” como “meus pais e nós”, ou como “meu marido e eu”, ou como “eu e meus filhos”.

Para ilustrar esta citação, mencionaremos as falas de dois migrantes sendo, a 1ª, M V, do sexo feminino e o 2º, M XXXII, do sexo masculino:

(...) Vivo, nós somos 5 pessoas, meu marido...três (...) filhos. (M V, 22/12/2010).

(...) É, agora eu tô vindo de Patos, fiquei 2 meses em Patos (...) Tô indo pro Paraná, Paranaguá (...) eu queria ficar lá só que não deu, eu gostei demais (...). (M XXXII, 10/01/2011).

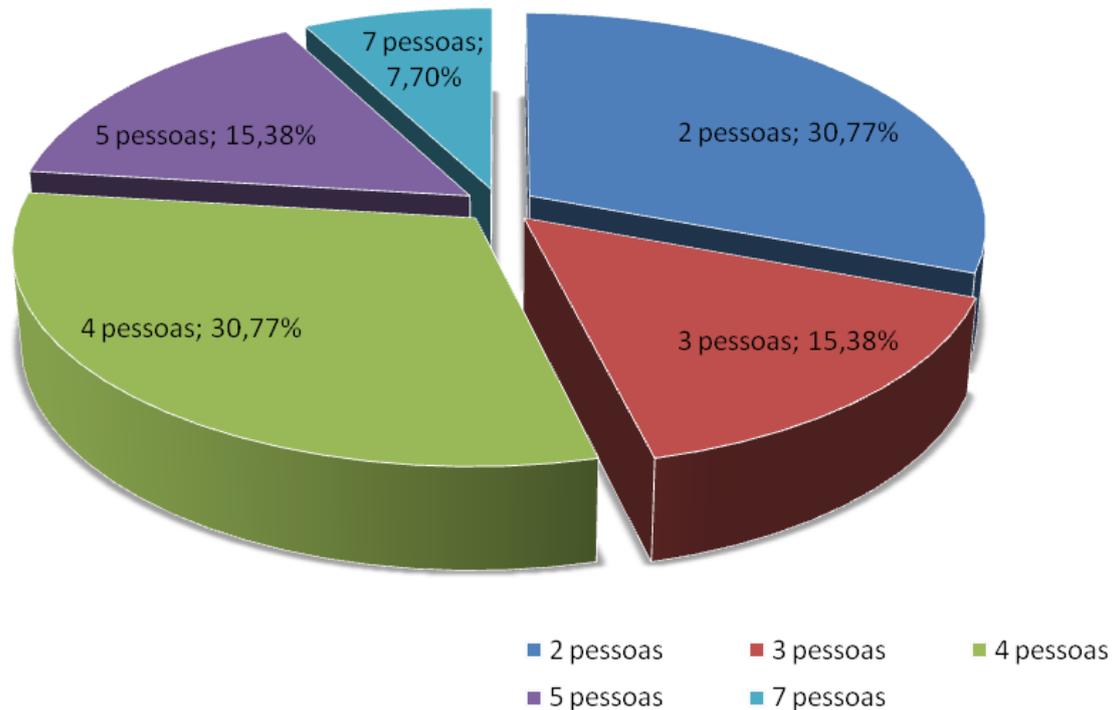


Gráfico nº 11: Quantidade de pessoas que vivem na mesma casa

Fonte: Pesquisa realizada pela autora, no Núcleo de Atendimento ao Migrante, em Uberlândia, de 20/12/2010 a 10/01/2011

Observamos que, dos migrantes que vivem com a família, cerca de 80% está na média dos domicílios brasileiros possuindo até 4 pessoas por residência conforme dados do IBGE via Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2010). Acreditamos ser oportuno destacarmos a fala de alguns migrantes para ilustrar esta situação:

(...) Eu, minha esposa e meus filhos (...) 2 (...). (M II, 20/12/2010).

(...) Vivo com minha esposa, é eu, ela e o menino dela (...). (M XIV, 28/12/2010).

Em nossa pesquisa constatamos que 36,87% dos migrantes que não vivem com suas famílias estão há mais de 1 ano e menos de 3 anos sem manter contato com as mesmas, como indica o gráfico nº 12.

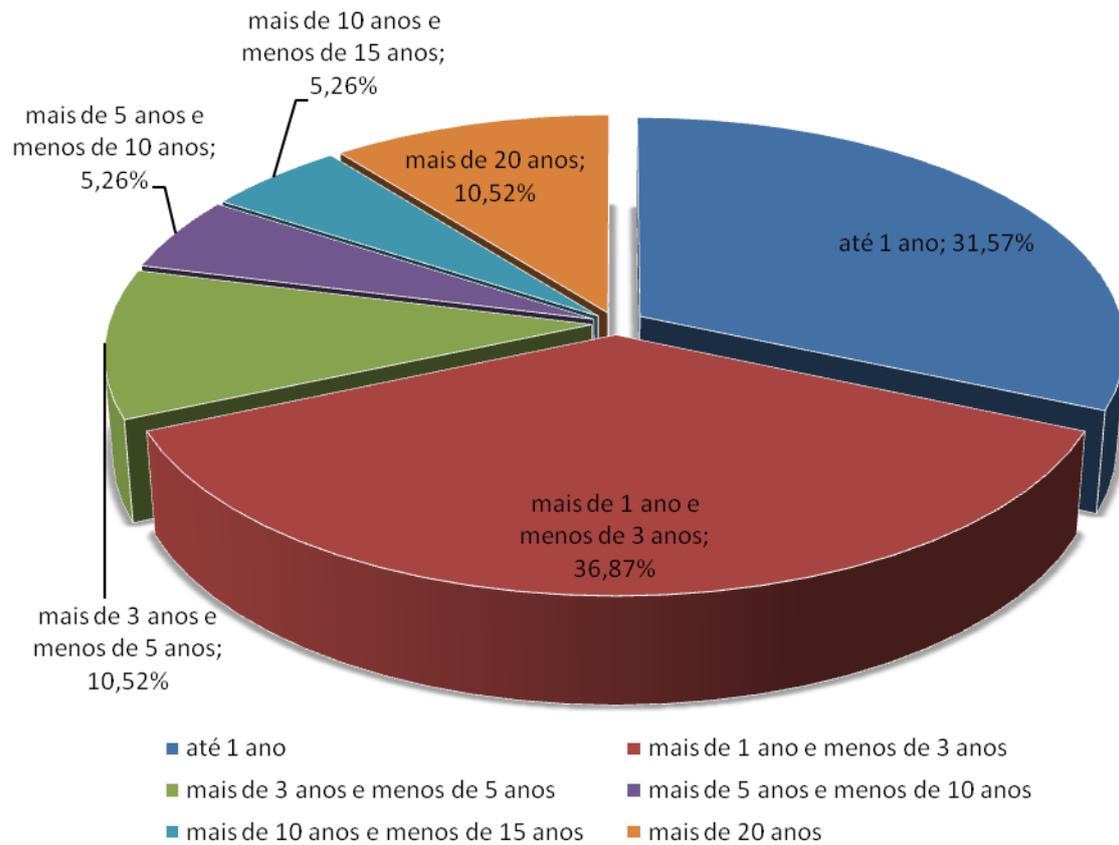


Gráfico nº 12: Há quanto tempo os migrantes não vivem com suas famílias

Fonte: Pesquisa realizada pela autora, no Núcleo de Atendimento ao Migrante, em Uberlândia, de 20/12/2010 a 10/01/2011

Acreditamos que essa falta de vínculo do migrante com sua família está relacionada ao seu constante processo de deslocamento. Sobre isto Bosi (1994, p. 424) reflete:

(...) a família (...) não esquece os membros que a deixaram e procura deter seu afastamento, aferrando-se aos elos que os ligavam. (...). A família (...) sempre espera a volta do filho pródigo, mesmo comportando-se como quem o esqueceu. A família desenraizada nos centros urbanos ainda possui uma força de coesão capaz de integrar pessoas de diferentes classes econômicas, credos políticos e religiosos opostos. Uma crença religiosa terá o peso que ela lhe conferir e pode, ou não, afastar um membro de si.

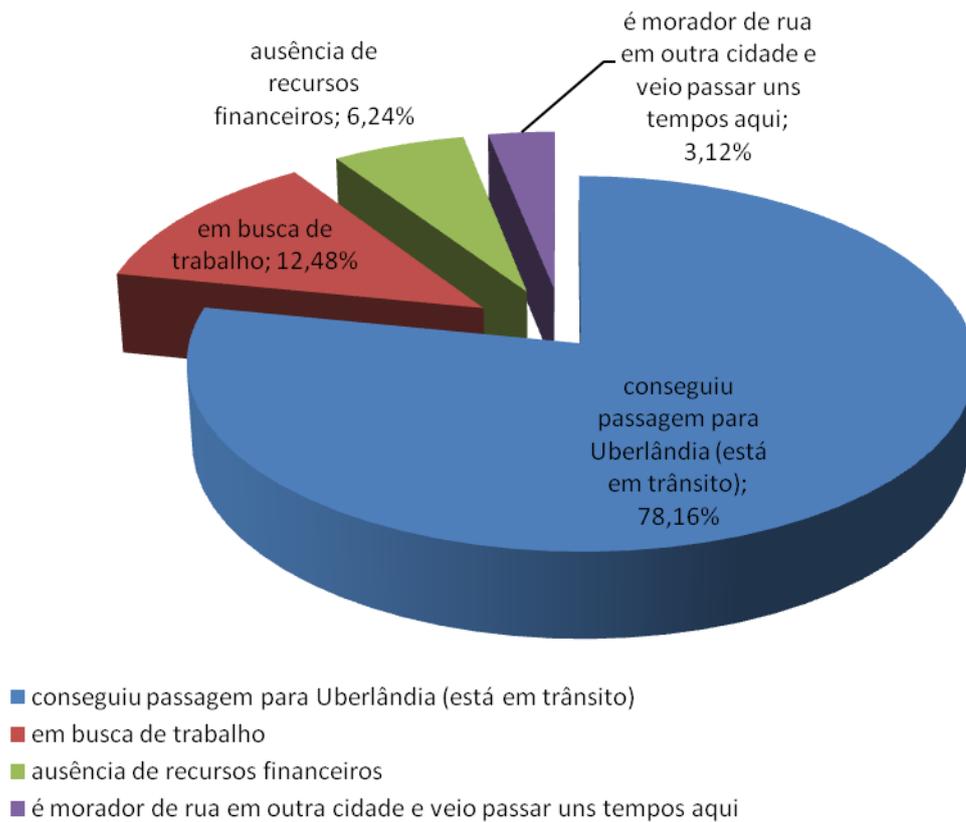


Gráfico nº 13: Motivos pelos quais os migrantes estão em Uberlândia

Fonte: Pesquisa realizada pela autora, no Núcleo de Atendimento ao Migrante, em Uberlândia, de 20/12/2010 a 10/01/2011

Observamos que 78,16% dos migrantes atendidos pelo NAM não vieram para Uberlândia por opção e sim pelo que Golgher chama de “migração em etapas”.

Caso o migrante não disponha de todos os recursos (ou informações) para fazer uma longa etapa de migração, teria como alternativa a migração em etapas, também conhecida como migração em cadeia. O indivíduo migraria de uma localidade para outra mais próxima, em várias etapas de migração mais curtas e com custos menores associados a elas, sendo no final atingido seu destino preferencial (GOLGHER, 2001, p. 24).

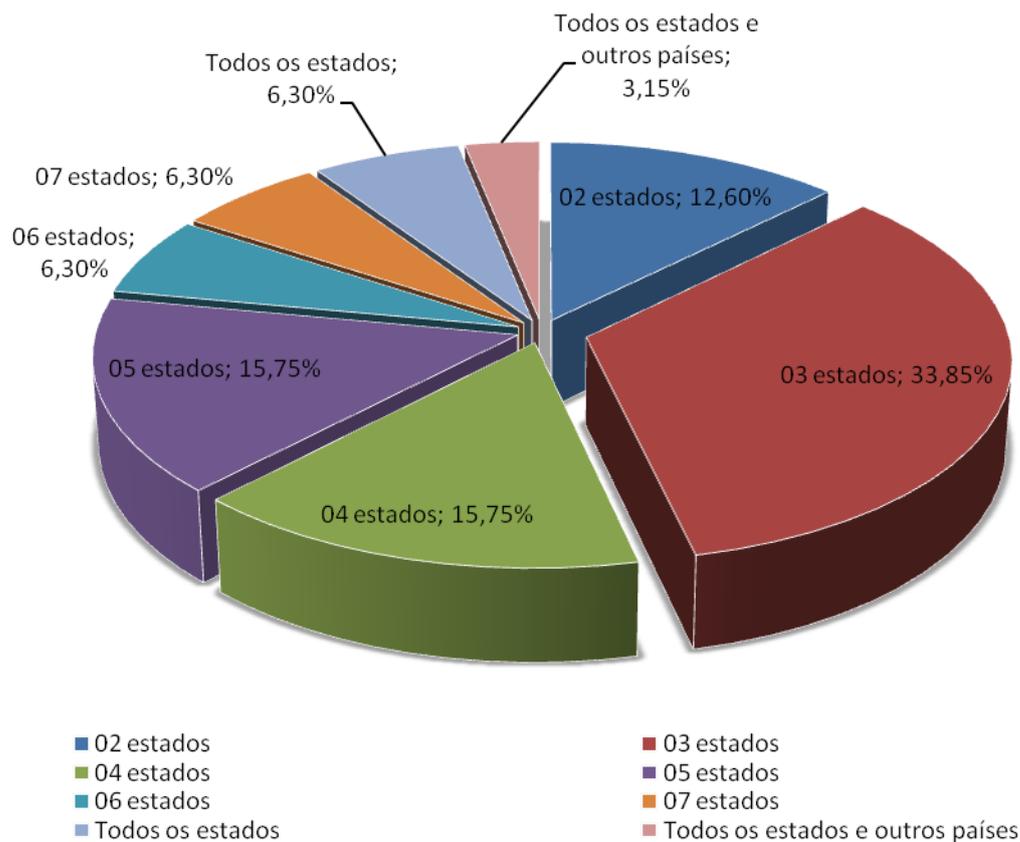


Gráfico nº 14: Número de estados brasileiros conhecidos pelos migrantes

Fonte: Pesquisa realizada pela autora, no Núcleo de Atendimento ao Migrante, em Uberlândia, de 20/12/2010 a 10/01/2011

A maioria dos migrantes atendidos pelo NAM, de acordo com os dados do gráfico nº 14, conhece de três (33,85%) a quatro (15,75%) estados brasileiros.

Entendemos que, a grande parte dos migrantes está em busca de trabalho e não encontram devido a vários fatores, entre eles, a falta de qualificação profissional, a baixa escolaridade e a falta de documentos. Em outros termos, observa-se, que os que procuram trabalho, não têm o principal documento, ou seja, a carteira de trabalho. E muitas vezes não tem nem a carteira de identidade. A falta desses documentos “pode” até ser um facilitador para as negativas de emprego e também um fator de exposição do migrante para os deslocamentos de uma cidade para outra, pois o desemprego é estrutural e não pontual.

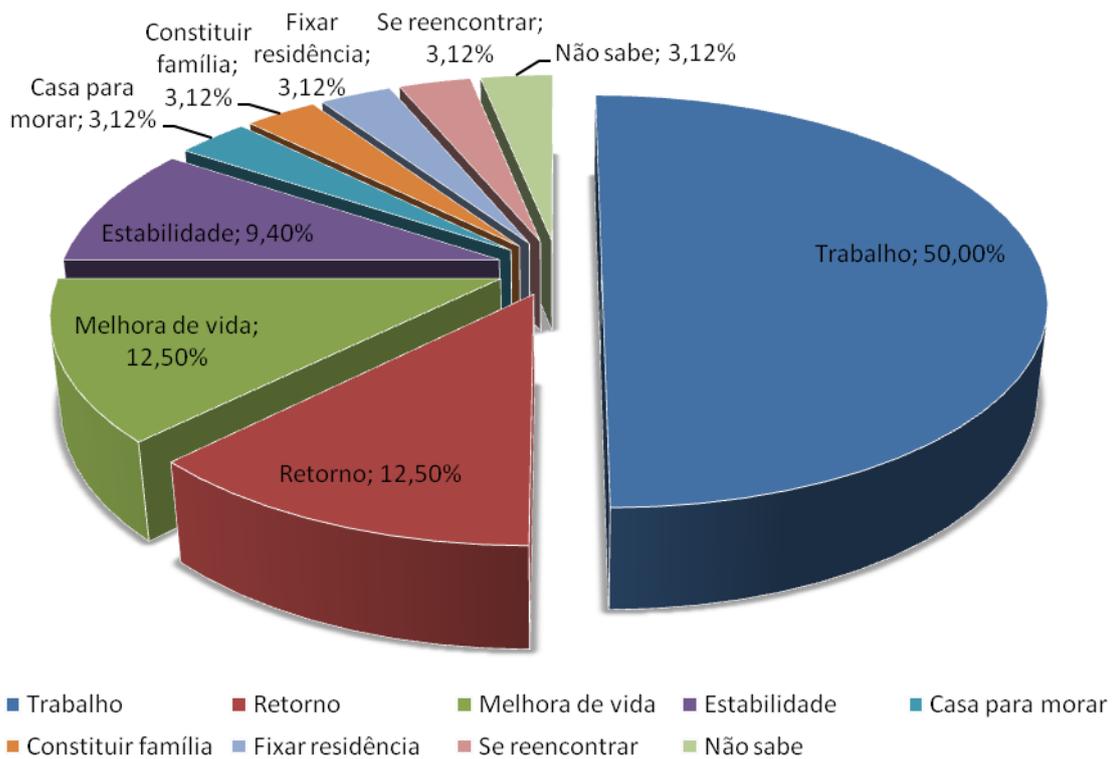


Gráfico nº 15: O que os migrantes procuram na cidade de Uberlândia

Fonte: Pesquisa realizada pela autora, no Núcleo de Atendimento ao Migrante, em Uberlândia, de 20/12/2010 a 10/01/2011

Dos migrantes entrevistados, 50% afirmam ser o trabalho o mote da migração, se somados aos 12,5% que buscam o retorno, entendemos que esse percentual refere-se ao sujeito que já saiu anteriormente de sua cidade à procura de melhores condições de vida e, não obtendo “sucesso” opta pelo regresso. Assim, teremos 62,5% dos entrevistados no recorte da ausência de trabalho.

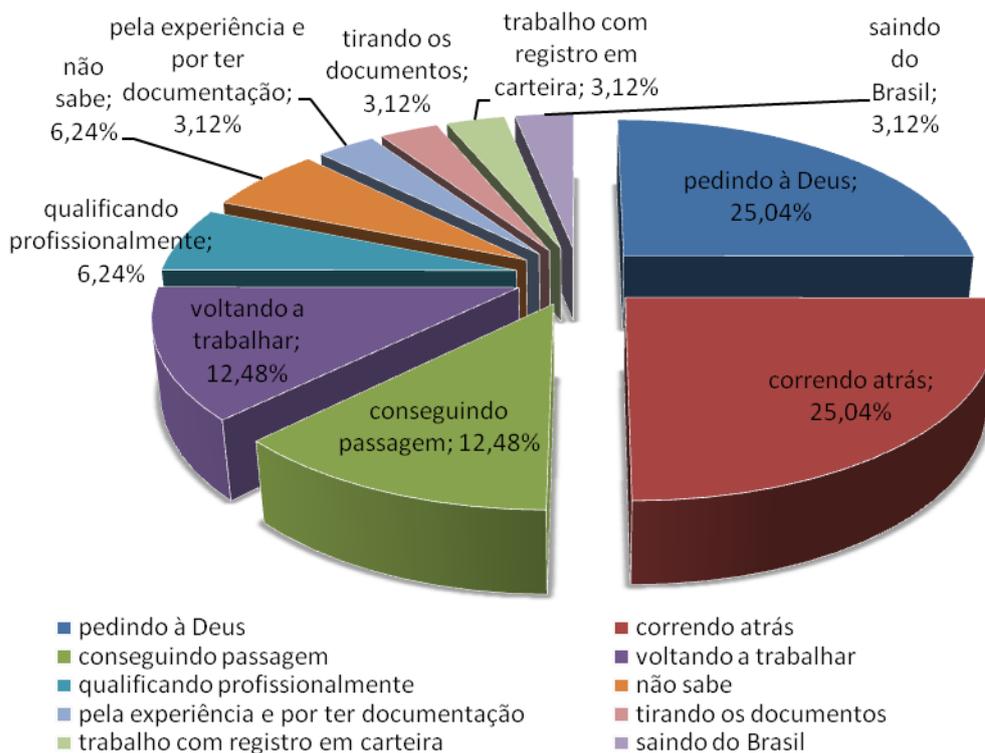


Gráfico nº 16: Como os migrantes pretendem obter o que procuram

Fonte: Pesquisa realizada pela autora, no Núcleo de Atendimento ao Migrante, em Uberlândia, de 20/12/2010 a 10/01/2011

Observamos que uma parcela significativa dos migrantes, ou seja, 25,04% se ligam na religiosidade, o que nos leva à reflexão da vinculação da política de assistência social com a *benesses*, que também é mencionado na avaliação da população migrante sobre os serviços oferecidos pelo NAM (ver gráfico nº 1). A ligação da assistência social com o “favor” é retratada na situação descrita por Martinelli (2007, p. 125):

Os benefícios, concessões e serviços oferecidos procuravam recobrir a dominação e a exploração burguesa, situando-se como formas ideológicas de preservar o domínio de classe. A ação cristianizadora do capitalismo, uma das principais bandeiras de luta do Serviço Social ao longo das décadas de 1930 e 40.

Desta forma, cremos que a resposta “pedindo à Deus” pode estar associada a falta de oportunidades, assim: O que será que pedem à Deus?

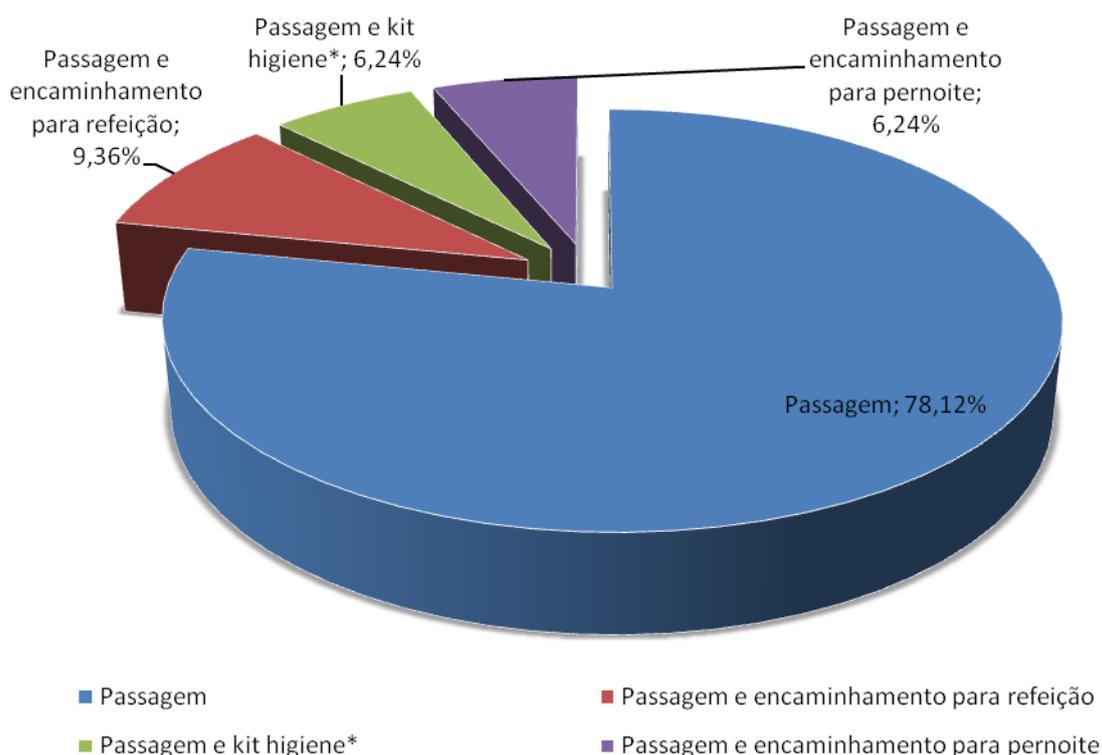


Gráfico nº 17: Serviços do NAM utilizados pelos migrantes

Fonte: Pesquisa realizada pela autora, no Núcleo de Atendimento ao Migrante, em Uberlândia, de 20/12/2010 a 10/01/2011

Constatamos que 100% dos migrantes foram atendidos com passagem. Os encaminhamentos significam que tais serviços não são prestados pelo Município e sim por Organizações Não-Governamentais.

Vale destacar que ainda permanece a visão higienista¹² na área da assistência social o que, lamamoto (2007, p. 317) chama de:

Prática social de cunho educativo (a qual) constitui-se num empreendimento de inculcação ideológica, em intervenção normativa no modo de vida da população-cliente. Seja em relação aos hábitos de higiene, saúde, de moradia (...).

¹² No NAM, por exemplo, é distribuído um *kit* higiene aos migrantes, esse é composto por: sabonete, bucha vegetal, aparelho de barbear ou depilar, desodorante, chinelo, roupa (calça ou bermuda e camiseta), pente, absorvente (para mulheres) e fralda descartável (para crianças).

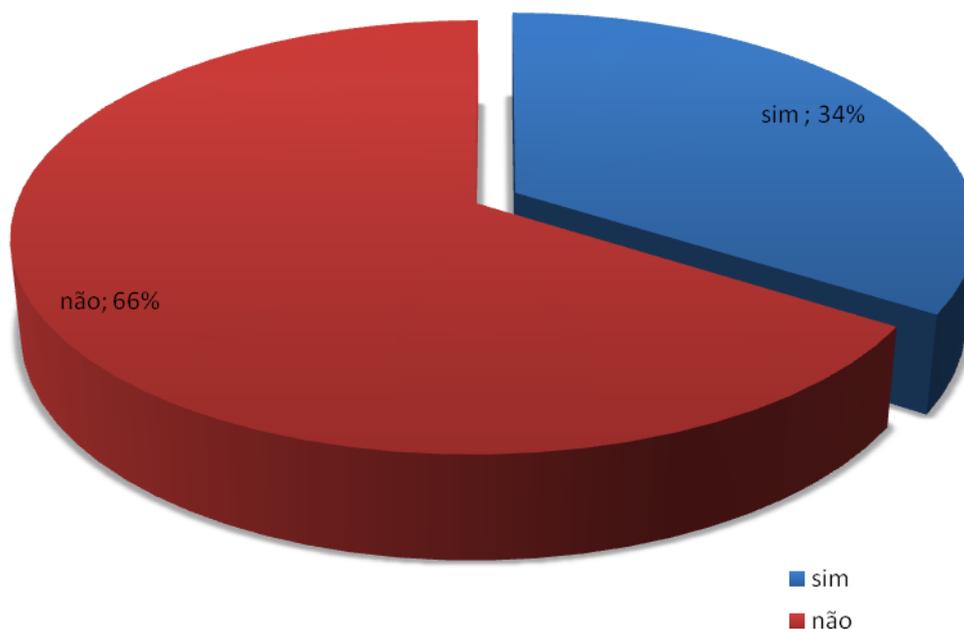


Gráfico nº 18: Conhecimento dos migrantes dos outros atendimentos em Uberlândia voltados à população itinerante

Fonte: Pesquisa realizada pela autora, no Núcleo de Atendimento ao Migrante, em Uberlândia, de 20/12/2010 a 10/01/2011

Dos entrevistados 66% não conhecem outros atendimentos em Uberlândia assim, observamos a não efetivação do atendimento em rede social, o que seria de suma importância para que o mesmo pudesse acessar mais serviços, conforme nos mostra Trindade (1995, p. 91):

Partindo do pressuposto de que os fatores estruturais estabelecem as condições fundamentais no âmbito das quais as decisões individuais ou dos grupos são tomadas, alguns autores defendem a idéia segundo a qual o que interliga os indivíduos no espaço são as redes sociais. Quer isto dizer que há um contexto macroscópico que estabelece condições estruturais, mas que ao nível microscópico as decisões migratórias são influenciadas pela participação em redes sociais que proporcionam o acesso dos autores a determinados recursos, nomeadamente assistência e informação. Quando estas redes se desenvolvem, elas não só apóiam como estimulam novas correntes migratórias, o que contribui para explicar a persistência de determinados fluxos populacionais mesmo quando cessam as condições estruturais que lhes deram início.

A mesma autora identifica também as redes sociais baseadas nos laços familiares, as quais oferecem suporte emocional para a população migrante:

As redes sociais fundadas em laços familiares, de amizade e com base na identidade de uma determinada comunidade, são categorias analíticas fundamentais para a análise dos sistemas migratórios. (...) as redes sociais baseadas em laços interpessoais constituem fatores de intermediação entre os atores individuais e as forças estruturais. Ao ligarem migrantes e não migrantes no espaço e no tempo, as redes sociais dão origem a teias complexas de relações interpessoais que permitem conceitualizar as migrações como produto social. Quer haja ou não migrações e qualquer que seja a sua direção, composição e persistência, estas são condicionadas por estruturas econômicas, sociais e políticas inerentes à história das sociedades emissora e receptora. Estas estruturas são transportadas e influenciam através das relações e dos papéis sociais, os indivíduos e os grupos (...). Uma das componentes mais importantes das redes sociais baseadas em laços familiares, de amizade e comunitários é a unidade doméstica: os *agregados familiares* são extremamente importantes para a análise das migrações, uma vez que eles constituem a mais pequena das entidades coletivas no seio da qual se verificam fortes relações de interesse mútuo e de especial confiança. Não se estranha, assim, que a informação veiculada no seio dos agregados familiares seja aquela que mais fortemente pode influenciar os comportamentos individuais, nomeadamente no que respeita à decisão de emigrar, ou não (TRINDADE, 1995, p. 91-92).

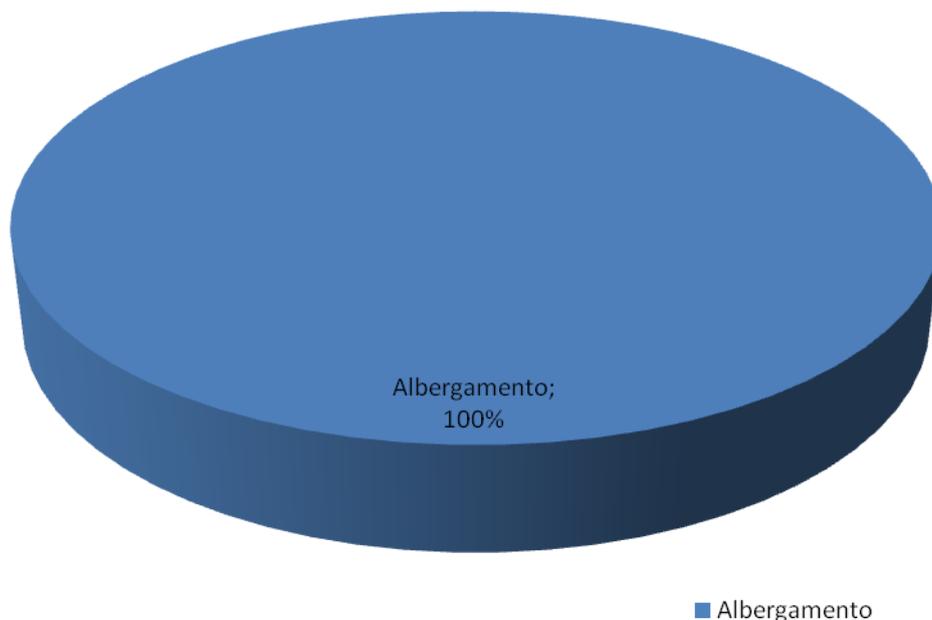


Gráfico nº 19: Serviços do NAM conhecidos pelos migrantes, exceto o fornecimento de passagens
Fonte: Pesquisa realizada pela autora, no Núcleo de Atendimento ao Migrante, em Uberlândia, de 20/12/2010 a 10/01/2011

Ressaltamos que os migrantes que conhecem outros serviços ofertados aos mesmos, limitam-se ao albergamento, o qual, normalmente, é encaminhado pelas próprias servidoras do NAM quando não há mais horários de ônibus para o mesmo dia, ou seja, a diretriz do atendimento tem seu foco no fornecimento de passagens. Caso não seja possível é que o sujeito é albergado.

Mais uma vez demonstramos a limitação desse Programa, ao qual imputamos a ausência do estudo da situação, o diagnóstico, a análise e o encaminhamento profissional para com esse público.

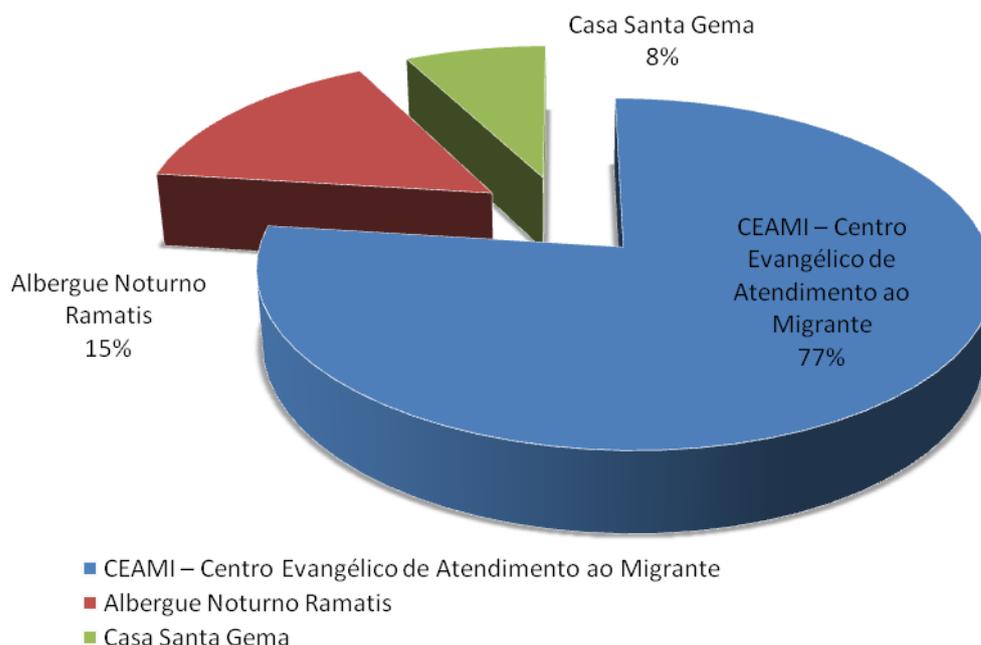


Gráfico nº 20: Serviços de albergamento conhecidos pelos migrantes na cidade de Uberlândia
Fonte: Pesquisa realizada pela autora, no Núcleo de Atendimento ao Migrante, em Uberlândia, de 20/12/2010 a 10/01/2011

De acordo com os entrevistados 77% dos migrantes que conhecem o serviço de albergamento em Uberlândia, ressaltaram o CEAMI como sendo o mais conhecido, o que comprova a análise que realizamos no gráfico anterior, pois essa Organização Não-Governamental localiza-se mais próxima à rodoviária local.

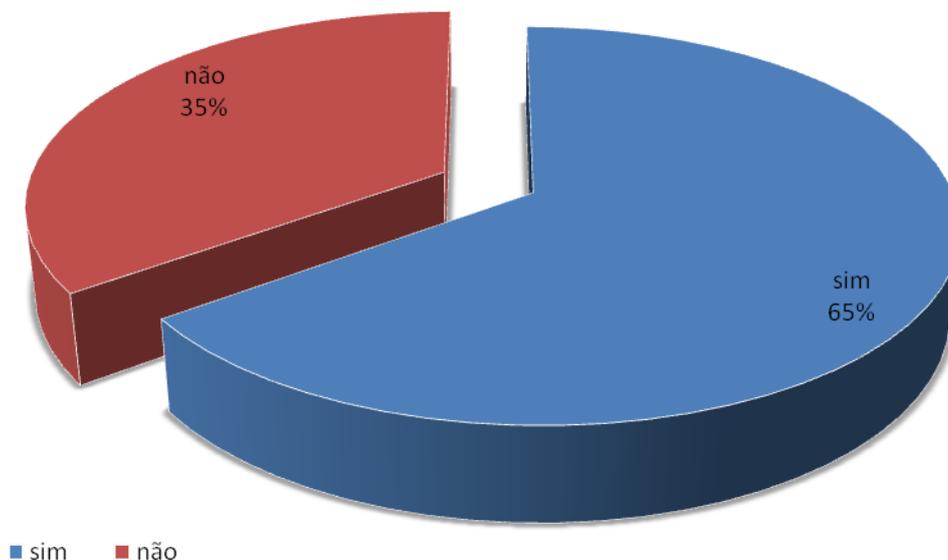


Gráfico nº 21: Conhecimento sobre o atendimento ao migrante em outros municípios

Fonte: Pesquisa realizada pela autora, no Núcleo de Atendimento ao Migrante, em Uberlândia, de 20/12/2010 a 10/01/2011

65% dos migrantes conhecem os serviços de atendimento aos mesmos em outros municípios. Ressaltamos aqui a dependência dessas pessoas quanto aos recursos públicos para seus deslocamentos, reafirmando que se elas tivessem, em suas cidades de origem, oportunidades de trabalho, salários, empregos, assistência médica, acesso à escola, qualificação profissional, cultura, lazer, entre as demais políticas sociais, provavelmente não estariam buscando melhores condições de vida em outros municípios.

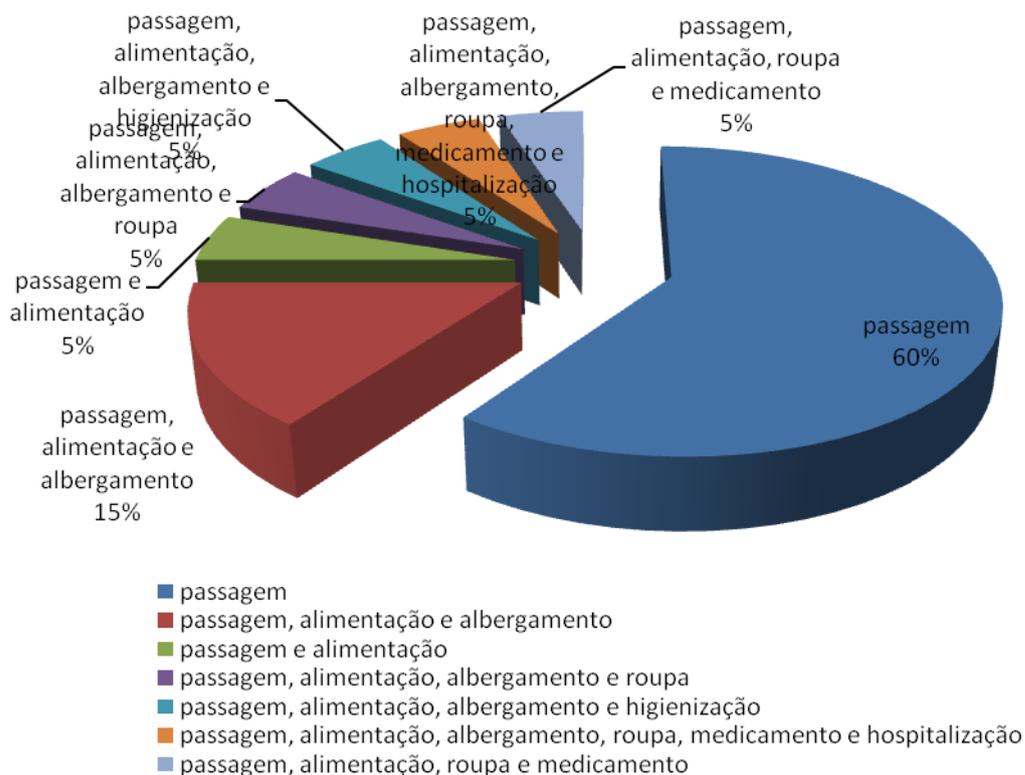


Gráfico nº 22: Serviços oferecidos aos migrantes nos outros municípios

Fonte: Pesquisa realizada pela autora, no Núcleo de Atendimento ao Migrante, em Uberlândia, de 20/12/2010 a 10/01/2011

De acordo com as informações prestadas pelos entrevistados, todos os municípios pelos quais passaram, receberam o serviço de atendimento via oferecimento de passagens, embora tenham feito algumas ressalvas: as passagens fornecidas contemplam até um raio de 100 km e, em algumas cidades, para receber tal serviço, o migrante oferece uma contrapartida em mão-de-obra, como: auxílio na limpeza dos albergues ou serviço de varrição de ruas. Além das passagens os migrantes recebem, em números bem inferiores, alimentação, albergamento, higienização, entre outros.

A situação apresentada, ou seja, a prestação de um serviço no município nos remete ao surgimento do Serviço Social, onde a preocupação da burguesia era ocultar:

Até mesmo como estratégia de autopreservação do capitalismo (...): a face da exploração, da opressão, da dominação, da acumulação da pobreza e da generalização da miséria. [É] crucial para o capitalismo manter sempre escondida, ou no mínimo dissimulada, essa massacrante realidade por ele produzida, evitando que suas próprias contradições e antagonismos [constituam] fatores propulsivos da organização do proletariado e da estruturação de sua consciência de classe (MARTINELLI, 2007, p. 61).

Vale salientar ainda que 60% dos migrantes obtiveram “apenas” a passagem, confirmando o que já demonstramos anteriormente no NAM e agora aparecem também nos outros municípios, ou seja, a diretriz do órgão de atendimento é, sempre que possível, fornecer a passagem.

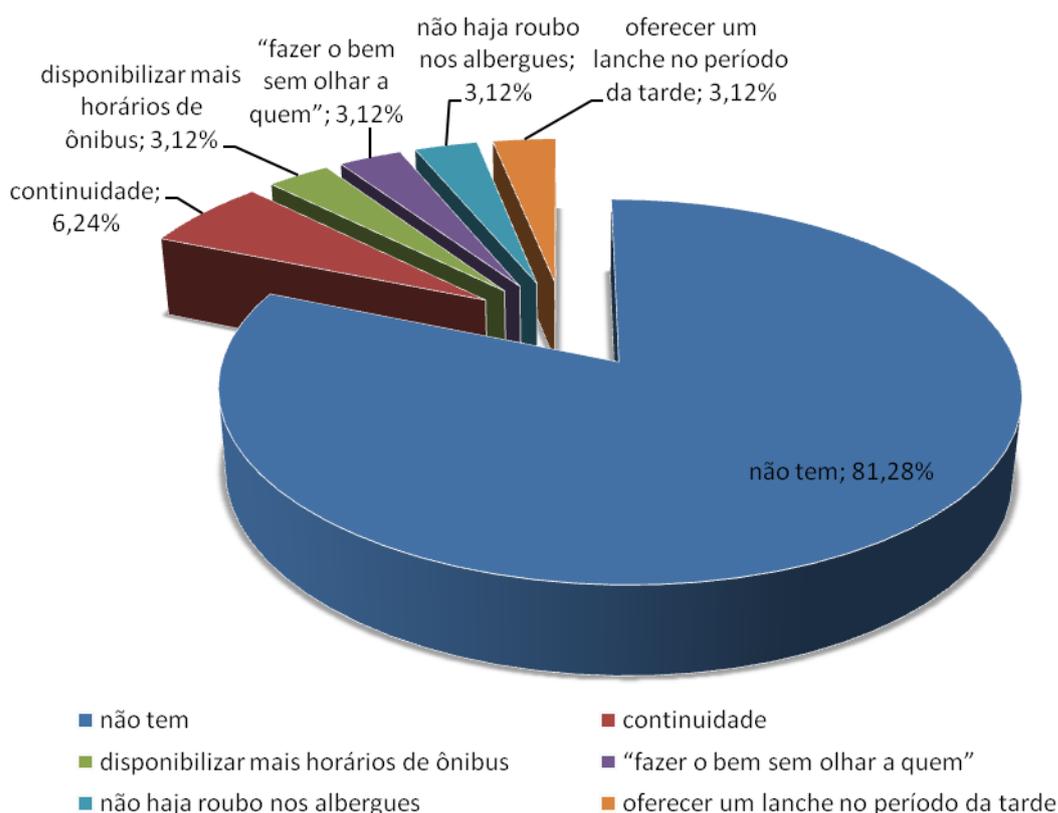
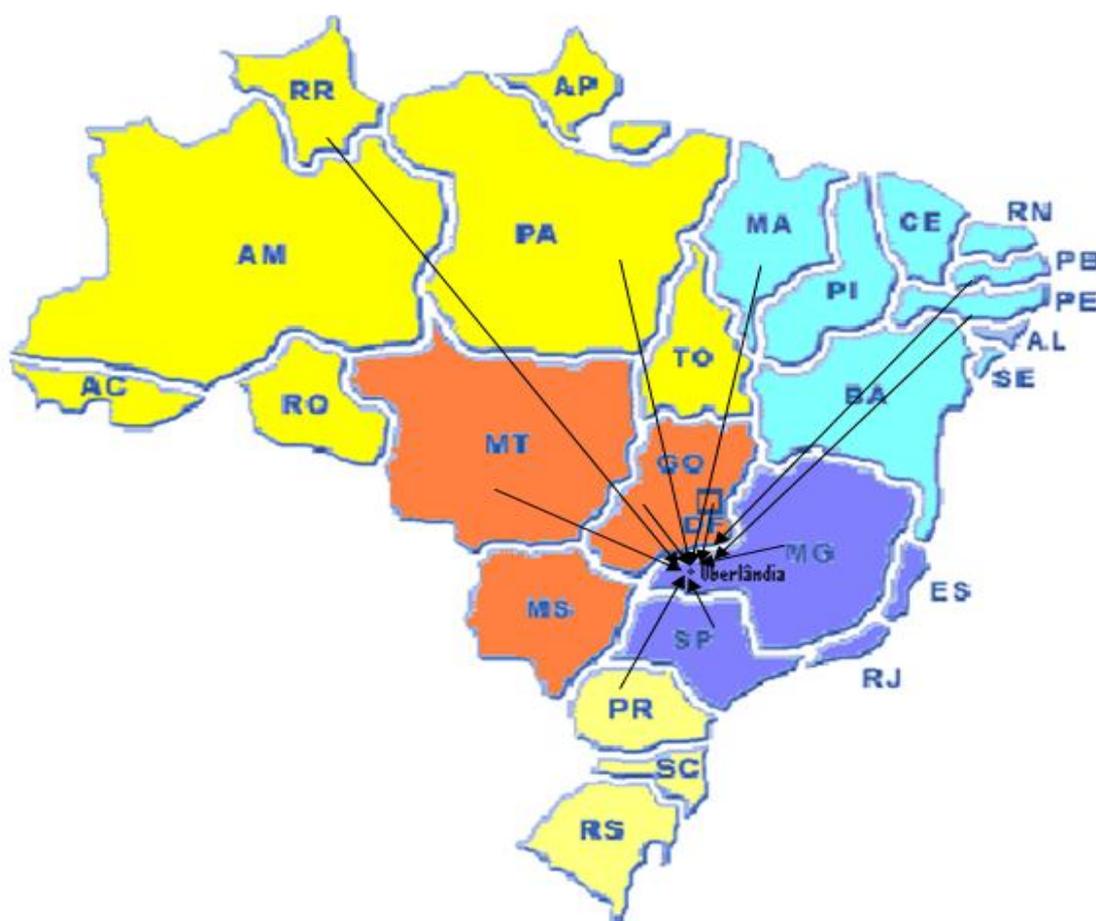


Gráfico nº 23: Sugestões feitas pelos migrantes para melhoria dos serviços do NAM
 Fonte: Pesquisa realizada pela autora, no Núcleo de Atendimento ao Migrante, em Uberlândia, de 20/12/2010 a 10/01/2011

Observamos que mais de 80% dos migrantes não fizeram nenhuma sugestão para melhoria dos serviços prestados pelo NAM, o que está diretamente relacionado aos dados do gráfico nº 1 no qual, mais de 93% dos mesmos consideram como bom o atendimento ofertado pelo Núcleo de Atendimento ao Migrante. As poucas sugestões apresentadas não são da competência do referido órgão. Quanto a “fazer o bem sem olhar a quem” entendemos como uma possível crítica aos critérios estabelecidos pelo NAM no que tange ao atendimento. O migrante não se vê enquanto sujeito de direitos. Isto dificulta até mesmo para que ele possa reivindicar serviços de qualidade ou criticar o que está imposto pelo sistema.



Mapa nº 2 - Estados de origem dos migrantes

Fonte: Pesquisa realizada pela autora, no Núcleo de Atendimento ao Migrante, em Uberlândia, de 20/12/2010 a 10/01/2011

MG: 34,48%

SP: 24,96%

GO e DF: 9,36% (cada)

PR, MT, MA, PE, RR, PB e BA: 3,12% (cada)

Observamos que 34,48% dos migrantes originam-se do próprio estado de Minas Gerais, ou seja, a migração intrarregional, e 24,96% provém do estado de São Paulo e, os demais, 40,56% de outros estados da federação. Constatamos que 44% desse público busca trabalho e, se somados à migração de retorno que, conforme já dissemos anteriormente, entendemos ser aquele migrante que já saiu de sua cidade de origem em busca de melhores condições de vida e, como não obteve “sucesso”, decide retornar, totalizamos 81,28% procurando trabalho. Isso é porque não existe uma política pública de fixação do homem em seu local de origem, não oportunizando-lhe condições para que possa se enraizar ali; enraizar no sentido de estudar, trabalhar, acessar os serviços de saúde, educação, esporte, lazer, cultura, entre outros.



Mapa n° 3 - Estados de destino dos migrantes

Fonte: Pesquisa realizada pela autora, no Núcleo de Atendimento ao Migrante, em Uberlândia, de 20/12/2010 a 10/01/2011

| | | |
|------------|-----------------------|-----------|
| SP: 37,6% | MG: 18,72% | GO: 15,6% |
| PR: 12,48% | DF e MT: 6,24% (cada) | MA: 3,12% |

Percebemos que 37,60% dos migrantes têm como destino o estado de São Paulo, procedidos pela migração denominada por Ammann (2006) de migração intrarregional, ou seja, no próprio estado de Minas Gerais (18,72%). Carvalho (2008) afirma que num país como o Brasil, de grande extensão territorial, a migração interna é relevante tanto em termos numéricos quanto econômicos e, ressalta ainda a questão psicológica do ser migrante:

Poderia parecer que esse tipo de migração não tem o mesmo impacto psicológico sobre os migrantes, uma vez que migrar dentro de um mesmo país, de forma legal, e sem os impactos de uma migração para o estrangeiro seria muito mais fácil. Suspeitamos que não. Independente da distância, a migração talvez tenha um impacto forte na vida de qualquer um (CARVALHO, 2008, p. 10).

Nesse sentido, observa-se que os migrantes que chegam ao NAM estão em busca de condições de vida negada em seus municípios de origem, forçando-os a encontrarem *um lugar ao sol, como a tartaruga que leva a casa nas costas*. Porém nessa procura deparam-se com *um jogo de cabo de guerra* estabelecido pelo sistema ideológico pequeno burguês que responsabiliza-os por suas condições, além das ideologias de Estado mínimo absorvidas pelos profissionais, que ficam “jogando-os” de município para município.

Em outros termos, a política de migração de cada município não oportuniza as condições de qualificação profissional, obtenção de documentos, tais como as carteiras de identidade e de trabalho, local para morar e trabalhar e ainda, o emprego com carteira assinada. Enfim, acesso às políticas públicas que lhes garantam os direitos sociais, humanos e a cidadania.

Desta forma, precisamos ampliar nossos olhares sobre a migração por essa ser uma expressão da questão social e fator sócio-histórico. Em outros termos, a migração demonstra as dimensões da vida social, não tendo um fenômeno com uma

única manifestação, ela também é resultante das desigualdades sociais e da falta de políticas públicas. Nesse contexto, necessitamos compreendê-la enquanto complexo processo social, que retrata além da expressão sócioeconômica, aspectos culturais, identidades e relações sociais. Nesse sentido, o Serviço Social é inquirido pela Lei de Regulamentação Profissional (1993) e pelo Código de Ética (1993) a dar respostas às demandas dessa população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estudar a situação de vida da população migrante que transita pelo município de Uberlândia, necessitando de recursos públicos para continuarem seus deslocamentos buscamos, primeiramente, entender como alguns autores tratam a migração - suas teorias, explicações e classificações - e, posteriormente fomos afinando para as migrações regionais. Além disto, procuramos as legislações pertinentes no que tange às políticas sociais pensadas, implementadas ou implantadas para este segmento populacional na ótica da União, do estado de Minas Gerais e do município de Uberlândia, procurando apreender as propostas colocadas e a efetividade das mesmas, com vista a lidar com uma questão tão complexa e controversa como a migração. Logo em seguida passamos para o levantamento dos dados e para a escuta das narrativas dos migrantes, os sujeitos de nossa pesquisa e principais envolvidos, suas caracterizações, seus motivos, suas trajetórias e suas visões do processo migratório e da rede de proteção social.

Desta forma, podemos demonstrar que os motivos alegados para as migrações regionais incluem, em 1º lugar, a busca por trabalho seguido por retorno à cidade de origem. Razões estas que acreditamos estarem diretamente relacionadas à atual conjuntura econômica, sobretudo a precarização do trabalho, associada à falta de eficácia de uma política social de fixação da população em seus locais de origem. Pensamos que, se nos espaços nos quais as pessoas moram, tivessem postos de trabalho, hospitais, atendimento médico, escolas, condições dignas de moradia, entre outros; os constantes deslocamentos populacionais seriam menos acentuados.

As condições de um dos albergues do município de Uberlândia (MG) citadas pelos migrantes nas entrevistas, como: roubo de seus pertences pessoais, mal estado de conservação dos colchões e roupas de cama e banho, o abuso de poder por parte dos funcionários dessa Organização Não-Governamental, incluindo aqui os abusos sexuais. Tal situação demonstra o descaso do Poder Público Local, o qual repassa, à entidade, recursos financeiros através de subvenções sociais – para custear serviços que são de obrigação dos poderes públicos – conforme a PNAS, e o não acompanhamento tanto do Gestor da Política de Assistência Social quanto do

Conselho Municipal de Assistência Social, de acordo com o que determina as legislações. Assim, mais uma vez, salientamos o não-acesso à cidadania da população migrante.

A intenção do retorno dos migrantes para suas regiões de origem levantam situações não confirmadas nas informações que esses possuíam sobre a região de destino antes de iniciado o processo migratório, e até mesmo a discriminação atribuída aos mesmos.

Será que lhes é permitido fazer o caminho de volta? Será este um dos paradoxos da migração?

O que na atualidade tem sido chamado de políticas sociais resume-se quase sempre em programas tópicos dirigidos a determinados focos, descontínuos, fragmentados, incompletos e seletivos, com atuação dispersa, sem planejamento, esbanjando esforços e recursos oferecidos pelo Estado, sem controle da sociedade.

Em análise à autora Gentilli (2006) as políticas sociais visam equacionar as questões da equidade social logo, devem ser vistas e trabalhadas na perspectiva dos direitos sociais e não como *benesses* do Estado. Observamos que os próprios migrantes fazem uma ligação ainda de “favor” em relação a tal atendimento, conforme o relato de um entrevistado ao se referir à monitora social que o atendeu, descrito anteriormente, o migrante revela, mais uma vez, a condição de compreensão do benefício que recebe, como um auxílio propriamente dito.

Seria necessário atacar e inverter as causas da maioria dos processos migratórios, ou seja, descentralização administrativa, política e financeira e concretização de políticas de desenvolvimento regional.

A lei nº 10.335 de 25/11/2009 do município de Uberlândia, prevê ao migrante apenas a concessão de passagens para os locais de origem, diferente da portaria do estado de Minas Gerais, nº 001 de 10/12/2008, que menciona, além do retorno, a possibilidade do migrante querer fixar residência no município de destino. Assim, para trabalharmos na garantia dos direitos dos cidadãos, as legislações teriam que ser coerentes entre si.

Sem uma política pública que enfrente o problema, o migrante se vê à mercê de uma condição de mais absoluta exclusão social. Quando falamos em política pública, estamos mencionando estratégias de governo que, normalmente, compõem-se de planos, de programas, de projetos e de documentos variados, nos quais constam as diretrizes a cada área, seja política econômica, política educacional, política habitacional e outras análogas.

As propostas de organismos, no caso do Governo de Minas Gerais, dos acordos de integração econômica regional constituem uma brecha importante no monitoramento de políticas migratórias; assim, percebemos o papel imprescindível dos movimentos sociais e outras vozes da sociedade civil organizada para efetivação dos mesmos. Acreditamos que a discussão sobre a governabilidade das migrações deve assumir acordos nacional e regionais para o delineamento e implementação de políticas específicas, minimizando as forças de atração e de repulsão aqui tratadas pelos municípios de origem e de destino dos migrantes.

Considerando o exposto percebemos que o atendimento à população migrante no município de Uberlândia é apenas um programa e, desconectado das políticas sociais, seus resultados não ultrapassam, a perpetuação de dar prosseguimento à viagem do migrante, sem atingir o cerne da situação, ou seja, oportunizar a essa população a construção de um projeto de vida, orientando e encaminhando-a para tal. Estando, tal programa, muito mais para a legislação de 1662, Lei de Residência, comentada no II Capítulo deste estudo, a qual delegava às autoridades locais o direito de “devolver”, qualquer recém-chegado, que onerasse os cofres públicos, ao seu local de origem, do que para uma política social que respeite os direitos do ser humano, compreendendo-o enquanto sujeito e cidadão.

O que salta aos olhos na história dos migrantes é a falta de políticas públicas para redução da pobreza e desigualdade. O migrante deixa “o sertão” e encontra um centro urbano despreparado para recebê-lo, ficando à mercê de quase as mesmas mazelas que agora se representam em um novo contexto histórico-social.

No nosso ponto de vista, percebemos ser imprescindível pensarmos nas possibilidades de receber o migrante acolhendo suas capacidades e a de seu grupo de origem lidando com as dimensões “não materiais” e simbólicas de sua travessia,

favorecendo a nova construção de si, seu enraizamento em novo local e a construção de uma rede de relações.

Será preciso uma política de combate à exclusão social voltada aos migrantes, que seja orientada à construção da cidadania e que tenha como diretriz a consolidação do capital humano e social desses grupos vulneráveis, respeitando sua cultura e suas tradições. Podemos dizer que as políticas migratórias estão longe de se concretizarem.

Segundo Marx (2004) os homens fazem a história - mas com base em condições não produzidas por eles. Neste sentido, Marx afasta qualquer noção de ação individual, quando afirma que os homens não seriam então autores ou agentes da história, uma vez que somente poderiam agir com base nas condições históricas, assim como todos os aspectos políticos, sociais e intelectuais, seriam determinados por uma dialética de forças econômicas.

Este estudo nos permitiu constatar que o fenômeno da migração, ainda não dimensionado quantitativamente pelos censos oficiais, chama a atenção e inquieta gestores e ONGs. Entretanto, não obstante as inquietações que provocam, as pesquisas e produções teóricas sobre o assunto ainda são incipientes. Cercá-lo teoricamente, para compreendê-lo, ainda é um desafio. Da mesma forma, são incipientes as políticas de enfrentamento.

Vale ressaltar que a migração não é um fenômeno genérico das múltiplas determinações da sociedade capitalista, pois permite-nos estudar e analisar suas dimensões e especificidades, sendo uma manifestação da questão social, ancorada também nas configurações das mudanças cíclicas e históricas do capital.

Não temos a ilusão de que esse fenômeno venha a ser extirpado da sociedade brasileira, sem que o modo de produção capitalista também o seja. Todavia, a esperança é contribuir para sua inibição, seja despertando interesse em outros pesquisadores para que, num futuro próximo, possamos subsidiar a formulação e o aperfeiçoamento de políticas públicas de modo a torná-las acessíveis à população migrante, na luta em defesa dos direitos sociais.

Esperamos ainda plantar a semente da indignação em relação ao tratamento aos migrantes na nossa categoria profissional e outras, no âmbito das políticas

sociais no que se refere aos programas de alcance a esse grupo populacional, bem como a luta dos Assistentes Sociais no compromisso político de nossas entidades representativas em âmbito regional, estadual e nacional em cumprir, verdadeiramente, uma agenda ética, em defesa dos direitos humanos e da universalização das políticas sociais.

Nossos olhares sobre o tema migração vêm marcados também por condicionantes de tempo e espaço, como acreditamos ser qualquer estudo num curso de pós-graduação, e também por variantes de cultura, de gênero, de formação profissional e de nossas histórias de vida. Não somos exceção à regra na qual, ninguém vê mais do que parte da verdade e que, por isso, há necessidade de outros olhares para a observação mais ampla de um fenômeno social do porte deste. Assim, todas as contribuições dos que vierem a ler nosso trabalho será muito bem vinda.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni; ANTUNES, Ricardo. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital**. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21460.pdf>>. Acesso em 15 de ago. de 2011.

AMMANN, Safira Bezerra. **Cidadania, exclusão, migração: brasileiros na Suíça**. Brasília: Líber Livro, 2006.

BAGNO, Silvana. EWALD, Ariane P. e CAVALCANTE, Fátima G. **A trajetória de Severino: migração e pobreza no Brasil**. Revista Literatura em debate - v. 2 - p. 1-11, 2008.

BATISTA, Anália Soria. CODO, Wanderley. **O trabalho e o tempo**. In: CODO, Wanderley & JACQUES, Maria das Graças (orgs.). Saúde mental & trabalho: leituras. Petrópolis: Vozes, 2002.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Expressões políticas da crise e as novas configurações do Estado e da sociedade civil**. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BEHRING, Elaine Rossetti e BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 6ª. ed. - São Paulo: Cortez, 2009.

BOSI, Ecléa. **Cultura e desenraizamento**. In: BOSI, Alfredo. Cultura brasileira: temas e situações. São Paulo: Editora Ática, 1992.

_____. **Memória e Sociedade: Lembranças dos velhos**. 3ª. ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. **Assembléia Constituinte** (1988). Constituição Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**. Brasília: IPEA, n. 18, 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/bps_18_cap03.pdf>. Acesso em 20 de jan. de 2011.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Censo 2000**. Disponível em: <http://perfildomunicipio.caged.com.br/result_SPER.asp?entrada=SPER&tpCST=cstMUN&UF=MG&codmun=317020&ufacesso=MG>. Acesso em 15 de ago. de 2011.

_____. Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). 2002. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/home.jsf>. Acesso em 26 de ago de 2011.

CALDART, Roseli Salete. **O MST e a formação dos Sem-Terra: o movimento social como princípio educativo.** São Paulo: Cortez, 2008.

CARVALHO, Alberto Rodrigues Câmara de. **Migrantes em Brasília.** Os motivos, as dores e os sonhos numa perspectiva clínica. Dissertação de mestrado do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://bdtd.bce.unb.br/tedsimplificado/tdearquivos/73/TDE-2009-0724T163559Z-4171/publlco/2008>>. Acesso em 06 de jul. de 2010.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social** - uma crônica do salário. 5ª. ed. - Petrópolis: Vozes, 2005.

CASTRO, Alessandra Gomes de. **O processo de integração dos imigrantes brasileiros em Viseu.** Dissertação de Mestrado da Universidade Católica Portuguesa. Uma análise a partir de suas histórias de vida. Viseu, 2010.

CIDADE DE UBERLÂNDIA. Disponível em: Cidades 2010 <www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm> Acesso em 25 de jul de 2011.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia.** São Paulo: Editora Ática, 2010.

CHAVES, Maria de Fátima Guedes. **Mulheres migrantes: senhoras de seu destino? Uma análise da migração interna feminina no Brasil: 1981/1991.** Tese de doutorado da Universidade Estadual de Campinas. Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2009.

COGO, Denise. Revista Fronteiras - estudos midiáticos. **Migrações contemporâneas como movimentos sociais: uma análise desde as mídias como instâncias de emergência da cidadania do migrante.** Ano IX (1): 64-73, jan/abr 2007.

COUTO, Berenice Rojas. RAICHELIS, Raquel. SILVA, Maria Ozanira Silva e. YAZBEK, Maria Carmelita. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento.** São Paulo: Cortez, 2010.

CUNHA, Maria Jandira Cavalcanti (e outros). **Migração e identidade** - olhares sobre o tema. 1ª. ed. - São Paulo: Centauro, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão.** 9ª ed. - Petrópolis: Vozes, 1991.

GENTILI, Pablo; SADER, Emir (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático.** 8ª. ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

GENTILLI, Raquel de Matos Lopes. **Representações e práticas**: identidade e processos de trabalho no serviço social. São Paulo: Veras, 2006.

GOLGHER, André Braz. **Os determinantes da migração e diferenciais entre migrantes e não-migrantes em Minas Gerais**. Tese de doutorado da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2001.

GONÇALVES, Alfredo José. **Migrações Internas**: evoluções e desafios. Estudos Avançados. São Paulo, v. 15, n. 43, set. - dez. 2001.

GREEN, Ducan. **Da pobreza ao poder**: como cidadãos ativos e Estados efetivos podem mudar o mundo. São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 20ª. ed. - São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na cena contemporânea**. In: CFESS e ABEPSS. Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais - Brasília, 2009.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 11ª. ed. - São Paulo: Cortez, 2007.

IBGE. **PNAD** 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1455&id_pagina>. Acesso em 14 de mai. de 2011.

KOGA, Dirce. **Medidas de cidades**: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2003.

MARTINELLI, Maria Lucia. **Serviço Social**: identidade e alienação. 11ª. ed. - São Paulo: Cortez, 2007.

MARX, Karl. **O Capital** - crítica da economia política. O processo de produção do capital. Vol. II. 7ª. ed. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. São Paulo: Difel, 1982.

_____. **O Capital**. Livros 1, 2 e 3. 12ª. ed. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **O Capital**. Livro 1. 7ª. ed. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. São Paulo: Difel, 1982.

MELO, Fábio de. **Sou um Zé da Silva e outros tantos**. Letra da música, 2009. Disponível em: <<http://www.vagalume.com.br/fabio-de-melo/sou-um-ze-da-silva-e-outros-tantos.html#ixzz1HZoTRdLI>>. Acesso em 24 de mai de 2011.

MOTA, Ana Elizabete da. **O feitiço da ajuda**. 6ª. ed. - São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, José Paulo. **Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. **Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”**. Temporalis. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. 2ª ed. - Brasília: ABEPSS. Gráfica Odisséia, 2004.

PASTORINI, Alejandra. **A Categoria “Questão Social” em Debate**. 3ª. ed. - São Paulo: Cortez, 2010.

PATARRA, Neide Lopes. Estudos Avançados. Revista 20 (57) 2006, p. 7-24. **Migrações internacionais**: teorias, políticas e movimentos sociais.

_____. **Movimentos Migratórios no Brasil**: tempos e espaços. 2003. Disponível em: <http://www.ence.ibge.gov.br/publicacoes/textos-para-discussao/textos/texto_7.pdf>. Acesso em 06 de jul. de 2010.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. **Política social**: temas & questões. 2ª. ed. - São Paulo: Cortez, 2009.

PONCHECK, Dione do Rocio; WITIUK, Ilda Lopes. **Legislação Social** - cidadania, políticas públicas e exercício profissional - 2ª. ed. - Curitiba: Conselho Regional de Serviço Social - CRESS 11ª Região, 2006.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. 3ª. ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

TRINDADE, Maria Beatriz Rocha. **Sociologia das Migrações**. Lisboa: Guide Artes Gráficas, 1995.

UBERLÂNDIA. Disponível em: <www.3.uberlandia.mg.gov.br/midia/documentos/planejamento_urbano/BDI-2009_vol1.pdf>. Acesso em 25 de jul de 2011.

VALIM, Ana. **Migrações: da perda da terra à exclusão social**. 11ª. ed. - São Paulo: Atual, 2009.

VIANA, Maria José de Faria. Tese de doutorado da Universidade de Brasília. Programa de Pós-Graduação em Política Social. **Assistência social no contexto do pluralismo de bem-estar prevalência da proteção social plural ou mista, porém não pública**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://bdt.d.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/processaPesquisa.php>. Acesso em 18 de out. de 2010.

VIEIRA, Evaldo. **Os direitos e a política social**. São Paulo: Cortez, 2004.

LEGISLAÇÕES

Lei nº 8.742/93 - **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/sobreministerium/legislacao/assistenciasocial/leis/1993>>. Acesso em 17 de jan. de 2011.

Lei nº 10.335/09 - **Lei do município de Uberlândia que dispõe sobre o Plano Municipal Bem Social**. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br/cgi-local/showinglaw.pl>>. Acesso em 20 de jan. de 2011.

Portaria nº 001/2008 - Governo do Estado de Minas Gerais - **Regula os Serviços de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, destinados à população migrante, realizado pelos municípios mineiros, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social**. Disponível em: <<http://www.social.mg.gov.br/index.php/migrante-subas.html>>. Acesso em 10 de jan. de 2011.

Resolução nº 145/04 - **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/sobreministerium/legislacao/assistenciasocial/resolucoes/2004/Resolucao_CNA>. Acesso em 17 de jan. de 2011.

Resolução nº 130/05 - **Norma Operacional Básica (NOB/SUAS)**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/sobreministerium/legislacao/assistenciasocial/resolucoes/2005/Resolucao_CNA>. Acesso em 17 de jan. de 2011.

Resolução nº 16/2009. **Uniformiza os critérios e procedimentos referentes ao repasse dos recursos financeiros concedidos pela SEDESE**. Disponível em: <<http://www.social.mg.gov.br/index.php/migrante-subas.html>>. Acesso em 10 de jan. de 2011.

APÊNDICES

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROF^a: DRA. REGINA SUELI DE SOUSA (ORIENTADORA)
LINHA DE PESQUISA: POLÍTICA SOCIAL, MOVIMENTOS SOCIAIS E CIDADANIA

APÊNDICE I – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável. Em caso de recusa você não será penalizado de forma alguma. Em caso de dúvida você poderá contactar com o Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Goiás pelo telefone (62)3946.1071 e com o Núcleo de Atendimento ao Migrante (NAM) através do número (34)3235.4772.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA: POLÍTICA PÚBLICA DE ATENDIMENTO AO MIGRANTE NO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA/MG: AÇÕES, RE-AÇÕES, REFLEXOS E REFLEXÕES

Pesquisadora Responsável: Prof^a. Dr^a. Regina Sueli de Sousa

Telefone para contato: (62)3946.1237

Pesquisadora participante: Marília Nogueira Neves - Assistente Social

Telefones para contato: (34)3238.6101 e (34)9976.6105

O objetivo geral desta pesquisa visa a compreensão da realidade de vida da população migrante, suas dificuldades e aspirações, assim como analisar as políticas públicas voltadas aos migrantes. Os objetivos específicos são: Conhecer os indicadores sociais que norteiam as políticas sociais voltadas para os migrantes; Delinear o perfil contemporâneo da população migrante em Uberlândia/MG, com base no sexo, faixa-etária, ocupação, renda, escolaridade, cidade de origem e de destino e sua relação com a família; Analisar sob a ótica do migrante, as ações existentes de atendimento no município de Uberlândia; Levantar as características dos profissionais que atendem a população migrante e o entendimento que os mesmos têm sobre o usuário do NAM; Perceber a visão da gestora da política pública de atendimento ao migrante em Uberlândia/MG.

Desta forma, os dados serão coletados, por meio de entrevistas gravadas, com autorização do sujeito participante e sem identificação do mesmo. Essas gravações serão utilizadas somente para fins de pesquisa, após a transcrição das fitas. Essas serão arquivadas sob a responsabilidade da pesquisadora durante cinco anos e depois doadas ao Núcleo de Pesquisa em Estado, Sociedade e Cidadania (NUPESC) para arquivo e resgate da memória histórica dessa população. O risco que pode ocorrer é a situação de constrangimento do entrevistado durante a pesquisa e, se houver, será sanada com diálogo. Caso seja necessário, você será encaminhado, sem nenhum custo, para atendimento psicológico às Unidades de Atenção Primária em Saúde, da Prefeitura Municipal de Uberlândia.

Você é livre para parar de participar a qualquer momento sem nenhum prejuízo.

Esta pesquisa será realizada nos meses de novembro e dezembro de 2010. Como participante da pesquisa, não terá nenhum tipo de despesa real como colaborador, assim como, não terá nenhum custo e lucro financeiro. Também não receberá pagamento por sua participação contudo, caso ocorra eventuais danos de natureza grave ou irreversível decorrentes de sua participação na pesquisa (físico, moral, emocional, e outros) as formas de indenização, adequadas a cada caso específico, serão assumidas pela pesquisadora responsável.

Informo ainda que, o benefício desta pesquisa será a possibilidade de obter uma visão geral das dificuldades e aspirações dos migrantes, bem como a compreensão da política pública de atendimento a esses cidadãos.

Uberlândia, 30 de agosto de 2010.

Marília Nogueira Neves

Assistente Social - Pesquisadora - (34)9976.6105

Eu aceito participar da pesquisa: **POLÍTICA PÚBLICA DE ATENDIMENTO AO MIGRANTE NO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA/MG: AÇÕES, RE-AÇÕES, REFLEXOS E REFLEXÕES**, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido, autorizando que () possa ser gravada ou () não possa ser gravada minha entrevista. E que esses dados possam ser utilizados para fins acadêmicos e que não receberei nenhuma remuneração.

Uberlândia, ____ de _____ de 2010.

Entrevistado

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA
CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____ nº prontuário NAM ou outro documento: _____, abaixo assinado, concordo em participar da pesquisa **Política Pública de Atendimento ao Migrante no Município de Uberlândia/MG: ações, re-ações, reflexos e reflexões**, como sujeito. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pela pesquisadora Marília Nogueira Neves sobre os objetivos dessa pesquisa, os procedimentos adotados e os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido ainda, que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade ou interrupção de meu atendimento no NAM.

Uberlândia, ____ de _____ de 2010.

Assinatura

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do sujeito em participar. Testemunhas (não ligada à equipe de pesquisadores):

Nome: _____

Assinatura: _____

Nome: _____

Assinatura: _____

Observações complementares: _____

APÊNDICE II – FICHA DO NAM

POLÍTICA PÚBLICA DE ATENDIMENTO AO MIGRANTE NO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA/MG: AÇÕES, RE-AÇÕES, REFLEXOS E REFLEXÕES

1. Sexo: () masculino () feminino

2. Idade: () de 18 a 28 anos () de 29 a 39 anos () de 40 a 50 anos () outra: _____

3. Escolaridade: () analfabeto () assina o nome () até 4ª série
 () de 5ª a 8ª série () 2º grau incompleto () 2º grau completo
 () curso técnico incompleto () curso técnico completo
 () curso superior incompleto () curso superior completo () outro: _____

4. Ocupação/Profissão: _____
- 4.1. Situação: () desempregado () empregado, onde _____

5. Renda mensal: () sem renda () menos de um salário mínimo
 () salário mínimo () mais de um salário mínimo e menos que dois
 () mais de dois salários mínimos () outra: _____

6. Cidade/Estado de origem e de destino: _____

7. Objetivo da viagem: _____

8. Vive com a família?
 () não. Quando esteve com a mesma pela última vez? _____
 () sim. Quantas pessoas residem na mesma casa? _____

Obs.: estes dados também poderão ser colhidos nas fichas do NAM.

APÊNDICE III – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O MIGRANTE**POLÍTICA PÚBLICA DE ATENDIMENTO AO MIGRANTE NO MUNICÍPIO DE
UBERLÂNDIA/MG: AÇÕES, RE-AÇÕES, REFLEXOS E REFLEXÕES**

1. De onde você vem? _____
2. Para onde você vai? _____
3. Por que está aqui? _____

4. Que lugares já conhece? _____

5. O que você procura? _____
6. Como espera obter o que procura? _____
7. Quais serviços/encaminhamentos recebeu no NAM? _____
8. O que você acha desses serviços? _____

9. Quais os serviços de atendimento ao migrante que você conhece em Uberlândia? _____

10. Quais os serviços de atendimento ao migrante que você conhece em outros municípios? _____

11. Quais as suas sugestões? _____

Observação: estes dados foram colhidos diretamente com o migrante, usando, sempre que possível, a gravação.